

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO  
UNIVERSIDADE DE VIGO

MESTRADO

Integração Económica Regional e Políticas  
Comunitárias

MODALIDADE DE TRABALHO:

Dissertação

TEMA:

As Dinâmicas de Cooperação Transfronteiriça no Vale  
do Minho

NOME DO ALUNO:

Alexandrina Fernanda Silva Gomes Monteiro

DATA:

julho de 2012

---

## SUMÁRIO

---

Neste trabalho final de Mestrado pretende-se compreender a dinâmica de cooperação fronteiriça e o seu impacto no espaço do Vale do Minho, em diferentes escalas de abordagem. A escala mais interna, que compara e destaca as especificidades do território com as diversas NUT III da Região, uma escala nacional que procura relativizar a dimensão dos fenómenos tendo presente os referenciais nacionais e, finalmente, à escala da Euro-região para procurar perceber comparativamente os efeitos da integração territorial e das dinâmicas de cooperação transfronteiriça, num contexto mais alargado.

O estudo desenvolvido integra-se na linha de investigação do processo de construção europeu como modelo de integração regional, apresentando como objeto de análise a cooperação transfronteiriça no Vale do Minho resultante da iniciativa comunitária INTERREG, procurando contribuir para um melhor conhecimento dos fatores que ao longo dos últimos anos determinaram as dinâmicas de cooperação do Vale do Minho, enquanto espaço geográfico que integra a NUT III Minho-Lima, equacionando ainda a importância da iniciativa comunitária INTERREG para o reforço do processo de cooperação transfronteiriça.

Para o efeito, a pesquisa efetuada visa a sistematização de informação para dar resposta às questões de partida, em que por um lado, se questiona em que medida os investimentos realizados no âmbito desta iniciativa comunitária têm contribuído para a prossecução de uma efetiva cooperação territorial, no sentido da diminuição do efeito barreira, procurando ainda verificar qual o modelo de cooperação transfronteiriça que caracteriza este espaço. No seguimento deste propósito, considerou-se ainda fundamental, perceber quais os fatores que determinaram que a área de estudo (Minho-Lima) tenha sido das mais beneficiadas pelas ajudas INTERREG em toda a fronteira de Portugal.

Palavras-chave: Cooperação Transfronteiriça, INTERREG, Efeito Barreira

## INDICE

---

### SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	5
CAPITULO 1 – A PROBLEMATICA, METODOLOGIA E OS CONCEITOS.....	7
1.1– A Problemática .....	7
1.2– A Metodologia.....	9
1.3– Os modelos de cooperação transfronteiriça e o efeito barreira nas regiões de fronteira .....	11
1.3.1– Modelos de cooperação transfronteiriça .....	11
1.3.2– Os efeitos barreira nas regiões de fronteira .....	17
CAPITULO 2 - ESTADO DA ARTE DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA .....	21
2.1– A evolução da cooperação territorial/transfronteiriça na UE: análise dos constrangimentos e dos avanços .....	21
2.1.1– Primeira etapa: 1950 – 1970 .....	21
2.1.2– Segunda etapa: 1971 – 1980 .....	23
2.1.3– Terceira etapa: 1981 – 1990 .....	26
2.1.4– Quarta etapa: 1991 – 2006 .....	28
2.2– As prioridades da UE para o período de programação 2007-2013 .....	34
2.3– A cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha: níveis de governança, atores e modelos .....	35
2.3.1– A cooperação transfronteiriça na Euro-região Norte Portugal-Galiza .....	38
CAPITULO 3 – A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NO ÂMBITO DA INICIATIVA COMUNITÁRIA INTERREG .....	42
3.1– Evolução e Impacto do INTERREG (Portugal-Espanha) .....	42
3.1.1– INTERREG I .....	42
3.1.2– INTERREG II .....	46
3.1.3– INTERREG III .....	48
3.1.4– Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal 2007-2013.....	54
CAPITULO 4 – O ENQUADRAMENTO SOCIO-ECONOMICO .....	64
4.1– Dinâmica demográfica .....	65
4.2– Educação e qualificação .....	66
4.3– Atividade e emprego .....	68
4.4– Estrutura produtiva e dinâmica económica .....	69

CAPITULO 5 – AS DINAMICAS DE COOPERAÇÃO NO VALE DO MINHO TRANSFRONTEIRIÇO .....	72
5.1– O contexto da cooperação transfronteiriça no Vale do Minho .....	72
5.2– As dinâmicas de cooperação do Vale do Minho Transfronteiriço .....	79
5.2.1– Modelo de cooperação no Vale do Minho .....	80
5.3– Os contributos da iniciativa comunitária INTERREG para uma efetiva cooperação transfronteiriça .....	88
 CONCLUSÃO .....	 93
 BIBLIOGRAFIA .....	 98
Endereços de Internet .....	98
Referências Bibliográficas .....	99
 Índice de Figuras .....	 104
Índice de Quadros .....	104
Índice de Gráficos .....	105
 ANEXOS .....	 106
Anexo I – Estrutura do Programa INTERREG e POCTEP .....	106
Anexos II .....	109
Listagem de projetos INTERREGIII -1ª convocatória .....	109
Listagem de projetos INTERREGIII -2ª convocatória .....	118
Listagem de projetos INTERREGIII -3ª convocatória .....	126
Listagem dos projetos aprovados POCTEP 2007-2013- 1ª convocatória .....	133
Listagem dos projetos aprovados POCTEP 2007-2013- 2ª convocatória .....	135
Anexo III - O enquadramento socio-economico do espaço fronteiriço Norte de Portugal – Galiza e respetivo enfoque à NUT III Minho-Lima .....	138

Nº total de palavras: 24.836

## INTRODUÇÃO

---

Este estudo integra-se no Trabalho Final do Mestrado em Integração Económica Regional e Políticas Comunitárias, promovido conjuntamente pela Universidade Católica, Faculdade de Economia e Gestão, e pela Universidade de Vigo.

O objetivo do estudo é compreender a dinâmica e evolução da cooperação fronteiriça, ao longo das duas últimas décadas, e o seu impacto no espaço do Vale do Minho, em diferentes escalas de abordagem.

A escolha do tema deve-se essencialmente à necessidade de aprofundar a reflexão sobre a dinâmica de cooperação transfronteiriça e inter-regional, quer pela importância estratégica que assume neste espaço do Norte Portugal e da Galiza, quer pela sua atualidade, na medida em que constitui um dos pilares da integração europeia, tornando-se, desta forma, fundamental para a estruturação e desenvolvimento de novas intervenções/projetos no sentido de fortalecer as relações de cooperação transfronteiriça nesta região.

Por outro lado, a experiência profissional adquirida pela autora, que durante 14 anos desenvolveu várias atividades no âmbito da Associação de Municípios do Vale do Minho relacionadas com a cooperação transfronteiriça, assumindo o acompanhamento e coordenação de alguns projetos no Vale do Minho transfronteiriço financiados por programas comunitários, constituiu um fator acrescido de motivação para a escolha do tema.

Para a concretização dos objetivos, a pesquisa teve por base compreender as dinâmicas de cooperação transfronteiriça e respetivos fatores de influência, baseado no estudo de caso do Vale do Minho, bem como verificar a contribuição da iniciativa INTERREG ao longo das várias gerações, para a evolução das dinâmicas de cooperação no território em análise.

A primeira parte do estudo procura clarificar a problemática e os conceitos de cooperação transfronteiriça, considerados estruturantes para a compreensão da pesquisa realizada, descrever e analisar a evolução da cooperação/integração territorial, identificando os constrangimentos e os

avanços e caracterizar o desenvolvimento da cooperação territorial na Europa e na Euro-região Norte de Portugal-Galiza.

Num segundo momento, procura-se analisar a contribuição dos projetos da iniciativa INTERREG, desde a primeira geração até à atualidade, para perceber qual o papel e a importância deste programa comunitário para a estruturação das dinâmicas de cooperação e, ainda, caracterizar a NUT III Minho-Lima, nas vertentes demográficas, sociais e estrutura económica, permitindo comparar a evolução do território nestas dimensões.

Julgamos essencial incluir ainda um capítulo que, sistematizando a informação dos capítulos anteriores, procure responder às questões de partida formuladas, descreva o contexto da cooperação transfronteiriça no Vale do Minho, realçando a sua origem e evolução, identifique os impactos nas dinâmicas territoriais e os novos desafios que se colocam face ao atual contexto.

Finalmente, procede-se a uma apresentação das principais conclusões do estudo, bem como um resumo dos assuntos abordados, uma análise crítica e um comentário final sobre as “luzes e sombras do modelo de cooperação”, evidenciando de certa forma a necessidade e emergência de mudanças no quadro e modelo de cooperação vigente.

Importa ainda sublinhar que, com a realização deste trabalho, pretende-se aumentar o conhecimento sobre as dinâmicas de cooperação decorrentes da iniciativa comunitária INTERREG, através de uma melhor compreensão dos seus impactos nos territórios fronteiriços, esperando ainda contribuir para apontar novos caminhos no sentido da melhoria dos processos de cooperação no futuro e da prossecução dos objetivos da maior coesão territorial.

## **CAPITULO 1 – A PROBLEMÁTICA, METODOLOGIA E OS CONCEITOS**

---

### **1.1 - A Problemática**

Com a consolidação do processo de integração na União Europeia (UE), a criação do Mercado Único e a conseqüente abolição das fronteiras dos Estados, procurou-se promover o desenvolvimento das relações entre os países vizinhos incrementando a cooperação transfronteiriça, no sentido de reforçar a convergência das regiões, reduzir as assimetrias e fomentar o seu desenvolvimento socioeconómico.

A importância dos processos de cooperação para o desenvolvimento dos territórios é, desta forma, assumida pela UE como uma prioridade para o desenvolvimento do território comunitário, na procura de uma maior integração e redução das disparidades económicas e sociais decorrentes da existência de fronteiras e dos obstáculos e efeitos barreira que estas provocam.

Os processos de cooperação tiveram um impulso significativo a partir de 1990, com o lançamento da Iniciativa Comunitária INTERREG-A, que, de certa forma, se tornou a ferramenta chave para a consolidação da cooperação territorial, bem como para promover o desenvolvimento equilibrado e contribuir para atingir o objetivo da coesão territorial na UE.

Tendo em conta que já decorreram três gerações do INTERREG-A, (1990-2006), estando atualmente em curso o período de programação 2007-2013, onde se procura dar continuidade a esta dimensão da cooperação através da componente de Cooperação Territorial, sendo que, no caso de Portugal e Espanha os apoios comunitários decorrem no âmbito do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP)<sup>1</sup>, considerou-se pertinente verificar o impacto deste programa ao nível dos processos de cooperação transfronteiriça, procurando ainda perceber os contributos do programa para a diminuição do efeito barreira e para uma maior integração do território, partindo do estudo de caso do Vale do Minho Transfronteiriço.

---

<sup>1</sup> Aprovado pela Comissão Europeia em 25 de Outubro de 2007

Seguindo o pensamento de E. Medeiros (2010), julgamos que é possível relacionar, por um lado, o incremento dos processos de cooperação transfronteiriça e a diminuição dos efeitos barreira, e por outro lado, o nível de desempenho socioeconómico, sendo expectável que a cooperação transfronteiriça tenha proporcionado uma melhoria nestes indicadores. Por fim, importa equacionar se o nível de execução do programa INTERREG foi uniforme por toda a área de fronteira, ou se pelo contrário existem áreas que ao longo das várias gerações conseguiram níveis de execução superiores, e se estas últimas eram as que já apresentavam um maior grau de maturação da cooperação transfronteiriça e articulação territorial e um maior desenvolvimento socioeconómico.

Também segundo M. Perkmann (2003), a cooperação transfronteiriça pode ser distinta, por um lado, em função do seu âmbito geográfico, conforme a área onde a região está inserida e, por outro lado, de acordo com a intensidade de cooperação decorrente da capacidade estratégica e grau de autonomia face ao poder central, e ainda de acordo com o tipo de atores que protagonizam os processos de cooperação (local ou regional). Tendo presente estes critérios, considera-se que a intensidade de cooperação é mais elevada nos países escandinavos e na Alemanha, onde predomina os atores locais, e menos intensa em países como Itália e a França onde sobressaem os atores de âmbito regional (Perkmann, 2003:160).

Não menos importante é a sistematização de Domínguez Castro (c.2006) sobre evolução histórica dos processos de cooperação transfronteiriça, bem como a sua perceção da forma como os investimentos decorrentes do INTERREG veio permitir uma maior institucionalização e reforço da cooperação (2008), realçando ainda os seguintes aspetos: i) os poderes locais assumiram grande parte das iniciativas financiadas, nomeadamente pelo INTERREGIII; ii) a escassa participação das associações empresariais nas iniciativas de cooperação; iii) a débil colaboração bilateral entre empresários-universidades como atores de projetos; iv) a falta de sustentabilidade de projetos financiados pondo em causa a sua continuidade pós financiamento; v) o papel da cooperação como elemento de convergência e equilíbrio territorial; vi) dada a

diferente estrutura politico-administrativa existente em Portugal e Espanha e tendo em conta que é mais fácil harmonizar estruturas simétricas ao nível dos poderes locais do que a nível regional, as autoridades nacionais deverão reconhecer um maior protagonismo dos poderes locais, passando a assumir um papel importante na consolidação das estruturas de cooperação.

De acordo com este enquadramento, e tendo em conta o âmbito deste estudo, considerou-se que a explicitação da problemática, fundamental para estruturar o desenvolvimento da pesquisa a efetuar ao longo deste estudo, deverá ser concretizada através da formulação das seguintes questões de partida:

- Que fatores determinaram as dinâmicas de cooperação do Vale do Minho?
- Em que medida a iniciativa comunitária INTERREG tem contribuído para uma efetiva cooperação transfronteiriça?

Considerando que o INTERREG tem vindo a contribuir para estabelecer mecanismos de cooperação, bem como para o reforço da permeabilização das fronteiras e para a integração económica e social, favorecendo novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento, que irão depender da intervenção e da capacitação dos atores locais e regionais para saber explorar e aproveitar as oportunidades emergentes, procura-se perceber através destas questões de partida, qual a intensidade e a expressão que assumem na área territorial em estudo.

Em conformidade com as questões de partida, importa clarificar de que forma abordaremos estas questões, qual a perspetiva teórica e a metodologia a adotar para a prossecução dos objetivos deste estudo.

## **1.2 – A Metodologia**

Considerando o âmbito da presente pesquisa, privilegiou-se como metodologia de desenvolvimento do estudo, um conjunto de métodos e técnicas, mas em que se destaca o estudo de caso de forma a permitir verificar os modelos teóricos em contexto real no qual os fenómenos em estudo se desenvolveram.

Mas, antes de mais, será importante clarificar que não se pretende explicar todos os fenómenos decorrentes do processo de cooperação transfronteiriça neste território, procurando incidir o objeto de estudo na análise dos projetos aprovados no âmbito das várias gerações do INTERREG e na evolução de alguns indicadores estatísticos relevantes, e relacionar as conclusões obtidas com base no tratamento destes dados com a pesquisa bibliográfica efetuada, para inferir os impactos do INTERREG nos processos de cooperação, nas suas várias dimensões, (estratégia e intensidade da cooperação, tipo de parceiros e atores, etc.), aplicado ao contexto do Vale do Minho.

Com efeito, tendo presente as questões de partida formuladas anteriormente, e no intuito de obter as respostas adequadas, a metodologia a seguir procura centrar-se em três conceitos fundamentais, (cooperação transfronteiriça, INTERREG e efeito barreira), que nos vão merecer maior reflexão e que, simultaneamente, estruturaram a análise efetuada nos vários capítulos e enquadram a pesquisa ao estudo de caso do Vale do Minho transfronteiriço.

Assim, para perceber a evolução dos processos de cooperação e os impactos decorrentes do programa INTERREG ao longo das várias gerações, foi necessário recorrer a dados qualitativos e quantitativos, essencialmente através de pesquisa bibliográfica e documental, que permitiram caracterizar com alguma profundidade os fundamentos e as fases de evolução da cooperação territorial na UE desde 1950, analisar a cooperação transfronteiriça em Portugal-Espanha e o Norte de Portugal – Galiza, com enfoque para a NUTIII Minho-Lima e o Vale do Minho Transfronteiriço. Recorre-se ainda à análise dos projetos aprovados nas três gerações do INTERREG até ao atual POCTEP, considerando o montante financeiro aprovado por eixo, tipologia de projetos e os atores contemplados.

Por outro lado, procuramos compreender as dinâmicas socioeconómicas, com base no tratamento de dados de cariz quantitativa, com recurso a informação estatística, sempre que possível para os dois últimos períodos censitários (1991-2001-2011), em diferentes escalas de análise, Portugal/Espanha, Euro-região Norte de Portugal/Galiza e respetivas NUT III de fronteira da Euro-região.

Sublinhe-se ainda a importância da observação participante num dos atores da cooperação, que permitiu inferir as relações interpessoais que estruturam o complexo mundo dos contactos transfronteiriços, privilegiando uma abordagem mais informal destes processos, e que se julga ser determinantes para a compreensão destes fenómenos, complementado e enriquecendo a metodologia utilizada.

Relativamente às fontes de informação que foram utilizadas ao longo deste estudo, salientam-se as fontes documentais primárias, basicamente as depositadas no arquivo histórico da CCDR-N e na Associação de Municípios do Vale do Minho, assim como a documentação relativa aos projectos INTERREG no IFDR; as fontes documentais secundárias, como os dossiers de imprensa (Jornal de Notícias, Alto Minho, Faro de Vigo, etc), os relatórios e estudos existentes nos sites de organizações como o Conselho da Europa, o Comité das Regiões, a DG Regio da Comissão Europeia, a Associação de Regiões Fronteiras da Europa (ARFE) etc; as publicações emanadas de diferentes estruturas de cooperação da fronteira hispano-lusa, designadamente com a Galiza, GNP-AECT, Eixo Atlântico, Uniminho, Eures Transfronteiriço Norte de Portugal - Galiza, etc; e ainda as fontes orais, nomeadamente, as memórias de vida.

### **1.3– Os modelos de cooperação transfronteiriça e o efeito barreira nas regiões de fronteira**

#### **1.3.1 – Modelos de cooperação transfronteiriça**

Sendo reconhecido pelas diversas instâncias da UE a importância dos processos de cooperação para o desenvolvimento do território comunitário, bem como a constatação do forte impulso destes processos a partir do lançamento da iniciativa INTERREG, importa sublinhar que estes processos de cooperação não se apresentam com a mesma configuração e intensidade nas diversas regiões de fronteira, sendo fundamental identificar e clarificar os diferentes modelos de cooperação e dos efeitos barreira que lhes estão associados.

Assim, num estudo promovido pelo Comité das Regiões (CE, 2003) define-se cooperação transfronteiriça como a cooperação bilateral, trilateral ou multilateral entre autarquias locais e regionais, podendo envolver atores da esfera semi-pública ou privada, de regiões limítrofes ou separadas por mar, tendo por objetivo a integração de regiões separadas por fronteiras nacionais que enfrentam problemas que carecem de soluções comuns.

Neste estudo são ainda identificados os fatores que promovem e entram os processos de cooperação transfronteiriça: quanto aos fatores que promovem a cooperação podemos destacar i) a longa tradição e experiência de cooperação transfronteiriça; ii) a confiança mútua e colaboração recíproca, assentes nos princípios da parceria e da subsidiariedade; iii) a existência de estruturas comuns adequadas à cooperação entre autarquias locais e regionais a nível de estratégias e programas; iv) existência de um modelo de desenvolvimento ou de um programa transfronteiras; v) a disponibilidade de suficientes recursos financeiros.

Os fatores que poderão entrar a cooperação são: i) as limitações jurídicas impostas por legislação nacional e comunitária; ii) as diferenças em termos de estruturas e competências dos diversos níveis administrativos dos dois lados da fronteira; iii) a falta de vontade política, especialmente a nível nacional para remover obstáculos decorrentes de nova legislação ou de acordos bilaterais; iv) a experiência limitada das autarquias locais ou regionais no desenvolvimento e gestão de programas; v) os problemas na sintonização dos diversos fluxos de recursos financeiros; vi) as diferenças culturais e a existência de barreiras linguísticas; vii) a legislação a nível comunitário inadequada à realidade.

Segundo o Comité das Regiões identificam-se quatro formas de cooperação transfronteiriça:

- i) formas de cooperação antigas, baseadas numa cooperação tradicional, acelerada pelo apoio comunitário, dando-se como exemplo a região do Noroeste da Europa;
- ii) formas de cooperação mais recentes, ligadas a mudanças políticas e ao acesso de determinados países à UE, como é o caso de Espanha, Portugal e Grécia;
- iii) formas de cooperação que são o resultado direto do apoio comunitário;

iv) formas de cooperação que se desenvolvem numa ótica de acesso ou associação com a UE, exemplo dos países da Europa de Leste;

Podemos verificar que a variável tempo poderá ser determinante na intensidade dos laços de cooperação, sendo que quanto mais antigo for o processo de interação mais forte será essa cooperação.

Para M. Perkmann (2003:156), a cooperação transfronteiriça consiste numa colaboração mais ou menos institucionalizada entre autoridades subnacionais contíguas através das fronteiras nacionais. O autor apresenta ainda quatro critérios para clarificar o conceito de cooperação: i) os protagonistas são sempre autoridades públicas; ii) os atores não são normalmente reconhecidos como sujeitos com capacidade jurídica, de acordo com o direito internacional; iii) as preocupações imediatas visam a resolução prática de problemas numa escala alargada e em área de vida administrativa diária; iv) verifica-se uma certa estabilização de contactos transfronteiriços ao longo do tempo.

Recorrendo-se ainda ao estudo de M. Perkmann (2003) é possível identificar três dimensões no processo de cooperação transfronteiriço na Europa:

- O alcance geográfico: podendo identificar-se iniciativas de cooperação de curto alcance, em oposição às iniciativas desenvolvidas pelas Comunidades de Trabalho que envolvem várias regiões;
- A intensidade de cooperação: tem a ver com a capacidade estratégica adquirida pelas entidades que promovem as iniciativas de cooperação e o seu grau de autonomia em oposição com as autoridades centrais do estado;
- O tipo de atores: distinguindo os atores locais (municipais) das autoridades regionais.

Podemos constatar na primeira abordagem do Comité das Regiões a importância da variável tempo e nesta a variável espaço (local/regional).

Segundo J.Gabbe (2005) existem dois tipos de cooperação, tendo por base diferentes escalas territoriais de análise:

- nacional/regional, normalmente promovida pelo Governo e as Comissões de Desenvolvimento Regional;

-regional/local, desenvolvida através das Euro-regiões ou estruturas similares.

Para este autor, a forma de cooperação que se tem mostrado mais eficiente tem sido a que se situa na dimensão regional/local, na medida em que procura envolver a participação dos cidadãos e dos decisores políticos nos vários níveis de atuação.

Num estudo de I. André; F. Moreira, (2006), referenciado por E. Medeiros, analisa-se os vários tipos de interações e fluxos entre os diversos atores locais e regionais, destacando as seguintes dimensões:

-“interações que decorrem das naturais relações de vizinhança, que se produziram no passado e se intensificam no presente”, originando fluxos essencialmente imateriais, ou fluxos materiais mas com impacto económico reduzido;

-“interações que decorrem do aproveitamento unilateral de oportunidades que o alargamento do mercado e a existência da descontinuidade estrutural do efeito de fronteira permitem e aguçam”, gerando investimentos económicos significativos para o desenvolvimento do território;

-“interações que derivam do estabelecimento de uma verdadeira cultura de cooperação e que pressupõe a existência de uma estratégia comum tendo em vista obter mais-valias dos dois lados da fronteira”, podendo verificar-se interações bilaterais, com um grande impacto no desenvolvimento local integrado e equilibrado do território fronteiriço;

-“interações que derivam de uma pseudo-cooperação transfronteiriça, resultantes de estratégias diferentes de ambos os lados da fronteira e que se materializam em efeitos desarticulados e desequilibrados do ponto de vista transfronteiriço. Frequentemente essas interações são meros sub-produtos de lógicas de desenvolvimento separadas, com efeitos mínimos ao nível transfronteiriço e que se justificam na procura do mínimo denominador comum capaz de viabilizar os apoios comunitários.”(Medeiros,2007a:19)

Considerando em certa medida os pressupostos dos vários autores referidos, Eduardo Medeiros propõe um modelo de cooperação, assente em quatro sub-modelos de cooperação (Medeiros, 2007a:20-23)

- Sub-modelo de cooperação Genuína: neste sub-modelo de cooperação transfronteiriça, o efeito barreira em qualquer das dimensões possíveis deverá ser mínimo, existindo uma forte cooperação institucional coordenada por uma entidade com competências vinculativas que definirá a estratégia territorial comum, contando com a participação de vários atores locais e regionais e da sociedade civil. As interações são intensas e estruturantes com efeitos positivos para os dois lados da fronteira, verificando-se a coexistência de utilização de equipamentos sociais e culturais.

Pode-se dizer que corresponderá ao modelo ideal de uma verdadeira Euro-região, com uma identidade própria, com um elevado grau de autonomia institucional e articulação territorial. A EUROREGIO (Alemanha e Holanda) é um eventual exemplo de cooperação com este enquadramento.

- Sub-modelo de cooperação Estrutural: este modelo corresponde às regiões com elevada permeabilidade fronteiriça, quer em termos da acessibilidade, como de cooperação económica e tecnológica. Todavia a dimensão sociocultural, ambiental e patrimonial e institucional-urbana não é totalmente conseguida.

Neste modelo é possível existir algum grau de articulação territorial, em fluxos transfronteiriços específicos, bem como uma coexistência de parcerias bilaterais e parcerias entre vários atores.

Contudo, são normalmente processos recentes de cooperação, que ainda não permitiu a “cristalização de uma autonomia e de uma identidade própria que envolva todos os atores locais”, (Medeiros, 2007a:21) designando-se de “regiões estruturais transfronteiriças”, como as que existem na Alemanha-Áustria-Bélgica e França- RU.

- Sub-modelo de cooperação Emergente: a maior parte das regiões de fronteira situam-se neste modelo, e caracterizam-se pela ausência de uma cultura transfronteiriça plena, apresentando fortes debilidades em várias dimensões do efeito barreira, principalmente na institucional – urbana, com uma fraca autonomia regional, fraco nível de articulação territorial e onde os resultados positivos da cooperação só recentemente se começam a fazer sentir devido

aos investimentos realizados no âmbito do INTERREG-A e “não na vontade genuína dos autores em cooperarem entre si” (Medeiros,2007a:22).

Verifica-se ainda que na maior parte das vezes são os agentes regionais que desenvolvem os processos de cooperação em parcerias bilaterais, com uma fraca participação e articulação institucional dos dois lados e sem uma preocupação com a continuidade das ações no tempo e no espaço.

Todavia, com a progressiva diminuição dos efeitos barreira e a criação das bases da cooperação como forma de mobilização das comunidades locais, poderá conduzir ao modelo de cooperação estrutural. A existência de um gabinete transfronteiriço eficaz poderá ter um papel importante neste processo, ajudando a estruturar o território de ambos os lados, sendo que o facto de não possuir capacidade de intervenção e de decisão vinculativa, poderá limitar os efeitos da sua atuação para o desenvolvimento regional e local.

Estas regiões são designadas de “regiões fronteiriças emergentes”, dando como exemplos as regiões dos países do sul da europa.

- Sub-modelo de Pseudo cooperação: aqui o efeito barreira é ainda muito visível em todas as suas dimensões e a cooperação entre entidades é muito pontual, não representando um fator de desenvolvimento do território.

A cooperação existente não está enquadrada numa estratégia comum mas é uma forma de acesso aos fundos comunitários para resolver problemas pontuais e na maioria de âmbito estrutural, não contribuindo para a estruturação do território.

De acordo com os quatro modelos de cooperação apresentados, podemos constatar que os processos de cooperação apresentam uma grande heterogeneidade nas regiões transfronteiriças da UE, desde a cooperação genuína, que emerge de processos de cooperação com uma longa tradição, e que envolve todos os agentes locais e regionais, e onde os gabinetes de coordenação transfronteiriça existentes, desempenham um papel fundamental para ultrapassar as barreiras administrativas e jurídicas. No modelo oposto temos uma pseudo-cooperação, onde não existe articulação estratégica entre os vários atores, que pretendem apenas aceder a verbas comunitárias, para colmatarem necessidades de financiamento dos seus projetos individuais.

### **1.3.2 – Os efeitos barreira nas regiões de fronteira**

A tipologia das barreiras que podemos encontrar nas regiões de fronteira da UE, varia obviamente de caso para caso, sendo possível identificar vários tipos de barreira que poderão ter consequências negativas no acesso às redes de informação e conhecimento, à difusão das inovações e ainda aos fluxos de mercadorias e pessoas, com efeitos ao nível dos próprios processos de cooperação.

E. Medeiros na sua Tese de Doutoramento (2010:38), baseando-se em parte na sistematização proposta por P. Nijkamp (1990), identifica diversas causas para a existência de barreiras, desde: i) originadas pela natureza (montanhas, rios); ii) criadas por razões de conveniência em estruturas tarifárias (portagens); iii) criadas com o propósito de proteção, físicas e não físicas (muralha da china); iv) resultantes de efeitos colaterais de políticas várias (construção de canais); v) evoluindo como consequência de outras barreiras (linguagem e barreiras culturais).

Constata-se ainda que as causas naturais têm cada vez menos impacto, como fatores que poderão originar barreiras à comunicação e aos diferentes tipos de fluxos, dado o desenvolvimento tecnológico que tem permitido encontrar formas de ultrapassar os obstáculos naturais.

Importa ainda realçar a tipologia de redes de barreira em regiões fronteiriças, no sentido de melhor compreender os processos de contactos transfronteiriços, que poderão ocorrer entre duas regiões separadas por uma fronteira político-administrativa, designadamente:

- redes isoladas: a fronteira encontra-se totalmente encerrada, podendo existir relações informais, como o contrabando de mercadorias ou imigração ilegal;
- redes interconectadas: verifica-se uma ligação formal transfronteiriça, onde os obstáculos da fronteira são significativos, decorrendo das estruturas políticas e administrativas existentes;
- redes controladas conjuntamente: caracteriza-se pela existência de um controlo territorial conjunto, levando a uma fragmentação reduzida. Neste caso, é possível evitar a duplicação de serviços e infraestruturas, através da

exploração conjunta de diversos equipamentos e serviços, sendo ainda a modalidade que apresenta melhores condições para minimizar os eventuais efeito barreira.

António Covas (2009:169) refere que na cooperação entre regiões de fronteira, também designadas de “regiões sistémicas” por concentrarem em espaço reduzido todos os problemas do relacionamento bilateral mais convencional, convergem todos os problemas da integração europeia. Este território ou territorialidade em construção constitui um verdadeiro laboratório de “problem-solving”, que pode ser muito rico de ensinamentos de todo o tipo.

A propósito do diagnóstico realizado sobre a cooperação entre o Alentejo-Extremadura, A. Covas (2009:102) identifica os grandes estrangulamentos à cooperação: i) o défice institucional medido pela desigualdade político – administrativa entre as duas regiões de fronteira; ii) o défice demográfico e disfunções urbanas; iii) a degradação ambiental e paisagística; iv) a rarefação e défice de atividade económicas com expressão regional e fronteiriça; v) o défice de investimentos estruturantes; vi) o défice ideológico medido pela falta de interesse ou de identidade transfronteiriça.

Os estrangulamentos ao relacionamento transfronteiriço podem representar graves problemas quer para o desenvolvimento económico e social do território quer para a promoção de uma cooperação mais intensa, com maior índice de empresarialização de projetos comuns, genuinamente transfronteiriços, e que promova uma verdadeira política ativa de cooperação, que aumente o grau de intervenção entre os agentes públicos privados.

Reconhecendo-se que a redução dos efeitos barreira nas regiões fronteiriças, constitui uma condição essencial para o seu desenvolvimento, na medida em que poderá permitir o acesso a redes de informação, melhorar os fluxos e a circulação de pessoas e recursos, condicionando o processo de reestruturação regional, torna-se fundamental medir a intensidade dos efeitos, recorrendo a cinco categorias de fluxos distintas nas regiões de fronteira, que são determinadas pelos efeitos das barreiras existentes: i) institucional – urbana; ii) cultural-social; iii) ambiental – patrimonial; iv) acessibilidade; v) economia – tecnologia.

A estas categorias, também designadas de “dimensões de análise”, associou-se componentes e indicadores, com o objetivo de medir a evolução e a intensidade dos fluxos (Medeiros,2010).

Quadro 1 - Dimensões analíticas do efeito barreira em regiões de fronteira

<b>Dimensões</b>	<b>Componentes</b>	<b>Indicadores</b>
Institucional-Urbana	-Governança: governança local -Policentrismo: cooperação urbana	-Associações de cooperação transfronteiriça - Processos de cooperação urbana
Cultural-Social	-Cultura: iniciativas culturais e língua -Coesão social: equipamentos sociais	- Iniciativas culturais conjuntas - Cursos de formação da língua do país vizinho -Equipamentos sociais conjuntos
Ambiental-Patrimonial	-Ambiente: espaços naturais -Património: preservação patrimonial - Turismo: dormidas	- Acordos entre parques nacionais e naturais - Iniciativas patrimoniais conjuntas - Dormidas de turistas do país vizinho
Acessibilidade	- Tráfego de veículos: rodoviário - Vias de comunicação: rodoviárias	- Tráfego médio anual de veículos nas principais conexões transfronteiriças - pontos de atravessamento transfronteiriças construídas
Economia-Tecnologia	-Fluxos: comércio - Empresas/Tecnologia: nº de empresas estrangeiras	-Trocas comerciais das NUT III com o país vizinho -Penetração das empresas do país vizinho

Fonte: (Medeiros,2010:44) - adaptado

Neste sentido, apresenta-se como justificação para a escolha destas dimensões os seguintes considerandos:

- 1- Para que se alcance uma adequada consolidação das regiões fronteiriças, é fundamental que ocorra uma cooperação institucional nos seus diversos níveis, estatal, regional e local, o que poderá implicar a criação de gabinetes transfronteiriços que promovam a cooperação institucional e reforcem as redes de governança multinível através da participação dos atores locais, dado o papel relevante que os líderes e as autoridades municipais podem ter nas políticas regionais e na sua concertação com as estratégias locais. Neste sentido, para que se atinja um elevado grau de integração institucional é essencial a existência de uma estrutura jurídica descentralizada que promova a integração das regiões fronteiriças.
- 2- As iniciativas de cooperação de âmbito cultural e social, que poderá passar pela partilha de equipamentos e serviços, poderá contribuir para melhorar o

nível de integração das regiões fronteiriças e simultaneamente para atenuar o efeito barreira nestas áreas. No caso das barreiras culturais e linguísticas, poderão assumir uma importância relevante entre as populações, podendo causar descontinuidade nos contactos entre estas.

- 3- A conservação do ambiente e do património nas regiões de fronteira, ao potenciar o desenvolvimento local em resultado da implementação de diversas atividades de cooperação no domínio da valorização ambiental e da preservação do património, poderá ter efeitos na diminuição do efeito barreira.
- 4- A acessibilidade, ao permitir corrigir a condição periférica das regiões fronteiriças e contribuindo para o progressivo reforço dos fluxos transfronteiriços, assume-se como um fator determinante para a diminuição do efeito barreira.
- 5- Complementarmente com a melhoria das acessibilidades, os investimentos nas redes de comunicação, telefones, redes digitais, etc., na medida em que poderá permitir um melhor acesso a serviços, permitindo derrubar barreiras físicas e humanas, facilitando trocas de bens e de informação, terá também um papel importante na estruturação dos territórios transfronteiriços, ajudando a valorizar estas regiões do ponto de vista da sua atratividade económica e reforçando a sua competitividade.

É com base na aplicação destas dimensões de análise associadas ao conceito de efeito barreira, e tendo presente os pressupostos dos vários modelos de cooperação anteriormente apresentados, que a análise a seguir procurará responder às questões de partida, em que por um lado se relaciona os vários projetos do INTERREG e a diminuição do efeito barreira e por outro lado se equaciona o modelo identificado no território em estudo.

## **CAPITULO 2 - ESTADO DA ARTE DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

---

Este capítulo, de âmbito essencialmente histórico-descritivo, tem como objetivo caracterizar e explicitar o alcance dos processos de cooperação transfronteiriça, tendo presente os diferentes níveis de abordagem desenvolvidos ao longo deste capítulo e que consiste em: i) analisar a evolução da cooperação territorial na UE, percebendo os constrangimentos e avanços inerentes a este processo; ii) caracterizar a cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha, identificando os níveis de governança, a tipologia de atores e modelos de cooperação; iii) especificar a cooperação da Euro-região Norte de Portugal-Galiza, a sua contextualização histórica, prioridades e objetivos estratégicos.

### **2.1 - A evolução da cooperação territorial/transfronteiriça na UE: análise dos constrangimentos e dos avanços**

Decidimos começar esta abordagem pela caracterização da evolução da cooperação territorial na UE, visto ser fundamental para a compreensão do “estado da arte” da cooperação transfronteiriça na atualidade.

Assim, identificamos quatro etapas na evolução da cooperação transfronteiriça na Europa entre 1950-2006 (Domínguez Castro, 2006:1-30).

#### **2.1.1 – Primeira etapa: 1950 - 1970**

A primeira transcorre entre 1950 – 1970, foi a etapa mais longa, onde se verificou os primeiros movimentos de cooperação, essencialmente entre a fronteira com a Alemanha e a Holanda e nos países escandinavos. A sua estrutura organizativa encaminhava-se para o modelo de Euro-região, destacando-se neste processo o papel das autoridades locais.

Esta etapa da cooperação concentra-se num território com graves necessidades decorrentes das guerras civis e europeias, mas com um passado histórico com tradição de forte colaboração. Todavia, ainda sem modelos claros e sólidos quanto às estruturas administrativas, devido à falta de Tratados

bilaterais entre os respetivos Estados devidamente consolidados e enquadreadores dos processos de cooperação, não obstante já existir na altura o Tratado de Helsínquia entre os países nórdicos.

Neste período destaca-se a criação do Conselho de Municípios da Europa (CME), cuja origem situa-se na reunião que decorreu em Outubro de 1950 entre teóricos do municipalismo, do federalismo e do ordenamento urbano e administrações municipais, dos seis países que estavam a negociar o tratado de Paris, no sentido de dar voz às coletividades locais no processo de construção europeia.

No início a principal função era a promoção de geminações entre municípios da França, da República Federal Alemã e o BENELUX, no sentido de melhor resolver os problemas causados pela Segunda Guerra Mundial e promover a reconciliação entre povos que tinham lutado entre si, através do reforço das relações transfronteiriças, baseado no intercâmbio cultural, na cooperação entre universidades, etc., que mais tarde daria origem à cooperação transfronteiriça inter-regional.

O CME procurou ainda que as entidades locais estivessem presentes nos órgãos das instituições europeias, pelo que foi instituída a Conferência Permanente de Poderes Locais da Europa (CPLÉ) com a intenção de promover a integração económica das regiões naturais supra-fronteiriças.

Outras iniciativas foram levadas a cabo pelo Conselho da Europa, que foram determinantes para o avanço da cooperação transfronteiriça, nomeadamente a Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo ordenamento do território e a Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo meio ambiente, chamando a atenção para a persistência dos desequilíbrios territoriais decorrentes da expansão económica e social da Europa.

Destaca-se ainda em 1970, a criação do Comité Diretor para as questões regionais e dos municípios, de âmbito intergovernamental, tendo realizado vários estudos sobre as instituições regionais da Europa, a cooperação transfronteiriça, a participação dos cidadãos na vida pública local e regional, as

finanças locais, entre outros temas que serviram de base para as futuras iniciativas levadas a cabo pelas diversas instâncias do Conselho da Europa.

Defendia-se que, sem a cooperação transfronteiriça, o processo de integração europeia era frágil e sem um verdadeiro conteúdo.

Neste período, foi criada a Direcção XVI da Comissão Europeia, em 1967, para tratar das questões regionais, que levaria mais tarde, em 1969 à criação de um Comité de desenvolvimento regional, um fundo de bonificação e uma Sociedade de desenvolvimento regional.

Entre 1950 e 1970, destacam-se as seguintes organizações de cooperação transfronteiriça:

-EUREGIO, criada em 1958, ano em que decorreu a 1ª conferência transfronteiriça entre associação de municípios, da Holanda e Alemanha, que teve como mote a necessidade de melhorar as infraestruturas locais em benefício conjunto;

-Regio Basiliensis, em 1963, que apesar de não apresentar um carácter transfronteiriço, na medida em que engloba os cantões suíços, empresas e universidades dessa nacionalidade, beneficia da condição fronteiriça entre Suíça, França e Alemanha;

-Seguindo os passos da Regio Basiliensis, em 1965, foi constituída a Regio du Haut-Rhin;

-Em 1965 a Regio organiza o Congresso Internacional sobre o planeamento das regiões, constituindo as bases da Associação de Regiões Fronteiriças da Europa (ARFE);

-O Conselho de Orensud, criado em 1964, entre as regiões marítimas de Copenhaga e Malmoe.

### **2.1.2 – Segunda etapa: 1971 - 1980**

A segunda etapa, entre 1971-1980, inicia-se com a constituição da primeira organização inter-regional europeia, a Associação de Regiões Fronteiriças da Europa (ARFE). O protagonismo das autoridades regionais cresce, as regiões

consolidam o seu papel no Conselho da Europa, e o seu órgão consultivo passa a chamar-se Conferência de Poderes Locais e Regionais da Europa.

Neste período o âmbito geográfico amplia-se até aos países alpinos, surgindo as Comunidades de Trabalho como modelos de organizações de cooperação.

A crise económica na Europa dos anos setenta, muito ligada ao sector energético e sectores produtivos, agudiza o carácter periférico das regiões fronteiriças, que são obrigadas a procurar novas soluções para superarem os problemas, sendo que a cooperação transfronteiriça é assumida como uma oportunidade de posicionar-se perante uma nova centralidade, no âmbito do processo de construção europeu.

Destaca-se neste período o protagonismo de três regiões, Tirol, Baviera e Lombardia, que apesar do desenvolvimento económico e político dos países onde se inserem, estão afastadas da sede dos governos nacionais. Nesta fase as regiões assumem um grande protagonismo.

Os anos setenta são também marcados pelas reformas administrativas dos Estados, pela emergência do poder regional e pelo surgimento das primeiras organizações europeias inter-regionais.

O Conselho da Europa desempenhou um papel importante neste período, é a grande organização externa que atua como promotor da cooperação transfronteiriça com um ativismo muito acentuado. Por um lado, a CPLE organiza as duas primeiras Conferências europeias de regiões transfronteiriças, por outro lado o Conselho da Europa cria a Conferência de Ministros responsáveis pelas entidades locais, donde emergirá mais tarde a Convenção-Quadro sobre cooperação transfronteiriça entre Comunidades e autoridades territoriais.

Além disso, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e a CPLRE convocaram duas Convenções: a primeira em 1975 na Irlanda entre autoridades regionais da Europa periférica, que culminou com uma Declaração defendendo o policentrismo que deveria presidir à construção europeia, com maior solidariedade e coesão territorial como fio condutor. A segunda decorreu em Bordéus em 1978 para debater os problemas da regionalização na Europa,

defendendo a necessidade de maior protagonismo das regiões na construção europeia e na vida interna dos seus Estados.

O Conselho da Europa favoreceu, desta forma, a emergência de vários atores regionais e assegurou uma certa base jurídica da cooperação transfronteiriça, através da elaboração da Convenção-Quadro de Madrid.

A ARFE, com sede em Gronau, centrava-se nas relações de cooperação transfronteiriça, contava inicialmente com 12 regiões membros, (em 1981 serão 15), tinha o estatuto consultivo por parte do Comité de Ministros do Conselho da Europa, mas a falta de um quadro administrativo próprio e a dependência financeira trava as possibilidades de desenvolvimento desta instituição.

Em 1973 é constituída a Conferencia de Regiões Periféricas e Marítimas (CRPM), uma organização focalizada nos desequilíbrios territoriais e na representação que as regiões deveriam assumir nos órgãos de decisão da Europa e na defesa do desenvolvimento policêntrico da Europa. Todavia, apresentava um escasso grau de institucionalização, assumindo funções consultivas outorgado pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa. A CRPM terá um papel determinante na criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Neste período, destacam-se cerca de 18 organizações de cooperação transfronteiriça na Europa, sendo que metade são constituídas por países nórdicos, beneficiando do acordo de cooperação transfronteiriça entre municípios, mais propriamente o Acordo Nórdico de 1977, subscrito pela Finlândia, Noruega, Suécia e Dinamarca, que declarava que a cooperação entre municípios ao longo das fronteiras, deveria ser tão fácil de alcançar como se tratasse de cooperação entre municípios de um mesmo país, pelo que as partes deveriam proceder às mudanças necessárias na legislação nacionais para que se atingisse este desígnio.

Também neste período assiste-se a um novo tipo de organização transfronteiriça, designada de Comunidade de Trabalho, baseada em acordos com uma débil base jurídica, débil grau de institucionalização, carecem de personalidade jurídica, e a sua capacidade de ação e de gestão é limitada. A

primeira a constituir-se foi a ARGE ALP entre os territórios alpinos da Áustria, Suíça, Itália e Alemanha, e a segunda foi a ALPE ADRIA, depois das Conferências organizadas pela CPLRE sobre regiões fronteiriças.

É também neste período que surgem as Euro-regiões emergentes assim designadas por Perkmann (2002), para as Euro-regiões caracterizadas por uma baixa intensidade de cooperação, sem secretariado e organização permanente, sem recursos financeiros próprios e de dimensões geográficas mais reduzidas que a Comunidade de Trabalho e normalmente circunscritas à área das entidades locais (Dominguez Castro, 2006:14).

### **2.1.3 – Terceira etapa: 1981 – 1990**

A etapa seguinte decorre entre 1981-1990, corresponde à aprovação da Convenção – Quadro Europeia, sobre a cooperação transfronteiriça entre Comunidades ou Autoridades Territoriais, designada de Convenção de Madrid.<sup>2</sup> Com a Convenção foi possível uma colaboração direta entre as Comunidades Autónomas de Espanha e as regiões portuguesas, estabelecendo assim, o terceiro nível de cooperação transfronteiriça, o nível regional.

A Convenção teve uma lenta repercussão, devido à soberania das autoridades centrais dos Estados subscritores que pretendiam que a cooperação transfronteiriça ficasse subordinada a acordos bilaterais, bem como aos diferentes sistemas jurídico-administrativos nacionais que diminuía a importância desta Convenção.

Nesta etapa, destaca-se ainda a Carta Europeia de regiões fronteiriças e transfronteiriças, aprovada pela ARFE em 1981, onde a cooperação aparece como forma de superar as “cicatrices da história” que representam as fronteiras da Europa.

Apesar do abrandamento do processo de construção europeu provocado pela crise económica mundial, as regiões começam a posicionar-se no sentido de desempenhar um papel ativo no relançamento do processo europeu.

---

<sup>2</sup> Aprovada durante a 4ª Conferencia de Ministros europeus responsáveis das entidades locais, que decorreu em Madrid, em Maio de 1980. Entrou em vigor em Dezembro de 1981, tendo sido ratificada pela Noruega, Dinamarca, Suécia e Alemanha Federal.

Com a assinatura do Tratado de Ato Único Europeu<sup>3</sup> (1986), começa uma nova visão da política regional comunitária centrada na reforma dos fundos estruturais e em promover a política de coesão económica e social.

Destaca-se o ano de 1988, como o ano chave no domínio da nova política de coesão, económica e social, e da cooperação transfronteiriça, em que a Comissão Presidida por J. Delors, apresenta o I Pacote Delors, destinada a reforçar os fundos estruturais para minimizar o impacto da criação do mercado Único nas regiões mais pobres e fronteiriças, previsto para 1992.

Neste sentido, no artigo 10º do FEDER são destinados fundos para três objetivos prioritários: ordenamento do território, redes de cooperação entre regiões e cidades e para cooperação transfronteiriça, onde se destaca a criação do programa PACTE, RECITE, ECOS, que deram posteriormente lugar ao INTERREG.

Nesta etapa, as organizações de cooperação surgem em menor número e principalmente depois da aprovação do Tratado do Ato Único, procuram responder a modelos de baixa intensidade de cooperação e débil institucionalização, como é o caso da Comunidade de Trabalho e Euro-regiões emergentes.

Os anos oitenta são tempos de preparação tanto no âmbito jurídico, com a Convenção de Madrid, como no domínio económico com os PIM-Programas Integrados Mediterrâneos, e ainda com a profunda reforma dos fundos estruturais promovidos pela Comissão Delors. É uma década de grande mobilização regional na Europa e de grande protagonismo para as regiões, que levará em 1985 à criação da Assembleia de Regiões da Europa.

Enquanto os países nórdicos abrandam o processo de criação de órgãos de cooperação, os Pirenéus, o Canal da Mancha e em geral a faixa atlântica expande o processo de cooperação.

---

<sup>3</sup> Jacques Delors, presidente da Comissão, resumiu da seguinte maneira os principais objetivos do Ato Único: " O Ato Único é, numa frase, a obrigação de realizar simultaneamente o grande mercado sem fronteiras e também, a coesão económica e social, uma política europeia de investigação e tecnologia, o reforço do Sistema Monetário Europeu, o começo de um espaço social europeu e de ações significativas em relação ao meio ambiente".

Fonte: <http://www.historiasiglo20.org/europortug/actounico.htm> (2012/05/01;16H 15M).

#### **2.1.4 – Quarta etapa: 1991-2006**

Os grandes acontecimentos da última década do século XX, com a queda do muro de Berlim, a reunificação da Alemanha, o avanço significativo do processo de construção europeu e a União Europeia, vão determinar, a partir de 1991, uma nova fase, marcada pela forte cooperação transfronteiriça, decorrente fundamentalmente dos programas comunitários de apoio, nomeadamente do INTERREG.

A Convenção de Madrid começa a originar vários Acordos e Tratados, principalmente entre os países com mais tradição de cooperação e por isso com necessidade de um quadro legal que formalizasse juridicamente os atos derivados dessa cooperação.

O Conselho da Europa, consciente das limitações da Convenção-Quadro, aprovou em 1995 um Protocolo adicional que entrou em vigor em 1998, que vai permitir às autoridades e entidades locais e regionais efetuar acordos de cooperação transfronteiriça com organismos ou autoridades de outros Estados e estabelecer organismos permanentes de cooperação através de entidades de direito público ou privado.

Se os instrumentos jurídicos ajudam a explicar o êxito da cooperação transfronteiriça, os instrumentos financeiros não são menos importantes, designadamente com a iniciativa INTERREG, para ajudar as regiões fronteiriças, que são as mais afetadas com a criação do Mercado Único.

Com a abolição sucessiva das fronteiras internas nos Estados membros da UE, surge a constatação de uma nova realidade territorial no espaço comunitário, que apresenta na sua maioria, características de territórios periféricos, justificando medidas específicas de intervenção nas regiões fronteiriças. A especificidade das problemáticas sociais, económicas e territoriais, reconhecidas nestas regiões, levou ao lançamento da iniciativa comunitária INTERREG, vocacionada para o desenvolvimento destas regiões, através do financiamento de iniciativas de cooperação transfronteiriça.

Na 1ª fase, o INTERREG, com 31 programas e cerca de 1.082 milhões de euros, procurava financiar projetos em sectores ligados aos transportes e

comunicações, meio ambiente, empresas, turismo, desenvolvimento rural e formação.

Entre 1994-1999, decorreu a 2ª fase do INTERREG, dividindo-se em três subprogramas: INTERREG II A, centrado na cooperação transfronteiriça; INTERREG II B com o objetivo de criar redes de energia; INTERREG II C, destinado à cooperação transnacional.

Para o período de programação 2000-2006, o INTERREG III apostou no desenvolvimento territorial mais equilibrado e no fomento da coesão económica e social, e contava com um orçamento global de 4.875 milhões, sendo 50% a 80% para a componente transfronteiriça, 14% a 44% para projetos de âmbito transnacional e 6% para iniciativas inter-regionais.

A principal vantagem do INTERREG foi o ter levado os atores territoriais a reorientar as suas políticas tendo em consideração a existência de coletividades vizinhas para estabelecer parcerias e poder aceder às ajudas comunitárias, o que levou ao surgimento de muitas estruturas de cooperação financiadas pelo próprio INTERREG..

Surgiram ainda outros programas para financiamento da cooperação transfronteiriça, desde o Phare CBC para promover a cooperação transfronteiriça entre os países da Europa Central (PECOS) com fronteira com a União Europeia, que apesar de semelhante ao INTERREG, tinha menos volume financeiro; o Tacis CBC destinado a promover a cooperação entre a Rússia, Bielorrússia, Ucrânia e Moldávia, os PECOS e a União Europeia, no domínio das infraestruturas fronteiriças e atividades relacionadas com o meio ambiente; O programa CARDS, destinado à cooperação entre UE, os PECOS e os países balcânicos.

Nos anos 90, verifica-se que o poder regional na Europa perde algum protagonismo e, em simultâneo observa-se um certo incremento do grau de institucionalização. Em 1994, a Conferência de Poderes Locais e Regionais da Europa dá lugar ao Congresso de Poderes Locais e Regionais na Europa, convertido em órgão consultivo do Conselho da Europa, ao mesmo nível que a Assembleia Parlamentar. O Congresso tem uma estrutura bicameral, com uma

Câmara de poderes locais e outra Câmara das Regiões, com os membros eleitos nos seus respetivos países.

Em 1994, entra também em funcionamento o Comité das Regiões (CdR), órgão consultivo previsto no Tratado de Maastricht para dar voz aos poderes regionais e locais na UE.

O diferente nível de competências das regiões dos países comunitários e a reformulação da estrutura federal na Alemanha, explicam esta perda de protagonismo. Contudo não podemos dizer que houve retrocesso no processo, se tivermos em conta a multiplicação de organismos de representação das entidades sub-estatais em Bruxelas. Destaca-se a constituição de cerca de 70 organizações de cooperação transfronteiriça, sendo seis entre Portugal e Espanha, designadamente: a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal, em 1991, o Grupo de Iniciativas Transfronteiriças Extremadura - Alentejo e o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, em 1992, o Grupo de Iniciativas Transfronteiriças Extremadura-Centro de Portugal, em 1994, Comunidade de Trabalho Castela Leão-Centro de Portugal, em 1995, Comunidade de Trabalho Castela Leão-Norte de Portugal, em 2000.

Salienta-se que 43 destas estruturas adotam o modelo das Euro-regiões emergentes e que 10 adotam o modelo das Comunidades, o que corresponde a que cerca de 75% são organizações de débil institucionalização e fraca intensidade de cooperação.

Por outro lado, o domínio absoluto das regiões como atores da cooperação transfronteiriça que se verificou na etapa anterior desapareceu, repartindo o protagonismo com as entidades locais, que começam a recuperar o espaço perdido, beneficiando de um maior grau de proximidade e homogeneidade com os seus parceiros vizinhos.

Neste quadro, o Comité das Regiões, enquanto órgão consultivo, veio permitir às autarquias locais participar no processo de tomada de decisões da União Europeia. O CdR, representando o poder local e regional, é consultado pelo Conselho, pelo Parlamento e pela Comissão sobre questões relacionadas com os interesses regionais e locais em vários domínios.

O Tratado de Lisboa veio, também, consolidar os estatutos das regiões e dos municípios no quadro da política da UE, e ainda promover o papel institucional do Comité das Regiões no processo legislativo.

O CdR assume um papel fundamental na prossecução dos processos de cooperação, defendendo que “a cooperação a nível transfronteiriço, interterritorial e transnacional constitui para a União Europeia uma prioridade de primeira ordem na sua procura de integração e de redução do parcelamento económico e social provocado pela fronteiras nacionais, na medida em que ela contribui para a realização da Europa dos Cidadãos, uma Europa em que as pessoas aprendem a conhecer-se e a respeitar-se na sua diversidade, segundo o lema: «conhecer para se compreender». Com efeito, o mais importante não é unir Estados, é unir pessoas” (Medeiros, 2007a:2).

Segundo Wladimir Brito (2000) a cooperação transfronteiriça, apesar da sua natureza inter-estatal, passou também a assumir uma vertente de cooperação entre coletividades fronteiriças regionais e locais, passando a ter uma natureza não só inter-estatal mas inter-regional e inter-local (Moura,2004).

Estas regiões vão além do traçado tradicional das fronteiras, abrangendo espaços com características e problemas comuns, que não coincidem necessariamente com o território nacional, formando macrorregiões ou Euro-regiões que procuram atuar em conjunto para resolver obstáculos e promover o desenvolvimento da região, baseado em instrumentos de âmbito internacional. Estas macrorregiões, apesar de relativamente recentes na Europa, “têm revelado ser bastante eficazes especialmente no que diz respeito à cooperação transfronteiriça, (pela maior proximidade geográfica das administrações regionais relativamente à fronteira, maior grau de conhecimento dos problemas e das soluções a levar a cabo e maior disponibilidade financeira por comparação com as autoridades locais” (Moura, 2004:7).

Realçamos ainda as iniciativas lançadas pela Comissão Europeia no sentido de promover uma maior proximidade com os países externos da UE, apoiando a elaboração de projetos conjuntos e associando os instrumentos comunitários

internos (INTERREG) e externos, ligada à componente de vizinhança, donde sobressaiam os programas TACIS e MEDA, que decorreram entre 2000-2006. O Programa de Cooperação Transfronteiriça TACIS que envolve vários países de quatro Estados parceiros, designadamente Bielorrússia, Moldávia, Rússia e Ucrânia, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das regiões fronteiriças, incentivando a ligação entre eles. O programa TACIS CBC destina-se às áreas de fronteira entre os Novos Estados Independentes (NEI) e a UE, e os países candidatos à adesão.

O programa MEDA, lançado em 1996, tem como finalidade implementar medidas de cooperação destinadas a apoiar os países terceiros mediterrânicos a procederem às reformas das estruturas económicas e sociais, bem como ajudar a atenuar os efeitos do desenvolvimento económico no plano social e ambiental. A partir de 2003 é lançada, a política europeia de vizinhança, com o objetivo de partilhar os benefícios da UE com os países vizinhos da Europa de Leste, do Sul do Mediterrâneo e do Cáucaso, contribuindo para o reforço da estabilidade, segurança e bem-estar comuns, procurando ainda prevenir o surgimento de clivagens entre a UE e os países vizinhos, através do desenvolvimento de iniciativas de cooperação no domínio político, económico, cultural e de segurança, beneficiando de uma assistência financeira e técnica, através do Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IEVP) para o período de 2007-2013, substituindo os programas TACIS e MEDA.

Neste contexto de uma maior integração da Cooperação Territorial Europeia, foram ainda criados os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial<sup>4</sup> (AECT), no sentido de facilitar e promover a cooperação territorial, transfronteiriça, transnacional e inter-regional. Os AECT's são pessoas coletivas públicas de natureza associativa, que integra entidades de dois ou mais Estados Membros da UE, dotados de personalidade jurídica.

---

<sup>4</sup> Regulamento CE nº 1082/2006 de 5 de julho, (aplicado em Portugal pelo Decreto-Lei nº 376/2007 de 8 de Novembro), estabelece o quadro jurídico para a constituição dos AECT.

Os âmbitos de atuação dos AECTs poderão situar-se entre o desenvolvimento de atividades económicas, sociais e ambientais transfronteiriças através de estratégias conjuntas; o desenvolvimento da cooperação transnacional, nomeadamente a cooperação bilateral entre as regiões marítimas; a cooperação inter-regional, do intercâmbio de experiências e de ações ligadas a estudos e análise das tendências de desenvolvimento europeias ([www.ifdr.pt](http://www.ifdr.pt) 2012/05/30; 22H15M).

Em Portugal existem três AECTs: i) Galiza-Norte de Portugal, criado em 2008, foi o primeiro da Península Ibérica e o terceiro da UE; ii) Duero-Douro, constituído em Março de 2009; iii) ZASNET AECT, criado em 2009, envolve as Associações de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, da Terra Quente Transmontana e do Douro Superior e as Diputaciones de Zamora e Salamanca e Ayuntamiento de Zamora.

Os AECTs poderão representar uma revolução nos processos de trabalho dos atores implicadas nos processos de cooperação, na medida em que os AECTs surgem também para otimizar a gestão dos recursos financeiros comunitários, procurando gerar conjuntamente as iniciativas e os projetos de cooperação. Os AECTs poderão representar o início de uma forma de cooperação mais avançada, uma cooperação de segunda geração<sup>5</sup>, capaz de ultrapassar as insuficiências e os obstáculos que ainda persistem nas áreas fronteiriças, nomeadamente obstáculos administrativos e jurídicos para as empresas e trabalhadores transfronteiriços, limitações na utilização conjunta dos investimentos públicos, municipais e nacionais e ainda no planeamento integrado do território fronteiriço.

De uma forma geral podemos concluir que a cooperação transfronteiriça ao longo dos tempos permitiu construir um novo conceito de espaço, com a criação do território transnacional e alargar novos horizontes, em que alguns atores procuram neste novo espaço um mercado mais amplo e outros um meio de afirmação das suas particularidades.

---

<sup>5</sup> A propósito da cooperação de segunda geração, saliento a Cimeira Luso-Espanhola, realizada em Janeiro de 2009, em Zamora, pelas mensagens políticas importantes que foram deixadas para o fomento da cooperação transfronteiriça de 2ª geração, consubstanciadas nos Acordos estabelecidos designadamente na área da Saúde e da Proteção Civil.

## **2.2 – As prioridades da UE para o período de programação 2007-2013**

As prioridades da UE para o período de programação 2007-2013 estabelecidas nas Diretrizes Estratégicas<sup>6</sup> para o crescimento e emprego, assumem-se enquanto quadro referencial para os Estados membros e regiões, designadamente para a elaboração dos Programas Operacionais, procurando assegurar uma maior convergência económica entre os Estados.

Assim, no sentido de cumprir com este objetivo, o desafio da Política de coesão da União Europeia<sup>7</sup>, é contribuir para incrementar o crescimento, a competitividade regional e o emprego, tendo presente que a ampliação da Comunidade Europeia tem acentuado as diferenças económicas, sociais e territoriais, quer das regiões como dos Estados membros, tornando-se necessário aumentar as atuações que favoreçam a convergência entre os Estados.

A Cooperação Territorial Europeia, constituindo desta forma um dos objetivos da Política de Coesão para 2007-2013, assume um papel fundamental na medida em que deverá contribuir para favorecer o desenvolvimento equilibrado e sustentado no conjunto da União Europeia.

A cooperação surge a três níveis: i) a cooperação transfronteiriça, através de Programas Operativos Conjuntos; ii) a Cooperação entre zonas transnacionais e Redes de Cooperação; iii) e a Cooperação através do intercâmbio de experiências no território europeu.

O objetivo da cooperação territorial Europeia, visa essencialmente promover a realização de atividades económicas, sociais e ambientais transfronteiriças, através de estratégias comuns de desenvolvimento territorial, potenciando o empreendedorismo, a proteção e gestão conjunta dos recursos naturais e culturais, apoiar a ligação entre zonas urbanas e rurais, melhorar a acessibilidade e comunicação das zonas transfronteiriças e fomentar o desenvolvimento da capacidade e utilização conjunta de infraestruturas nos domínios da saúde, cultura, turismo, educação, entre outros.

---

<sup>6</sup> Decisão do Conselho de 6 de Outubro de 2006.

<sup>7</sup> Estabelecida no Regulamento (CE) N<sup>o</sup> 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, estabelece as disposições relativas à Política de Coesão para 2007-2013, constituída pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo de Coesão.

Atualmente está em curso o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia a 25 de Outubro de 2007, com uma dotação financeira de 354M.

### **2.3 - A cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha: níveis de governança, atores e modelos**

Um passado desenhado por uma longa história de tensão política e territorial, com regimes ditatoriais que marcaram mais de metade do séc.XX, com quadros político-administrativos e jurídicos distintos, constituíram em certa medida as causas para o longo período de isolamento e pela existência de uma fronteira intransponível, que não permitia qualquer tipo de ações de cooperação entre Portugal e Espanha. Entre os dois países não havia uma cultura de cooperação transfronteiriça. Os contactos transfronteiriços entre Portugal e Espanha verificavam-se apenas a dois níveis, o inter-estatal e o local. O primeiro baseava-se em reuniões diplomáticas praticamente dependentes do estado das relações políticas entre os dois países, e tinham como objetivo regular determinadas situações, desde o aproveitamento hidroelétrico do rio ou a construção de pontes internacionais.

O nível local das relações transfronteiriças, decorrente dos contactos entre as populações, consistia em relações entre vizinhos da fronteira, baseada nos costumes antigos, que existiam independentemente do tipo de relacionamento entre os dois países.

Podemos dizer que a partir da década de 70, começa uma nova fase, com a instauração dos regimes democráticos, o reforço do poder autárquico em Portugal e das autonomias em Espanha, a entrada em 1986 na Comunidade Europeia, bem como o lançamento da iniciativa INTERREG, veio dar um novo impulso às relações de cooperação transfronteiriça, “contribuindo para redesenhar um novo mapa político na Europa ao reduzir o efeito barreira e ao reforçar estratégias de desenvolvimento comuns” (Medeiros, 2009a:1).

Com a entrada em vigor da Convenção-Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades ou Autoridades Territoriais, aprovada em 1980 pelo Conselho da Europa, e que entrou em vigor em Portugal em 1989 e

em Espanha em 1990, veio facilitar a colaboração entre as Comunidades Autónomas espanholas e as regiões portuguesas.

Quando em 1990, se inicia o primeiro programa de fundos comunitários, a fronteira entre Portugal e Espanha, constituía a fronteira mais antiga e a mais extensa da UE, com mais de 1200 km, e 2,1 milhões de habitantes do lado português e cerca de 3,5 milhões do lado espanhol. Era uma região de fronteira com o menor grau de desenvolvimento socioeconómico, fruto dos poucos investimentos que se fizeram ao longo dos últimos decénios nestas áreas mais periféricas.

O estímulo dos fundos comunitários, destinado ao financiamento de iniciativas transfronteiriças, foi decisivo neste processo de desenvolvimento das regiões de fronteira.

A 1ª fase do INTERREG disponibilizou um enquadramento financeiro e político para a cooperação, fomentando o surgimento de vários organismos que se transformaram em peças fundamentais do processo de cooperação.

O INTERREG II procurou incentivar e apoiar os mecanismos de cooperação transfronteiriças, no sentido de reforçar a cooperação institucional, e a criação de órgãos ou redes de cooperação transfronteiriça.

Assistiu-se ao surgimento de novos instrumentos de cooperação transfronteiriça, baseado em estruturas de gestão regional e local comuns, com a criação das Comunidades de Trabalho, Associações de Municípios ou Grupos de Ação Local, para, entre outros objetivos, definirem conjuntamente as propostas a apresentar ao INTERREG III.

Quanto aos processos de cooperação vigentes, seguindo a caracterização dos modelos de cooperação apresentada por E. Medeiros, podemos constatar que relativamente à região entre Portugal e Espanha, e comparando as várias sub-regiões existentes, o autor considera que a sub-região Norte de Portugal-Galiza é a que mais se aproxima do modelo de cooperação genuína, uma vez que o processo de cooperação é mais antigo, revelando uma estratégia mais sólida e envolvendo vários atores locais que tem desenvolvido diversas iniciativas de cooperação contribuindo para a intensificação do processo de cooperação, e onde as parcerias são consideradas fundamentais para a redução do efeito barreira.

De uma forma generalizada as restantes sub-regiões entre Portugal Espanha enquadram-se entre o modelo emergente e estrutural, destacando contudo, Évora-Mérida, Portimão-Huelva e Minho-Galiza, como áreas que apresentam características do modelo estrutural, onde a cooperação se tem intensificado, favorecida por uma malha urbana transfronteiriça densa e articulada, justificando a aposta na complementaridade funcional das redes urbanas transfronteiriças e o contínuo investimento no reforço das ligações transfronteiriças materiais e imateriais designadamente numa eficiente e adequada redes de transportes públicos transfronteiriços.

Neste contexto os AECT- Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, dotados de personalidade jurídica, poderão ter um papel importante para o desenvolvimento de uma cooperação mais forte, contribuindo para eliminar as barreiras jurídico-administrativas que ainda constituem o principal obstáculo ao processo de cooperação entre Portugal-Espanha.<sup>8</sup>

Neste propósito, A. Covas (2009) refere que um dos elementos essenciais da nova institucionalidade transfronteiriça de 2ª geração é a qualidade da governação multi-nível, realçando a importância da garantia das condições de sucesso dos primeiros AECT, uma vez que estes servirão de exemplo para futuras experiências e cooperação territorial.

---

<sup>8</sup> O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galicia-Norte de Portugal (GNP-AECT) formalizou-se em 18 de Fevereiro de 2010 com a tomada de posse dos Órgãos Diretivos, e entrou em funcionamento em 1 de Março deste mesmo ano. [www.gnpaect.eu](http://www.gnpaect.eu) (2012/05/25;18H30M)

### **2.3.1 - A cooperação transfronteiriça na Euro-região Norte Portugal-Galiza**

A cooperação entre as regiões de fronteira de Portugal e Espanha tem uma longa história de afastamento, mas que a partir da década de 70 vive uma nova fase da narrativa, marcada essencialmente pela evolução processos democráticos e posteriormente pela integração na Europa.

O nascimento das Comissões de Coordenação Regional a partir de 1979, e a instauração de um regime de autonomia que deu origem ao governo autonómico, são fatores decisivos para fomentar uma maior aproximação entre os dois Estados.

Com efeito, em 1983 iniciam os primeiros acordos entre a CCR-N e a Xunta da Galiza, no âmbito da visita institucional do Presidente português, Luis Valente de Oliveira, a Santiago. Em 1984, Fernandez Albor devolve a visita ao Porto, para tratar de assuntos relacionados com o Rio Minho e as acessibilidades em determinados pontos de fronteira.

Com a entrada na CE e posteriormente com o lançamento do pacote Delors, o processo de cooperação ganhou ainda mais força, dando origem as estruturas de cooperação mais formal, sendo que, em 1991, os Presidentes da Xunta da Galiza e da CCR-N, Manuel Fraga e Luis Braga da Cruz, assinaram o Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal.

Apesar de não ser dotada de personalidade jurídica, tinha um papel fundamental para coordenar políticas regionais de cooperação fortemente apoiadas pelos recentes fundos comunitários.

Num contexto favorável para um novo papel dos atores governamentais regionais e locais, em resultado do Tratado de Maastricht e o princípio de subsidiariedade, defendendo um governo mais próximo dos cidadãos, a Euro-região Norte de Portugal – Galiza, procurou organizar-se e, em 1993, constituiu o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, integrando 13 cidades do Norte de Portugal e da Galiza.

Neste processo de desenvolvimento das estruturas de cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza, podemos destacar três etapas (Dominguez Castro, 2012).

Uma primeira etapa que decorre entre 1991-1999, designada de Etapa Fundacional, foi marcada pela criação da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal, que constituía a primeira estrutura de cooperação territorial da Península Ibérica. A Junta da Galiza e a CCR-N foram os impulsionadores deste organismo, que foi criado com a finalidade de fomentar uma dinâmica de cooperação entre a Galiza e o norte de Portugal, para resolver problemas comuns, trocar informações e experiências, coordenar iniciativas e elaborar propostas às autoridades competentes e preparar projetos de cooperação conjuntos.

A Comunidade de Trabalho está formada por 9 Comissões: quatro Comissões Sectoriais (Desenvolvimento Sustentável e Planeamento, Desenvolvimento Económico e Turismo, Inovação e Eficiência Energética e Cidadania; quatro Comunidades Territoriais de Cooperação (CTC do Vale do Minho, CTC do Vale do Lima, CTC do Vale do Tâmega e CTC do Vale do Cávado), envolvendo instituições de ambos os lados da fronteira, desde Câmaras Municipais portuguesas e *Ayuntamientos e Diputaciones* do lado da Galiza; Uma Comissão específica constituída pelo Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, para tratar da política urbana das cidades que integram o Eixo Atlântico.

A Comunidade de Trabalho foi responsável pela dinamização de encontros regulares para tratar de assuntos de interesse comum, desenvolver estudos, trocar informações, coordenar iniciativas e encontrar soluções para problemas comuns, estabelecendo acordos e propondo recomendações.

Destaca-se ainda nesta fase a construção das pontes de Arbo-Melgaço, Monção-Salvaterra, a nova ponte de Valença-Tui, beneficiando dos apoios financeiros do INTERREG I e INTERREG II; a dinamização do Parque Transfronteiriço Geres-Xures; a constituição do Eures Transfronteiriço Norte de Portugal-Galiza, com sede em Valença.

A Etapa da Consolidação, entre 2000-2006, corresponde ao período em que a Comunidade de Trabalho procurou desenvolver e alargar a cooperação formal a outros atores públicos e privados, dando origem à constituição de mais quatro Comunidades Territoriais de Cooperação, Minho, Lima, Cávado e Tâmega, criando-se desta forma condições para estruturas de poderes locais

desenvolverem projetos transfronteiriços, que seriam cofinanciados no âmbito do INTERREG III.

Foi ainda constituída a Fundação do Centro de Estudos Euro-regionais, entre a Comunidade de Trabalho, o Eixo Atlântico e seis Universidades, com o objetivo de fomentar a cooperação universitária.

Em Fevereiro de 2006, adotou-se o acordo constitutivo no âmbito do Tratado de Valência, que rege as relações de cooperação entre Espanha e Portugal.

Destaca-se ainda o desenvolvimento do Programa de Atuação Conjunta Galiza-Norte de Portugal, onde se definia a estratégia para o período de 2000-2006, que previa por exemplo a construção de uma ponte em Vila Nova de Cerveira-Goian, uma plataforma para o desenvolvimento tecnológico do automóvel, várias iniciativas de natureza ambiental, saneamento, limpezas do mar devido ao acidente do *Prestige*, etc.

Foi aprovado o Mapa de Infraestruturas da Euro-região, que defendia a existência de um corredor interno Peso da Régua-Lugo, para contrariar os feitos da deslocalização demográfica e económica para o litoral, e ainda a ligação ferroviária de Alta Velocidade Porto-A Coruna.

Entre 2007 e 2010, designada a etapa da Projeção Internacional, destaca-se a constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, a Euro-região torna-se a sede do Fórum bianual de I+D da Associação de Regiões de Fronteira da Europa (ARFE), assume ainda o Secretariado do Programa Espaço Atlântico do INTERREG IV.

Com o novo programa comunitário POCTEP, é ainda constituído o Instituto Ibérico de Nanotecnologia, com sede em Braga, uma infraestrutura com um significado importante no domínio da sociedade do conhecimento e da I+D+i.

Tendo em vista a definição de uma estratégia de desenvolvimento regional para o período 2007-2013 para o Norte de Portugal e para a Galiza, foi definido o Plano Estratégico de Cooperação, em coordenação com o Marco Estratégico de Convergência Económica da Galiza (MECEGA), mas também com o Norte 2015 e o Quadro de Referência Estratégico Nacional de Portugal (QREN).

Este Plano constitui um importante instrumento de desenvolvimento territorial para a Euro-região, procurando estabelecer um conjunto de prioridades estratégicas, com o objetivo de “Transformar a Euro-região Galiza – Norte de Portugal num território atrativo para viver, investir e trabalhar”, procurando por um lado, fomentar o relacionamento transfronteiriço, enquanto motor de estruturação de iniciativas de desenvolvimento da competitividade do território da Euro-região, designadamente ao nível dos sistemas de transportes e acessibilidades; cooperação no âmbito do mar, competitividade das PME's da Euro-região, proteção ambiental e desenvolvimento urbano sustentável; fomento da cooperação e integração social e institucional.

## **CAPITULO 3 - A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NO ÂMBITO DA INICIATIVA COMUNITÁRIA INTERREG**

---

Em 1993, em Lieja, a Comissão Europeia e os Estados-membros tomaram a decisão de elaborar um documento comum que sirva de guia ao desenvolvimento da política territorial Europeia. A definição da Estratégia Territorial Europeia (ETE),<sup>9</sup> decorre, desta forma, da necessidade dos estados-membros alcançarem um desenvolvimento harmonioso e equilibrado para a UE, salvaguardando uma visão global de conjunto e que oriente simultaneamente as iniciativas de âmbito local.

As orientações de desenvolvimento para as políticas nacionais de desenvolvimento territorial, ficariam plasmadas na ETE não constituindo, todavia, um quadro de referência obrigatório, evitando qualquer conflito com os princípios de subsidiariedade.

A ETE tem reconhecido a importância da Iniciativa Comunitária INTERREG como uma importante ferramenta para a prossecução do seu objetivo, na medida em que o objetivo principal da Iniciativa INTERREG, é minimizar os obstáculos fronteiriços para uma maior integração e desenvolvimento equilibrado no espaço da UE.

### **3.1 - Evolução e Impacto do INTERREG (Portugal-Espanha)**

#### **3.1.1 – INTERREG I**

O Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha<sup>10</sup>, (IC INTERREG I-1989-1993) visava a criação de condições para combater o enorme défice de infraestruturas de desenvolvimento regional nos dois lados da fronteira entre Portugal e Espanha. O programa constituiu um facto importante na história do relacionamento entre os dois países, representando simultaneamente uma alteração de comportamento dos poderes centrais em relação às respetivas populações raianas, bem como representou uma das primeiras intenções de tornar realidade a teoria de governança multinível, em que os poderes locais e

---

<sup>9</sup> ETE-Estratégia Territorial Europeia adotada pelos Estados-membros e a Comissão Europeia, no âmbito do Conselho Informal de Ministros responsáveis pelo ordenamento territorial, realizado em Maio de 1999 em Postdam

<sup>10</sup> Aprovado em 18 de Junho de 1991, conforme Decisão da Comissão C(91)1120

regionais seriam interlocutores da Comissão Europeia e agentes centrais das políticas de coesão (Dominguez Castro,2008:2).

As regiões abrangidas são regiões prioritárias no conjunto dos objetivos dos fundos estruturais comunitários, consideradas de objetivo nº 1, no sentido de promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas.

As regiões fronteiriças consideradas são as abrangidas pelo Nível III da Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS III) e são as seguintes: do lado de Portugal: Minho-Lima, Cávado, Douro, Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Algarve. Do lado de Espanha: Pontevedra, Orense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva.

O programa tinha subjacente uma estratégia que assentava nos seguintes objetivos específicos:<sup>11</sup>

- Permeabilizar e capilarizar o espaço fronteiriço, fomentando as ligações viárias;
- Articular territorialmente esse espaço, mediante a formação de uma rede de núcleos urbanos e de atividade, interligados e capazes de estimular processos de desenvolvimento endógeno;
- Integrar os sistemas económicos transfronteiriços, favorecendo as relações de intercâmbio;
- Gerir de forma coordenada os recursos naturais, culturais e ambientais fronteiriços, para fomentar o seu aproveitamento conjunto.

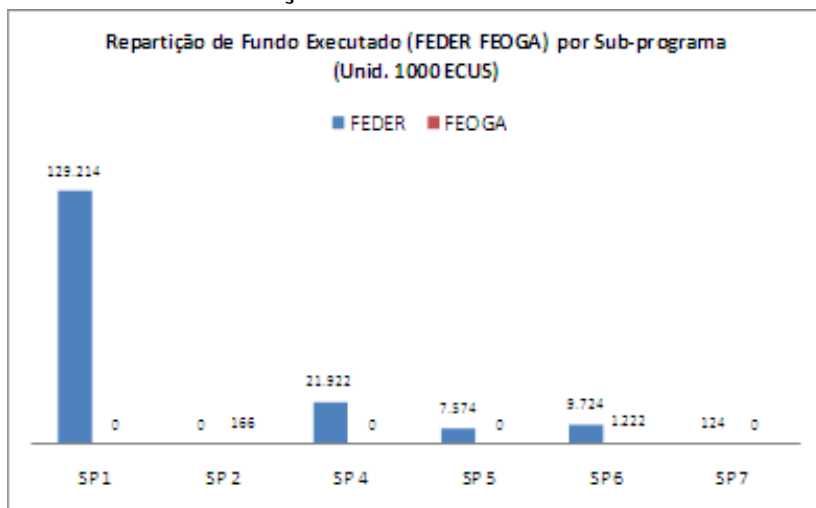
A estrutura do Programa estava organizada tendo por base temáticas e não regiões, apresentando uma série de Sub-programas e Medidas, (ver anexo 1- estrutura do programa INTERREG).

---

<sup>11</sup> Fonte: [www.poctep.eu](http://www.poctep.eu) (2012/05/28; 22H00M)

Tendo em conta a sua distribuição FEDER e FEOGA por Sub-programa, podemos constatar que a percentagem mais significativa se concentrou no SP1- Estradas de integração e articulação.

Gráfico 1 - Distribuição FEDER e FEOGA



Fonte: www.ifdr.pt (2012/05/29; 22H00M)

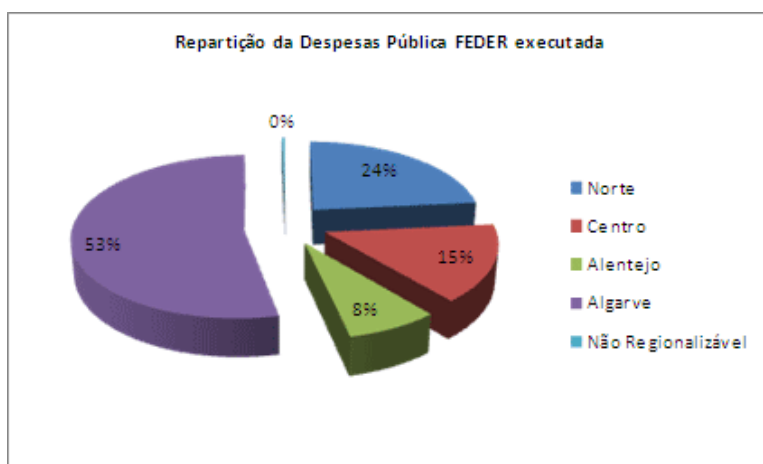
Gráfico 2 - Repartição por Fundo Executado



Fonte: www.ifdr.pt (2012/05/29; 22H10M)

Relativamente à repartição do FEDER executado por região, podemos verificar que 53% se concentrou no Algarve, seguido da região Norte com 24%.

Gráfico 3 - Distribuição do FEDER por Região



Fonte: www.ifdr.pt (2012/05/29; 22H30M)

É notória a existência de contrastes significativos quer na distribuição do FEDER por regiões (Gráfico 3) como no número de projetos aprovados (Quadro 2), onde se salienta a Beira Interior Norte com o maior número de projetos, 67, seguindo do Algarve com 42 projetos e o Minho-Lima com 36 projetos. Todavia, se considerarmos o volume de investimento, o Minho-Lima surge como a segunda NUTIII com o maior montante, 70.649.545 euros, só superado pelo Algarve com 137.427.329 euros.

Quadro 2 - Distribuição do nº de Projetos aprovados e respetivo investimento (NUTIII)

Indicadores	Nº de Projetos	Investimento
Minho-Lima	36	70.649.545
Cávado	1	199.439
Douro	6	3.517.993
Alto Trás-os-Montes	18	12.784.393
Beira Interior Norte	67	18.996.169
Beira Interior Sul	17	12.487.147
Alto Alentejo	15	5.120.649
Alentejo Central	4	8.936.179
Baixo Alentejo	10	7.303.190
Algarve	42	137.427.329

Fonte: (Medeiros, 2007b:7)

O Programa INTERREG I apostou essencialmente no desenvolvimento de infraestruturas, designadamente acessibilidades, preservação dos recursos naturais e turísticos e equipamentos urbanos, e permitiu dinamizar a cooperação transfronteiriça regional e local, num âmbito onde não existia tradição de cooperação, constituindo um grande impulso para o aprofundamento da cooperação no futuro.

A tipologia e dimensão dos investimentos realizados proporcionaram uma melhoria nas condições socioeconómicas da zona de fronteira, através da construção de estradas, recuperação de monumentos, ações de requalificação dos parques naturais transfronteiriços e dos investimentos em abastecimento de água e saneamento básico. Realça-se os investimentos em estradas e nas pontes de Valença-Tui e Ayamonte-Vila Real que correspondeu a cerca de 73% do lado português e 78% do lado espanhol da dotação financeira disponível. Verifica-se, todavia, que as iniciativas apresentam um impacto mais local e nacional do que transfronteiriço.

Relativamente ao perfil dos promotores dos projetos, será de realçar as entidades da administração local responsáveis pela maior parte dos projetos desenvolvidos em Portugal.

O INTERREG I permitiu ainda o financiamento da constituição de três estruturas de cooperação de âmbito regional, Galiza-Norte de Portugal, Centro-Castela e Leão-Extremadura e Alentejo – Extremadura.

A eliminação do efeito barreira, próprio de territórios com problemas de comunicação por motivos geopolíticos e estratégicos, constituiu o objetivo central do INTERREG I, não obstante os efeitos só se tornarem visíveis no segundo período de programação (Domínguez Castro,2008:2).

### **3.1.2 – INTERREG II**

O período de programação seguinte, que constituía uma continuação da primeira fase do programa, corresponde ao período 1994-1999, a Iniciativa Comunitária INTERREG II apresentava três eixos: A - Cooperação Transfronteiriça; B - Conclusão das Redes de Energia; C - Cooperação Transnacional para o Ordenamento do Território, e estava estruturado em quatro subprogramas e treze medidas (ver anexo 1- estrutura do programa INTERREG).

As áreas de fronteira entre Portugal e Espanha foram as que beneficiaram da maior percentagem de financiamento, num total de 552 milhões, correspondendo a 63,82% para Espanha e 36,18% para Portugal.

Numa análise por NUTIII sobre os projetos aprovados e respetivo investimento (quadro 3), é possível verificar que o Algarve detém o maior nº de projetos aprovados (67), seguido do Alto de Trás-os-Montes e o Minho-Lima, com 63 e 56 respetivamente. Relativamente ao investimento, o Minho-Lima foi a NUT mais beneficiada, com um financiamento de 77.521.535 euros, logo seguida de Alto Trás-os-Montes com 55.722.000 euros.

Quadro 3 - Distribuição do nº de Projetos aprovados e respetivo investimento (NUTIII)

Indicadores	Nº de Projetos	Investimento
Minho-Lima	56	77.521.535
Cávado	6	5.311.134
Douro	8	16.369.384
Alto Trás-os-Montes	63	55.722.000
Beira Interior Norte	46	40.528.567
Beira Interior Sul	27	19.108.585
Alto Alentejo	26	16.065.047
Alentejo Central	19	40.121.427
Baixo Alentejo	7	2.846.091
Algarve	67	22.454.695

Fonte: (Medeiros, 2007b:10)

De uma forma geral, podemos constatar que o INTERREG II permitiu um avanço significativo para a consolidação da estratégia de cooperação, através da criação das infraestruturas materiais e de ações imateriais, e do reforço do papel das estruturas de cooperação institucional regional, não obstante ainda prevalecer a defesa de interesses de cada região sobre a visão de conjunto (Domínguez Castro, 2008:16).

### 3.1.3 – INTERREG III

Para o período de programação 2000-2006, o INTERREG III procurou reforçar a coesão económica e social da UE, fomentando a cooperação em três vertentes: A - Cooperação Transfronteiriça; B - Cooperação Transnacional; C - Cooperação Inter-regional (ver anexo 1- estrutura do programa INTERREG).

De acordo com a dotação financeira do FEDER atribuída a cada um dos programas em que Portugal participou nas diferentes vertentes do INTERREG III, podemos verificar no quadro abaixo representado, que a vertente A – Cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha, foi a que apresentou maior percentagem, correspondendo a 69% do total 418,700 Meuros.

Quadro 4 - Dotação Financeira FEDER por vertente de cooperação

	Meuros	%
<b><u>VERTENTE A - TRANSFRONTEIRIÇA</u></b>		
"Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha"	291,415	69,6
<b><u>VERTENTE B - TRANSNACIONAL</u></b>		
"Mediterrâneo Ocidental e Alpes Latinos"	5,936	1,4
"Sudoeste Europeu"	15,535	3,7
"Espaço Atlântico"	15,568	3,7
"Espaço Açores/Madeira/Canárias"	65,124	15,6
<b>TOTAL VERTENTE B</b>	102,163	24,4
<b><u>VERTENTE C - TRANS-REGIONAL</u></b>		
	25,122	6,0
<b>TOTAL INTERREG III</b>	<b>418,700*</b>	<b>100,0</b>

\* Valores atualizados para o período 2000-2003

Fonte: www.ifdr.pt (2012/05/29; 22H40M)

O INTERREG III A Espanha – Portugal, apresentou como novidade em relação aos anteriores programas, o facto de não estar estruturado com base em temáticas, mas territorializado em cinco áreas de cooperação que correspondem a cinco subprogramas regionais, nomeadamente: Galiza - Norte

de Portugal, Castela e Leão - Norte de Portugal, Castela e Leão – Centro, Estremadura – Centro – Alentejo e Andaluzia – Alentejo – Algarve, com um orçamento de 807 milhões de euros, até 2006. Além disso surge ainda a individualização de um eixo especificamente destinado a iniciativas de cooperação institucional e social, que corresponde ao eixo 4-Fomento da cooperação e integração social e institucional.

A área de cooperação territorial do Subprograma 1 Galiza – Norte de Portugal, abrangia Pontevedra, Ourense, Minho-Lima e Cávado e ainda as zonas adjacentes ou de flexibilidade, A Corunha, Lugo, Ave, Tâmega, Douro e Grande Porto, e a dotação financeira ascendia a um total de 311.513.451 euros. Este Subprograma 1 apresentava cinco eixos estratégicos e um conjunto de medidas (ver anexo 1- estrutura do programa INTERREG).

Durante este período de programação, decorreram 3 convocatórias, designadamente em 2003, 2004 e 2005, que correspondeu ao financiamento de cerca de 149 projetos, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 5 - Distribuição dos projetos aprovados por Eixo Estratégico (SP1)

Eixos	Nº de projetos	Valor FEDER (euros)
Eixo 1	25	70.956.782
Eixo 2	50	99.517.692
Eixo 3	43	53.644.758
Eixo 4	31	16.935.304

Fonte: Plano Estratégico de Cooperação Galiza - Norte de Portugal, 2007-2013 (Elaboração própria)

Numa análise mais detalhada do número de projetos aprovados em cada convocatória, podemos verificar, da leitura do quadro abaixo representando, que:

- a maior percentagem de projetos aprovados concentram-se no Eixo 2, sendo também este eixo com maior volume financeiro correspondendo a 99.517.692 euros;
- a menor percentagem de projetos verifica-se no eixo 1, embora isso não signifique que seja o eixo com menor volume financeiro, sendo, neste caso, o

eixo 4 que apresenta menor montante financeiro dos projetos aprovados, correspondendo a 16.935.304, euros, o que leva a concluir que, “embora sejam notórios os progressos na consolidação de uma cultura transfronteiriça, são também evidentes os atrasos no domínio da cooperação institucional” (Medeiros, 2007b: 13).

Quadro 6 - Projetos aprovados por Convocatória (SP1)

EIXOS	1ª convocatória		2ª convocatória		3ª convocatória	
	2003		2004		2005	
	Nº projetos	Valor FEDER	Nº projetos	Valor FEDER	Nº projetos	Valor FEDER
Eixo 1	9	34.680.988	8	18.348.128	8	17.927.666
Eixo 2	19	43.868.543	18	45.644.452	13	10.004.697
Eixo 3	16	25.119.749	13	14.031.442	14	14.493.567
Eixo 4	13	9.384.642	10	3.660.819	8	3.889.843
TOTAL	57	113.053.922	49	81.684.841	43	46.315.773

Fonte: Plano Estratégico de Cooperação Galiza - Norte de Portugal, 2007-2013 (Elaboração própria)

Se observamos a distribuição dos projetos e do investimento pelas NUT III, verifica-se que as NUT III do Algarve, Minho-Lima e do Alto Trás-os-Montes, são as que mais projetos beneficiaram assim como também mais financiamento receberam. As que apresentaram menos percentagem de projetos aprovados são as NUT III do Cávado, Douro e Baixo Alentejo, e Alentejo Central, tal como nas edições anteriores do INTERREG.

Quadro 7 - Distribuição do nº de Projetos aprovados e respetivo investimento

Indicadores	Nº de Projetos	Investimento
Minho-Lima	111	203.642.070
Cávado	11	16.618.446
Douro	15	12.297.199
Alto Trás-os-Montes	79	227.842.054
Beira Interior Norte	33	120.961.329
Beira Interior Sul	25	99.568.959

Alto Alentejo	46	156.299.637
Alentejo Central	22	55.813.059
Baixo Alentejo	24	47.227.765
Algarve	131	170.366.381

Fonte: (Medeiros, 2007b:14)

Considerando o conjunto de projetos aprovados no âmbito do SP1, mas em que pelo menos um dos parceiros envolvidos está localizado na NUT III Minho-Lima, identificamos 60 projetos distribuídos pelos 4 eixos, correspondendo a um total de FEDER aprovado de 155.792.168 euros, e envolvendo 160 entidades do Minho-Lima, desde Câmaras Municipais, Associações de Municípios, Instituições de Ensino Superior, Associações de Desenvolvimento Local, entre outras.

Quadro 8 - Projetos aprovados em que um dos parceiros está localizado na NUT III Minho-Lima

Eixos	Nº de projetos aprovados	FEDER Total aprovado	Nº de parceiros Minho-Lima
Eixo 1	14	47.271.122,66	43
Eixo 2	31	78.846.662,79	85
Eixo 3	7	18.529.343,72	12
Eixo 4	8	11.145.039,5	20

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pela CCDR-N

Relativamente ao perfil de entidades com mais projetos aprovados, sobressaem as Câmaras Municipais com 103 projetos, as Associações de Municípios do Vale do Lima e Minho com 27 projetos aprovados e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo com 6 projetos.

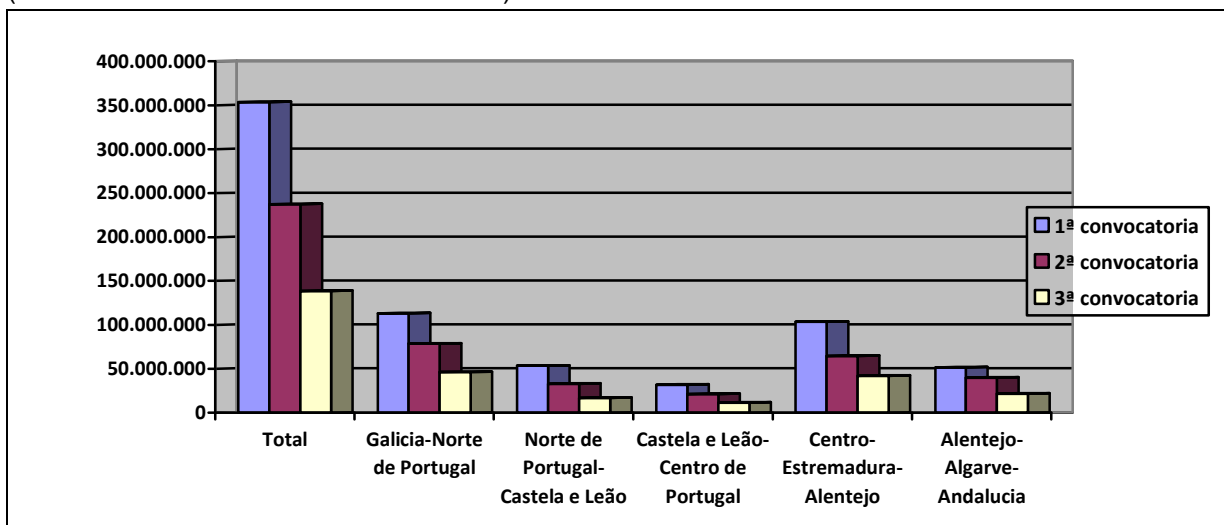
Quadro 9 - Distribuição dos projetos aprovados por beneficiários do Minho-Lima

Entidades	Nº projetos
Câmaras Municipais	103
Associação de Municípios do Vale do Lima/Vale-e-Mar Comunidade Urbana	17
Associação de Municípios do Vale do Minho/Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho	10
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	6
Esc. Sup. Gallaecia – F. Convento da Orada	1
Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez	2
ADERE PG	1
ARDAL	2
União de Produtores de Alvarinho	1
Adriminho-Associação de Desenvolvimento Rural Int. Vale do Minho	2
Projeto Núcleo de Des. Cultural	1
Região Turismo do Alto Minho	2
Área Lima	2
Centro Equestre Vale do Lima	1
APPACDM Viana do Castelo	3
Aguas do Minho Lima	1
CEVAL	2
Ass. Bombeiros Voluntários	2
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1

Fonte: Dados da CCDR-N (elaboração própria)

Relativamente à distribuição do FEDER aprovado por Subprograma Regional, podemos observar que nas três convocatórias, o Minho-Lima beneficiou da maior percentagem de investimento FEDER, seguido do Centro Extremadura-Alentejo, sendo que, a área de cooperação de Castela e Leão -Centro de Portugal foi a que menos financiamento obteve.

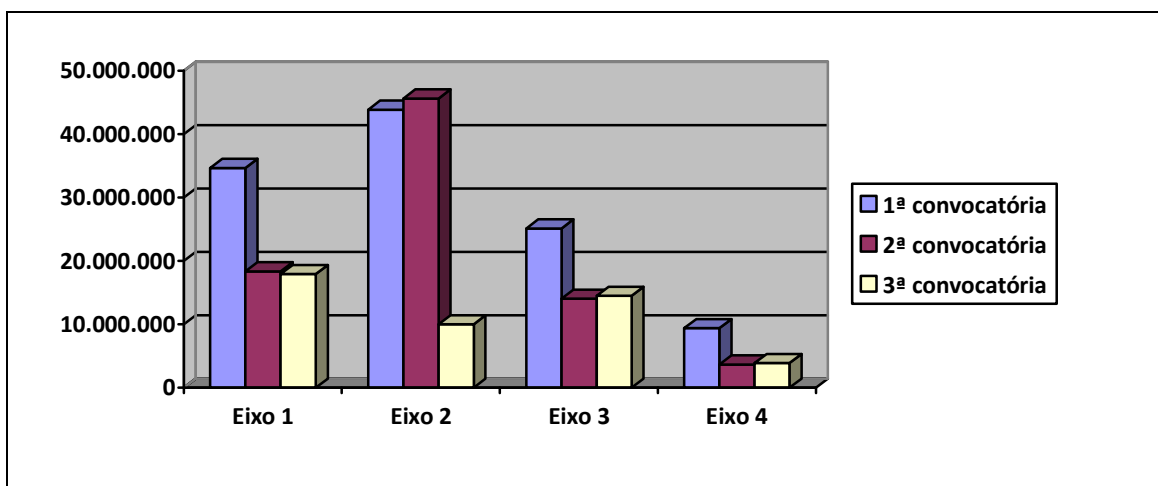
Gráfico 4 - FEDER aprovado por Subprograma Regional, POCTEP 2000-2006 (não inclui a vertente nacional-SP6)



Fonte: Relatório de execução anual 2003,2004,2005,2006, INTERREG III A

Considerando a repartição do valor FEDER por eixos, para o Norte de Portugal – Galiza, em cada convocatória, podemos constatar que, nas primeiras duas convocatórias sobressai o eixo 2 com a maior percentagem de investimento (43.868.543 euros e 45.644.452 euros, respetivamente), e na 3ª convocatória o eixo 1 (17.927.666 euros), sendo o eixo 4 o que menos investimento apresentou nas três convocatórias.

Gráfico 5 - Valor FEDER aprovado em cada Eixo, nas 1ª, 2ª e 3ª convocatórias, para a Norte Portugal-Galiza (não inclui a vertente nacional-SP6)



Fonte: Relatório de execução anual 2003,2004,2005,2006, INTERREG III A

Em termos gerais podemos concluir que, o INTERREG III, representou um maior envolvimento e implicação dos atores locais, realçando-se o papel

relevante dos poderes locais como promotores dos projetos, muito próximo dos poderes regionais e nacionais descentralizados. As instituições de ensino superior também assumem um relevante protagonismo nomeadamente nas iniciativas de âmbito imaterial. Por outro lado, verifica-se uma reduzida presença das associações do sector empresarial na promoção dos projetos de cooperação.

Numa análise sobre a nacionalidade dos chefes de fila das iniciativas, (Domínguez Castro, 2008:23), verificamos que, no Norte de Portugal predomina a iniciativa espanhola, e no Sul um maior equilíbrio entre os dois países, sendo que no conjunto existe um grande equilíbrio entre Portugal e Espanha (43% e 57% respetivamente), donde se infere que a cooperação atua como elemento de convergência e equilíbrio territorial.

#### **3.1.4 – Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013**

No Período de programação 2007-2013, o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal, aprovado pela Comissão Europeia a 25 de Outubro de 2007, com uma dotação financeira de 354 MEuros, dos quais 267,4 MEuros são financiados pelo FEDER, procura fomentar o desenvolvimento das zonas fronteiriças, através de quatro eixos prioritários (ver anexo 1- estrutura do programa POCTEP).

O programa está estruturado em cinco áreas territoriais: Galicia / Norte de Portugal; Norte de Portugal / Castilla y León; Centro / Castilla y León; Alentejo / Centro / Extremadura; Alentejo / Algarve / Andalucía.

Relativamente à Galiza – Norte de Portugal, as prioridades estratégicas no período de programação 2007-2013, incidem nos seguintes domínios: cooperação no âmbito do mar; na internacionalização das PME da Euro-região; na proteção ambiental e desenvolvimento urbano sustentável; no fomento da cooperação e integração social e institucional.

As zonas geográficas elegíveis do lado do Norte de Portugal são, o Minho – Lima, Cávado, Douro, Alto Trás-os-Montes, e ainda Grande Porto, Ave e Tâmega, consideradas zonas adjacentes. Do lado da Galiza são, Pontevedra, Ourense, e como zonas adjacentes, A Coruña e Lugo.

Até ao momento já decorreram duas convocatórias, sendo que da 1ª convocatória foram aprovados 81 projetos para as 5 áreas, correspondendo para a Área de Cooperação Norte de Portugal-Galiza, 27 projetos e um investimento de 31,5 milhões FEDER.

Tendo presente os quatro eixos prioritários, podemos verificar no quadro seguinte que, do total de projetos aprovados para o Norte de Portugal-Galiza, 48% enquadram-se no eixo 1, correspondendo a 13 projetos. Por sua vez, o eixo 3 é o que apresenta a menor percentagem de projetos aprovados, 11%, equivalendo a 3 projetos.

Quadro 10 - Projetos aprovados por Eixo prioritário, Norte de Portugal- Galiza

Indicadores	Nº total de projetos aprovados	FEDER Total aprovado
Eixo 1	13	13.888.025,17
Eixo 2	5	9.842.753,75
Eixo 3	3	4.267.225,00
Eixo 4	6	3.502.655,29

Fonte: [www.poctep.eu](http://www.poctep.eu) (elaboração própria) (2012/04/22;18H20M)

Considerando os projetos em que pelo menos um dos parceiros envolvidos está localizado na NUT III Minho-Lima, identificamos 10 projetos nesta situação, correspondendo a um total de 12.756.114,98 euros FEDER, envolvendo cerca de 20 entidades do Minho-Lima, desde Câmaras Municipais, Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, Uniminho-Associação do Vale do Minho Transfronteiriço, Comunidade Urbana Valimar, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Escola Superior Gallecia e Adere Peneda Gerês.

Por outro lado, verifica-se que do total de FEDER aprovado, cerca de 20,8% (2.664.790,03 euros) foram afetados a entidades do Minho-Lima, principalmente com a tipologia de projetos do Eixo 2.

Quadro 11 - Projetos aprovados em que um dos parceiros está localizado na NUT III Minho-Lima

Eixos	Nº de projetos aprovados	FEDER Total aprovado	FEDER Minho-Lima	Nº de parceiros Minho-Lima
Eixo 1	3	3.956.643,88	247.245,00	3
Eixo 2	3	5.649.746,10	1.111.976,90	9
Eixo 3	2	2.399.725,00	855.568,13	6
Eixo 4	2	750.000,00	450.000,00	2

Fonte: www.poctep.eu (elaboração própria) (2012/04/22;18H30M)

Relativamente ao perfil de entidades que mais beneficiou deste Fundo Comunitário, sobressaem em primeiro lugar entidades da Administração Pública Local, nomeadamente as Câmaras Municipais com 11 projetos aprovados e 1.597.318,13 euros Feder, seguido das Instituições de Ensino Superior, sendo o Instituto Politécnico de Viana do Castelo que apresenta mais projetos aprovados (4 projetos), mas com 330.495,00 euros Feder, sendo que a Uniminho-Associação do Vale do Minho Transfronteiriço apresenta um montante Feder superior, de 375.000,00 euros.

Quadro 12 - Distribuição dos projetos aprovados e respetivo FEDER por beneficiários do Minho-Lima

Entidades	Nº projetos	FEDER
Câmaras Municipais	11	1.597.318,13
Uniminho-Associação do Vale do Minho Transfronteiriço	1	375.000,00
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	4	330.495,00
Adere Peneda Gerês	1	114.976,90
Escola Superior Gallecia	1	97.000,00
Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho	1	75.000,00
Comunidade Urbana Valimar	1	75.000,00

Fonte: www.poctep.eu (elaboração própria) (2012/04/22;18H45M)

Relativamente à 2ª convocatória, foram aprovados 114 projetos, correspondendo a 115.865.228,42 euros sendo que 35 projetos foram para o

Norte de Portugal-Galiza, correspondendo a um investimento de 30.827.728,11 euros de FEDER, ou seja 26,6%, sendo o Eixo 1 o que absorve maior número de projetos, e o Eixo 3 o menor número, com 16 e 3 projetos respetivamente.

Quadro 13 - Projetos aprovados por Eixo prioritário, Norte de Portugal- Galiza

Eixos	Nº total de projetos aprovados	FEDER Total aprovado
Eixo 1	16	13.634.006,38
Eixo 2	10	10.435.559,03
Eixo 3	3	2.488.422,65
Eixo 4	6	4.269.739,15

Fonte: www.poctep.eu (elaboração própria) (2012/04/22;19H00)

Relativamente aos projetos que incluem como beneficiários entidades do Minho-Lima, foram identificados 17 projetos, correspondendo a um total FEDER de 15.060.487,12 euros, sendo que para o Minho-Lima foi afetado um montante de 1.948.731,25 euros, envolvendo 29 entidades.

Contrariamente ao sucedido com a distribuição dos projetos aprovados por eixo para a área Norte Portugal-Galiza, no Minho-Lima, é o Eixo 2 que concentra a maior percentagem de projetos e consequentemente de valor FEDER.

Quadro 14 - Projetos aprovados em que um dos parceiros está localizado na NUT III Minho-Lima

Eixos	Nº de projetos aprovados	FEDER Total aprovado	FEDER Minho-Lima	N. de parceiros Minho-Lima
Eixo 1	3	2.607.026,90	248.000,00	3
Eixo 2	9	8.213.539,65	1.232.981,25	19
Eixo 3	2	1.362.452,19	147.000,00	3
Eixo 4	3	2.877.468,38	320.750,00	4

Fonte: www.poctep.eu (elaboração própria) (2012/04/22;19H15M)

Tal como acontece na 1ª convocatória quanto ao perfil das instituições que mais beneficiam dos fundos POCTEP, também nesta convocatória são as instituições públicas da Administração Local que mais projetos desenvolvem, designadamente as Câmaras Municipais, com 13 projetos aprovados, e a Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima com 4 projetos.

Quadro 15 - Distribuição dos projetos aprovados e respetivo FEDER por beneficiários do Minho-Lima

Entidades	Nº projectos	FEDER
Câmaras Municipais	13	870.422,50
Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima (CIM Alto Minho)	4	211.250,00
Associação Empresarial de Viana do Castelo	3	207.500,00
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	2	157.500,00
Fundação Gil Eanes	1	141.500,00
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez	1	139.500
Centro Distrital Segurança Social de Viana do Castelo do ISS, IP	1	75.000,00
Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho – INCUBO	1	42.058,75
ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima	1	39.000,00
Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento	1	35.000,00
Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho	1	30.000,00

Fonte: [www.poctep.eu](http://www.poctep.eu) (elaboração própria) (2012/04/22;22H00)

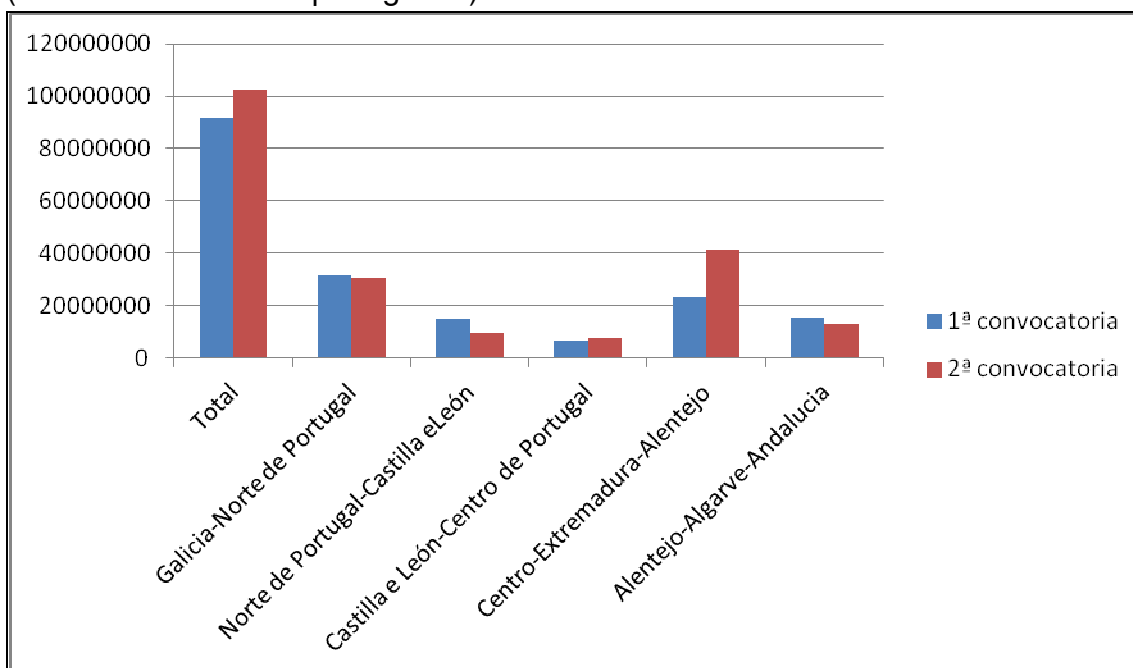
Considerando as três convocatórias do INTERREGIII e o atual POCTEP, numa análise mais detalhada do nº de projetos em que cada Câmara Municipal participou como parceiro ou chefe de fila, no âmbito da NUT III Minho-Lima, verifica-se que, de uma forma geral as Câmaras Municipais apresentam um número idêntico de projetos, contudo realça a Câmara Municipal de Melgaço que desenvolveu o maior número de projetos, seguida da Câmara de Monção, sendo a Câmara de Caminha a que apresenta menor percentagem de projetos desenvolvidos. No sentido de inferir as eventuais condições que poderão ter determinado que a Câmara de Melgaço beneficiasse do maior número de projetos aprovados, será legítimo colocar-se como hipótese a estabilidade política desta autarquia, que nos últimos 30 anos foi sempre governada pelo mesmo Presidente, bem como a sua capacidade de liderança quer a nível interno (municipal) como no plano externo (regional /central), associado ao

facto de se tratar do concelho mais setentrional de Portugal, localizado no extremo noroeste, que apresenta características de um território periférico, predominantemente rural, com um elevado índice de envelhecimento da população, crescente desertificação e onde o impacto da emigração foi muito significativo, e por isso com maior necessidade de investimentos que fomentassem um maior desenvolvimento, tendo-se apostado essencialmente na infraestruturização do território em termos de equipamentos e nas acessibilidades bem como no turismo e nos recursos endógenos para fomentar a economia local.

Numa análise comparativa dos cinco subprogramas regionais, podemos inferir que, na 1ª convocatória o Norte de Portugal – Galiza absorveu a maior percentagem do FEDER aprovado, (31.500.659,21 euros) seguido do Centro Extremadura – Alentejo, (23.300.071,67 euros) sendo Castela e Leão-Centro de Portugal a área geográfica que menos beneficiou deste fundo comunitário (6.651.957,88 euros).

Todavia, na 2ª convocatória, realça o montante significativo que beneficiou a área de Centro Extremadura – Alentejo (41.144.599,20 euros), enquanto o Norte Portugal-Galiza surge em 2º lugar dos mais beneficiados (30.827.728,11 euros) e à semelhança da 1ª convocatória Castela e Leão-Centro de Portugal continua a ser a que menos financiamento beneficia (7.806.796,22 euros).

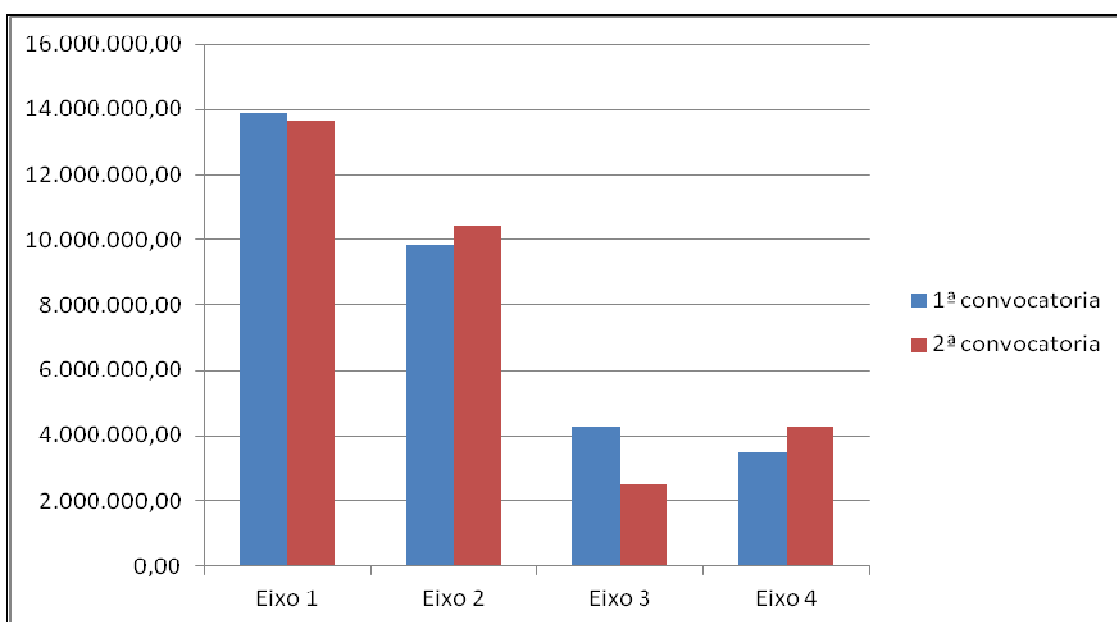
Gráfico 6 - FEDER aprovado por Subprograma Regional, POCTEP 2007-2013 (não inclui a vertente plurirregional)



Fonte: www.poctep.eu (elaboração própria) (2012/04/22;22H15)

Para a área Norte de Portugal-Galiza, podemos verificar que nas duas convocatórias, a maior percentagem FEDER está concentrada para o desenvolvimento de projetos do Eixo 1, sendo os eixos 4 e 3 os que menos FEDER representam na 1ª e 2ª convocatória respetivamente.

Gráfico 7 - Valor FEDER aprovado em cada Eixo, na 1ª e 2ª convocatória, para a Norte Portugal-Galiza

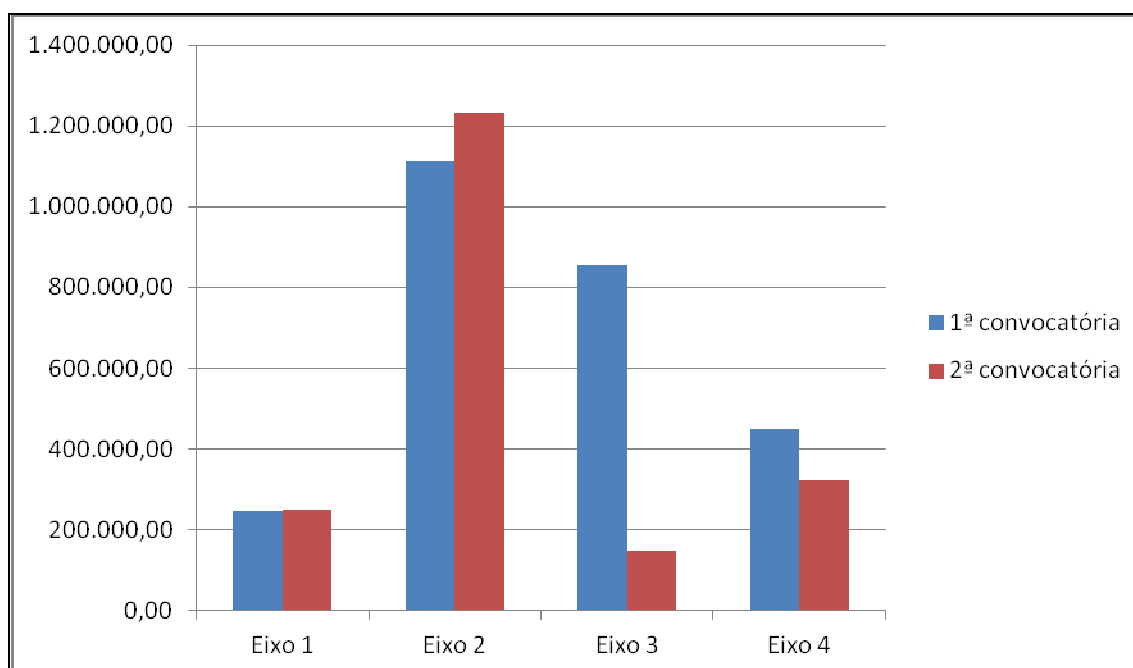


Fonte: www.poctep.eu (elaboração própria) (2012/04/22;22H30)

Relativamente ao espaço Minho-Lima, verifica-se que os projetos no domínio da cooperação e gestão conjunta em ambiente, património e prevenção de riscos, representaram o volume mais significativo do montante FEDER aprovado, nas duas convocatórias.

Na 1ª convocatória, o Eixo que menos volume financeiro beneficiou, foi o Eixo 1, ligado a projetos de cooperação para o fomento da competitividade e a promoção do emprego e na 2ª convocatória foi o Eixo 3 para a promoção de iniciativas em ordenamento do território e acessibilidades.

Gráfico 8 - Valor FEDER aprovado em cada Eixo, na 1ª e 2ª convocatórias, para o Minho-Lima



Fonte: [www.poctep.eu](http://www.poctep.eu) (elaboração própria) (2012/04/22;22H45)

De uma forma geral, poder-se-á constatar que, desde a criação deste Programa Comunitário, houve uma evolução na tipologia de investimentos e de projetos levados a cabo pelos promotores, bem como na distribuição do financiamento pelas várias vertentes da cooperação. Se no início a percentagem mais significativa dos financiamentos se concentrou na construção de infraestruturas e na dotação de melhores acessibilidades, no atual Quadro Comunitário, os investimentos realizados incidem nos domínios da valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais.

Nestes 23 anos de cooperação transfronteiriça, será importante realçar a importância deste instrumento financeiro no desenvolvimento de iniciativas estruturais para os territórios fronteiriços, nomeadamente, do Minho-Lima, na medida em que permitiu a criação de condições de desenvolvimento económico e social mais equilibrado das regiões dos dois lados da fronteira.

Com o Programa INTERREG/POCTEP, desenvolveu-se um conjunto de iniciativas que permitiram fomentar o maior relacionamento institucional, promovendo o diálogo entre organismos dos dois lados da fronteira e estabelecendo as bases para um relacionamento fronteiriço mais intenso consolidando a criação de redes institucionais e de práticas estratégicas conjuntas, favorecendo as condições para uma crescente integração dos territórios.

Medeiros, (2007b), analisa a evolução da aplicação dos vários programas, desde o primeiro INTERREG até ao INTERREG III-A, e conclui que na primeira geração do INTERREG os resultados revelaram-se insuficientes, dada a desproporção na distribuição financeira pelas regiões, onde a maior percentagem dos investimentos concentraram-se no litoral do país, não contribuindo de forma eficiente para contrariar o processo de desertificação e as debilidades económicas encontradas na região de fronteira. O programa “constituiu um marco fundamental no processo de cooperação e integração já que: contextualizou, financeira e politicamente, os contactos e experiências de cooperação que se vinham desenvolvendo...; incentivou e apoiou o processo de criação de vários organismos que se viriam a assumir como peças fundamentais no processo de cooperação e integração transfronteiriça, as comunidades de trabalho/gabinetes de iniciativas transfronteiriças; apoiou de forma particularmente relevante um leque alargado de projetos que constituíram a indispensável base material ao desenvolvimento da cooperação transfronteiriça, os projetos no domínio das infraestruturas viárias de atravessamento e de articulação interna” (Medeiros.2007b:19).

Não podemos deixar de referir ainda, o papel das instituições públicas locais, que nas últimas décadas têm sido os motores e impulsionadores de importantes iniciativas de cooperação, assumindo e desencadeando processos

inovadores, por vezes de difícil concretização, mas que são fundamentais para a transformação dos territórios fronteiriços em novos espaços de desenvolvimento, mais estruturados e harmonizados.

A título de exemplo, destaca-se o projeto CoopMinho, promovido pela UNIMINHO, com cofinanciamento POCTEP, destacando-se o Plano de Transportes Públicos no Vale do Minho Transfronteiriço, e ainda a “Rede de Referenciação em Serviços de Saúde no Vale do Minho Transfronteiriço”, com o objetivo de alargar a prestação de cuidados médicos de forma partilhada nesta região fronteiriça, de modo a satisfazer de forma mais eficiente as necessidades da população raiana.

Relacionado com este objetivo destaca-se ainda um projeto que está a ser promovido pela Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima (CIM Alto Minho) e a Xunta da Galicia/DXAL, que visa definir um modelo de planeamento e gestão conjunta de equipamentos públicos de suporte às populações que vivem na bacia do Rio Minho, estando previsto a implementação de iniciativas piloto entre Valença-Tui e Melgaço-Arbo.

## CAPITULO 4 - O ENQUADRAMENTO SOCIO-ECONOMICO

A abordagem seguida nesta caracterização, centra-se no espaço geográfico da Euro-região, que no caso da Galiza corresponde às províncias de A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra, e do lado Português às NUT III Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Alto Trás-os-Montes.

Figura 1 - Mapa da Euro-região Norte de Portugal-Galiza



Fonte: [www.galicia-nortept.org](http://www.galicia-nortept.org)  
(2012/05/29;23H25M)

Convém realçar ainda que nesta análise comparativa, procurou-se destacar o Minho-Lima, na medida em que constitui o enfoque de estudo deste trabalho, e por contiguidade, o Alto Trás-os-Montes e o Cávado e os respetivos territórios de fronteira, Pontevedra e Ourense.

Nesta caracterização do espaço fronteiriço, procurou-se recorrer a informação estatística para permitir observar de forma mais objetiva possível as especificidades destes espaços, recorrendo a variáveis demográficas, económicas, ligadas ao mercado de trabalho e ao nível de educação/qualificação, procurando assegurar a comparabilidade da informação das duas regiões, no sentido de perceber em que medida os territórios de fronteira evoluíram no sentido de uma maior convergência/divergência e de maior coesão territorial.

Tendo em conta as limitações na extensão deste trabalho, apenas se inclui as principais características do território, sendo que a informação detalhada e os quadros com os dados estatísticos e respetivas fontes, constam do anexo III.

#### **4.1 - Dinâmica demográfica**

Relativamente ao território que corresponde ao Norte de Portugal/Galiza podemos constatar assimetrias importantes ao nível demográfico<sup>12</sup>:

-a Euro-região acolhe cerca de 6.500.000 habitantes (2011), onde cerca de 33% residem nas NUT III de fronteira, Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes, Ourense e Pontevedra. Neste território fronteiriço encontra-se um importante aglomerado populacional, com níveis demográficos e estruturas etárias idênticas às médias nacionais, designadamente o Minho-Lima com uma densidade populacional 110,4 habitantes/km<sup>2</sup>, Pontevedra com 214 hab./km<sup>2</sup>, sendo que o Alto Trás-os-Montes e Ourense apresenta uma densidade populacional abaixo dos 50 hab./km<sup>2</sup>. Neste quadro sobressai a NUT III Cávado que apresenta uma densidade populacional de cerca de 329 hab./km<sup>2</sup>, superior ao valor registado para a Euro-região que é de 128 hab./km<sup>2</sup>;

-apesar do moderado crescimento demográfico verificado tanto no Norte de Portugal como na Galiza, entre 2001 e 2011, apresentando taxas de crescimento populacional da ordem dos 0,1% e 2,4% respetivamente, a área fronteiriça correspondente às NUTIII Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes e Ourense regista um decréscimo populacional, que poderá ser explicada pelos fluxos migratórios internos para os centros urbanos e ainda pelo envelhecimento da população e quebra da natalidade;

-considerando o território fronteiriço do lado português, verifica-se um decréscimo populacional do Minho-Lima de 2,2% e Alto Trás-os-Montes com menos 8,3%. Do lado espanhol sobressai Ourense que apresenta uma diminuição da população de -2,9%.

---

<sup>12</sup> Ver anexo III - Caracterização e perfil global da população

A diminuição da população registada no lado português ao longo da última década contrasta com o cenário mas favorável para o país na sua globalidade, bem como para a Região da Galiza ao longo do mesmo período.

Como consequência, a fronteira com maior potencial demográfico situa-se do lado da Galiza, sobretudo favorecido pelo crescimento populacional observado na província de Pontevedra.

Considerando a dinâmica populacional como um fator determinante para o desenvolvimento de uma região, será importante, de igual modo, analisar as potencialidades e as condições de renovação da população.

Com efeito, destaca-se, o significativo envelhecimento da população da Galiza com um índice de envelhecimento de 141 e uma população com mais de 65 anos de 22%, enquanto o Norte de Portugal apresenta valores relativamente inferiores de 114 de índice de envelhecimento e 17 % da população com mais de 65 anos. Neste domínio, Ourense apresenta a maior percentagem de população com mais de 65 anos, 29%, face aos 19% de Pontevedra, 23% do Minho-lima, 14% do Cávado e aos 28% do Alto Trás-os-Montes.

A estrutura etária da população residente no território fronteiriço considerado, revelando uma forte preponderância dos escalões etários mais elevados, e valores modestos dos grupos etários mais jovens, podemos inferir cenários futuros de algumas dificuldades na renovação da sua população e na conseqüentemente reduzida dimensão da população ativa disponível para o trabalho.

#### **4.2 - Educação e qualificação**

Na última década a proporção da população com maior nível de ensino tem vindo a evoluir favoravelmente, nos dois lados da fronteira, mas com valores significativamente superiores para a Espanha, principalmente ao nível do ensino secundário e superior.

Ao nível da educação na área fronteiriça, as baixas qualificações ainda assumem uma dimensão significativa na população residente:

-no Minho-Lima 22% da população não possui nenhum nível de educação, e no Alto Trás-os-Montes é de 23%, valores superiores aos registados para a

Região Norte. A população é em geral menos escolarizada do que a globalidade da população da Região Norte;

-na NUT III Cávado o cenário é ligeiramente mais favorável, principalmente em relação à percentagem de população sem qualquer nível de ensino, que é inferior às restantes NUT em análise, o que nos pode levar a inferir que os municípios mais próximos dos centros urbanos apresentam melhores taxas de escolarização;

-em relação ao ensino pós-secundário e universitário, apesar dos valores registados na região de fronteira estarem abaixo dos valores do Norte, a diferença não é muito significativa, correspondendo a apenas 1%, destacando-se com maior evidência dos valores registados para o Grande Porto, que são de 15%;

-os níveis de escolarização registados na Galiza, demonstram que a percentagem da população em idade ativa que apenas alcançaram um nível de ensino igual ou menor ao primeiro ciclo do ensino secundário era em 2011, 49,1%, sendo que em Pontevedra era de 52,5% e Ourense de 54,1%;

-a percentagem de alunos que em 2009 concluíram um nível de ensino, indiciam que, ao nível da Educação secundária obrigatória, Pontevedra regista valores inferiores em relação à média da Galiza. Ao nível do bacharelato, Pontevedra e Ourense apresenta a menor taxa de alunos, mas em relação ao nível técnico, Pontevedra está equiparado à Corunha com valores superiores face à Galiza. Todavia, Ourense apresenta a menor taxa, quer no nível de ensino técnico, como também no nível do ensino superior, onde Pontevedra apresenta também valores inferiores aos registados para a Galiza.

Esta situação reproduz as tendências verificadas do lado português, reforçando desta forma a confirmação que a área fronteiriça apresenta indicadores educacionais desfavoráveis face aos valores registados para a região Norte de Portugal – Galiza.

### 4.3 - Atividade e emprego

De acordo com os indicadores disponíveis para o território fronteiriço galego-português, verifica-se uma taxa de atividade inferior aos valores registados quer para Portugal como para Espanha, decorrente dos níveis significativos de envelhecimento da população e do desequilíbrio na forma como a população ativa se distribui no território da Euro-região.

Segundos os dados disponibilizados pelo Anuário Estatístico da Galiza-Norte de Portugal de 2010, a população ativa da Euro-região em 2009 correspondia a 4.446.899, ou seja a cerca de 67,9% do total da população (6.541.528), sendo que na área de fronteira (Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes, Pontevedra e Ourense, a população ativa (1.459.787) corresponde a cerca de 67% do total da população para o mesmo território (2.173.608).

Em 2011, a Euro-região apresenta uma população ativa de 4.318.144, que corresponde a 66,5% do total da população residente (6.485.031) enquanto a zona fronteiriça apresenta uma população ativa de 1.002.550 (65%) do total da população, que é de 1.541.604 habitantes.

Comparando os dois períodos, verifica-se a tendência para a diminuição da população ativa que acompanha a diminuição do nº de habitantes, embora a descida tenha sido mais acentuada no caso da área fronteiriça, tendo sido o Minho-Lima que mais contribuiu para esta descida na ordem dos 2,3%.

Em 2009, a Região Norte concentrava cerca de 45,3% da população desempregada existente em Portugal, sendo que o Minho – Lima junto com o Alto-Trás-os-Montes, constituem os espaços que apresentavam à data a menor percentagem. A Galiza apresentava cerca de 3,9% do total de desempregados verificados em Espanha (4.149,5 mil desempregados), sendo que Pontevedra apresenta a maior percentagem de desempregados.

Em relação ao emprego verifica-se que do total de 5.054,1 mil empregados cerca de 34,6% concentra-se na região norte e dos 18.888,0 mil empregos de Espanha 6,0% são da Galiza, sendo que Ourense apresenta a menor percentagem de empregados.

No que se refere à estrutura do emprego denota-se que predomina o emprego no sector dos serviços seguido da indústria, agricultura/silvicultura/pesca, e finalmente a construção, quer para Portugal como para a Região Norte. Em Espanha a tendência é similar, apesar do sector agrícola ter menos peso no emprego, com a exceção de Lugo que surge em segundo lugar só ultrapassado pelo sector de serviços.

#### **4.4 - Estrutura produtiva e dinâmica económica**

No domínio da estrutura produtiva e dinâmica económica do território, podemos verificar que, relativamente à especialização produtiva na ótica da produção de riqueza, o sector primário representa cerca de 3% no Minho-Lima, ligeiramente superior ao valor registado para Portugal e para o Norte, que é de 2% e 1% respetivamente.

O Alto Trás-os-Montes destaca-se com 7% do peso deste sector na riqueza produzida, revelando uma especialização produtiva mais de três vezes superior ao País, enquanto o Cávado regista um valor de 2%.

No caso da Galiza, destaca-se a província de Lugo que apresenta uma especialização produtiva seis vezes superior ao valor apresentado pela Galiza. Em geral a Galiza revela uma especialização mais forte no sector primário do que do lado português.

Em relação ao sector secundário, o Minho-Lima regista um valor de 32%, próximo do valor verificado para o Norte, 33%, mas onde o Ave e o Cávado, apresentam um peso significativo do sector industrial, 47% e 37%, respetivamente. Neste sector a Galiza apresenta valores mais moderados, mas relativamente alinhados com os valores da Região Norte.

O sector dos serviços é responsável por cerca de 65% da riqueza produzida no Minho-Lima, inferior ao valor apresentado pelo País mas relativamente próximo ao da Região Norte, sendo todavia superado pelo Alto Trás-os-Montes com 68%.

O sector terciário na Galiza evidencia um menor peso em relação à Região Norte de Portugal, 64% e 66%, respetivamente, sendo Lugo e Pontevedra as províncias que apresentam a menor percentagem, ambas com 62%.

A especialização produtiva no Minho-Lima evidencia que, de uma forma geral, os sectores ligados à produção de bens ligados à agricultura, indústria e construção, são mais representativos, à semelhança do observado nas províncias da Galiza.

Uma das assimetrias mais evidentes está relacionada com a distribuição do PIB-Produto Interno Bruto. Em relação às regiões fronteiriças, é possível verificar que do lado português os níveis de produtividade são significativamente mais baixos que do lado espanhol.

Em termos produtivos, este espaço continua a apresentar níveis de desenvolvimento económico limitado, sendo o Minho-Lima e o Alto-Trás-os-Montes, as NUT III que apresentam menores índices do PIB, apresentando em 2009, 2.568 milhões de euros e 2.187 milhões de euros, respetivamente, sendo também as que apresentaram as menores taxas de crescimento do PIB entre 2006 e 2009, comparativamente com os referenciais nacionais.

O elevado rendimento *per capita* verificado do lado galego, tem atraído muitos portugueses para trabalhar em Espanha, na sua maioria com baixas qualificações, exercendo a sua atividade principalmente no sector da construção civil e no sector primário, que na Galiza está fortemente representado, motivados pelas diferenças nos níveis salariais, pois, o salário mínimo em Portugal é de 485,00 euros e em Espanha é de 641,00 euros.

Em 2008, existiam cerca de 539.000<sup>13</sup> empresas no Norte de Portugal-Galiza, sendo que apenas 4% estão situadas no Minho-Lima, correspondendo a um território com um limitado desenvolvimento económico, constituindo um espaço relativamente periférico no contexto da Euro-região.

---

<sup>13</sup> Fonte: Plano Estratégico Alto Minho 2020

Pode ler-se no Plano Estratégico de Cooperação Galiza-Norte de Portugal, 2007-2013 que: “Os tímidos avanços no processo de convergência convertem-se num marco se tivermos em conta as tendências históricas que têm acompanhado a análise macroeconómica deste espaço em termos de produção, rendimento e produtividade. A melhoria dos níveis de produção na fronteira tem sido baseada nos seguintes motores: crescimento das obras públicas e no desenvolvimento dos serviços urbanos e turismo nas províncias de Orense e Pontevedra”. (CCDRN, 2007:17)

Esta análise da região da Galiza e do Norte de Portugal e das sub-regiões que a integra, teve como objetivo fundamental sublinhar alguns aspetos e especificidades mais marcantes dos perfis socioeconómicos, evidenciando as principais divergências, entre os dois lados da fronteira, que resumidamente se traduzem por um lado, para o Minho-Lima valores mais elevados na densidade populacional e o peso significativo do VAB do sector secundário, enquanto o lado galego apresenta níveis de rendimento e de educação mais elevados. Por sua vez o nível de qualidade de vida da Galiza decorrente das taxas de PIB *per capita* registadas em todas as províncias da Galiza é superior aos níveis registados do lado português, traduzindo ritmos de crescimento económico mais favoráveis para o lado espanhol.

Tendo em conta este cenário, e assumindo-se que os investimentos decorrentes da iniciativa comunitária INTERREG, tem contribuído para a evolução destes indicadores socioeconómicos, podemos inferir, todavia, que estes investimentos não foram suficientes para diminuir as assimetrias entre as regiões fronteiriças portuguesas e espanholas, e conseqüentemente para o desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso do território.

Seria interessante verificar de forma mais pormenorizada, qual o impacto efetivo dos projetos INTERREG para o desenvolvimento socioeconómico, dos dois lados da fronteira, e ainda se este programa tem favorecido mais o lado da Galiza que o lado português? Esta poderá ser eventualmente uma questão a aprofundar em futuros trabalhos de investigação.

## **CAPITULO 5 – AS DINÂMICAS DE COOPERAÇÃO NO VALE DO MINHO TRANSFRONTEIRIÇO**

---

Este capítulo apresenta como desígnio fundamental a sistematização da informação apresentada nos anteriores capítulos, de forma a permitir responder às questões de partida formuladas no início desta trabalho, que visam verificar que contribuição teve a iniciativa INTERREG ao longo das várias gerações para a evolução das dinâmicas de cooperação no território em análise e, simultaneamente, compreender os fatores que estão na base do modelo de cooperação vigente no Vale do Minho.

Neste seguimento, importa antes de mais, analisar, de uma forma sintética, o contexto da cooperação transfronteiriça no Vale do Minho, realçando a sua origem e evolução, os atores, a estratégia, os projetos, o impacto nas dinâmicas territoriais e os novos desafios que se colocam face ao atual contexto.

### **5.1 – O contexto da cooperação transfronteiriça no Vale do Minho**

Reconhecendo o papel determinante da Associação de Municípios do Vale do Minho (AMVM), na dinamização de projetos e programas de interesse para o desenvolvimento económico e social da região, é possível observar que, a partir da sua criação, em 1994, no território abrangido pela AMVM, que compreendia os concelhos de Melgaço, Monção, Valença, Caminha, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira, emergem um conjunto diversificado de projetos de âmbito transfronteiriço, fruto da sua dinâmica associativa intermunicipal assinável.

A AMVM, criada com fim de realizar os interesses compreendidos nas atribuições dos municípios com especial incidência para a defesa do rio Minho e respetiva Bacia Hidrográfica, apoio, coordenação e gestão de iniciativas inseridas no âmbito das suas competências, desenvolveu ao longo dos vários anos<sup>14</sup>, várias iniciativas de cooperação transfronteiriça, em geral financiadas

---

<sup>14</sup> À Associação de Municípios do Vale do Minho sucedeu, em 2004, a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, com a publicação da Lei 11/2003, de 13 de Maio, mantendo, todavia, a mesma equipa técnica, âmbito de atuação e competências, sendo que o Concelho

por programas comunitários, desde a Iniciativa Comunitária NOW-New Opportunities for Women, o programa Eures Transfronteiriço Norte de Portugal-Galicia e, principalmente pelo INTERREG, durante as suas várias gerações.

Neste seguimento, destacam-se alguns dos projetos desenvolvidos:

- a organização de várias edições do Fórum Vale do Minho Transfronteiriço, financiados pelo programa do EURES Transfronteiriço, com o objetivo de reunir um conjunto de agentes sociais para analisar a importância e o impacto das práticas de cooperação no desenvolvimento económico e social desta região fronteiriça, bem como avaliar e identificar novas oportunidades de cooperação. O primeiro Fórum decorreu em 2000 no concelho de Caminha, em 2003 em Melgaço, em 2007 foi em Monção e em 2010 decorreu em Mondariz-Balneário.

-No âmbito do PIC INTERREG, a AMVM desenvolveu e participou em vários projetos, quer como parceiro, quer como chefe de fila, donde se destaca, no plano das acessibilidades e transportes, o projeto Rede Minho - rede viária Transfronteiriça do Rio Minho, com o objetivo de melhorar a rede viária e acessibilidades, designadamente a ligação do território às grandes vias de atravessamento, autoestradas e as pontes internacionais sobre o Rio Minho; Na área dos equipamentos de apoio à atividade produtiva, destaca-se o projeto de Estruturação e Acolhimento Industrial do Vale do Minho, que visava definir o perfil infraestrutural dos espaços de acolhimento industrial bem como a definição e montagem dos serviços a providenciar às empresas que se instalassem no Vale do Minho; O Projeto de Qualificação dos Centros Históricos e Urbanos e o Plano Diretor das Fortalezas do Vale do Minho, que servirá de base para a criação de rotas culturais das fortalezas fronteiriças e como guia de boas práticas para a recuperação de elementos de valor arquitetónico, definindo ainda a funcionalidade das diversas Fortalezas de acordo com os equipamentos e edifícios disponíveis; Na área do ambiente, desenvolveu em parceria com a Junta da Galiza, o projeto Minho-Miño – Qualificação Integrada das Margens da Bacia Hidrográfica do Rio Minho, cujo objetivo centrava-se na preservação ambiental do rio e no desenvolvimento do

---

de Caminha deixa de fazer parte desta organização e passa a integrar a Comunidade Urbana do Vale do Lima.

potencial endógeno destas áreas, através da melhoria das infraestruturas de saneamento e tratamento de efluentes. Ainda neste domínio, desenvolveu com a Deputación de Pontevedra, o projeto REDESANEA, tendo em vista a qualificação das redes de saneamento nas Bacias Hidrográficas dos Rios Minho, Umia e Lérez.

Se observarmos com mais detalhe o capítulo 3 sobre a análise da cooperação transfronteiriça no âmbito do INTERREG, podemos constatar que durante as três gerações do INTERREG o Minho-Lima, sempre revelou uma forte dinâmica que se refletiu quer pelo número de projetos aprovados como pelo montante de investimento que beneficiou.

No INTERREG I, com um forte investimento em estradas de articulação interna e de atravessamento, o Minho-Lima apresentou 36 projetos, mas em termos da distribuição do investimento por NUT, o Minho – Lima aparece em segundo lugar, com 70.649.545 euros, sendo o Algarve a liderar a tabela, com 137.427.329 euros.

O INTERREG II contemplou ainda um relevante investimento em acessibilidades, sendo o Minho-Lima a NUTIII que mais investimento beneficiou, com cerca de  $\frac{1}{4}$  do financiamento total nacional, correspondendo a 56 projetos em geral, e um investimento de 77.521.535 euros, logo seguida da NUT III do Alto Trás-os-Montes.

Na terceira geração do INTERREG, verifica-se que, apesar da homogeneidade de dotação entre os eixos, e de os eixos 2 e 3 registar o maior nº de projetos, revelando assim a importância dos promotores às questões ambientais, sociais e patrimonial, em termos da distribuição da percentagem do investimento pelos vários eixos, verifica-se que os valores apresentados para a construção de infraestruturas continua a manter a liderança. Quanto à distribuição dos projetos e do investimento pela NUTIII, observamos que o Minho-Lima continua a apresentar, juntamente com o Algarve e o Alto Trás-os-Montes, mais projetos aprovados e que também mais investimentos receberam, correspondendo a 111 projetos para o Minho-Lima e beneficiado de 203.642.070 euros.

Em termos do perfil das entidades responsáveis pela apresentação e concretização dos vários projetos, não obstante se observar um claro predomínio das Câmaras Municipais, salienta-se o papel fundamental que a

Associação de Municípios do Vale do Minho ou a Comunidade Intermunicipal desempenhava neste processo, quer no planeamento e coordenação intermunicipal dos investimentos a realizar no território, como também em termos operacionais, na ligação e intermediação com os parceiros galegos e ainda na própria instrução das candidaturas.

Ao longo dos vários anos a AMVM assumiu-se como um meio de concertação de políticas e projetos essencialmente intermunicipais, colmatando a lacuna resultante da inexistência de um modelo institucional de apoio ao desenvolvimento, sobretudo na parte respeitante à promoção de intervenções e investimentos de natureza intermunicipal e transfronteiriço.

Refere-se a título de exemplo, para realçar a importância da AMVM na articulação das iniciativas transfronteiriças, a preparação de um documento elaborado no ano 2000, conjuntamente com a Diputación de Pontevedra, que tinha como objetivo apresentar um conjunto de contributos para o programa comunitário INTERREG III, a apresentar à Comunidade de Trabalho Galiza/Norte de Portugal, justificando a necessidade dos investimentos em infraestruturas se realizassem nos territórios adjacentes à fronteira.

No seguimento desta política, a AMVM em parceria com as Diputacións Provinciais de Pontevedra e Ourense decidiram constituir a Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Minho, CTC Vale do Minho<sup>15</sup>, a 12 de Abril de 2000, ao abrigo da Convenção Quadro europeia sobre a cooperação transfronteiriça das autoridades ou coletividades territoriais, no sentido de a nível local aprofundar os laços de cooperação transfronteiriça entre autarquias dos dois lados da fronteira. A CTC Vale do Minho tinha por objeto a promoção do desenvolvimento harmonioso do Vale do Minho Transfronteiriço, através do estabelecimento de uma dinâmica de concertação regional, concretizada em encontros regulares entre as Diputacions, para tratar de assuntos da sua competência comum, trocar informações, coordenar iniciativas e procurar

---

<sup>15</sup> A área territorial abrangida pela CTC Vale do Minho englobava 39 municípios, do lado português, os Municipios de Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira, e em Espanha a área correspondente aos concelhos de Arbo, A Cañiza, O Covoelo, Crescente, A Guarda, As Neves, Mondariz, Mondariz-Balneario, Ooia, Ponteares, O Porriño, O Rosal, Salceda de Caselas, Salvaterra de Miño, Tomiño e Tui na provincia de Pontevedra, e Arnoia, Avión, Beade, Carballeda de Avia, Castrelo de Miño, Cenlle, Cortegada, Gome sende, Leiro, Melón, Padrenda, Pontede va, Punxín, Quintela de Leiredo, Ramirás, Ribadabia e Toén, na provincia de Ourense.

solucionar problemas comuns por meio de acordos, projetos conjuntos, ou ainda efetuando recomendações e propostas às autoridades competentes. A CTC integrava-se como membro de pleno direito na Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Galiza.

Numa entrevista ao jornal Alto Minho (2000/04/21:9), Rui Solheiro, Presidente da Associação de Municípios do Vale do Minho e Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, dizia a propósito da importância da constituição da CTC Vale do Minho que “Este acordo traz vantagens para todos os concelhos. Naturalmente, estou a pensar que o meu concelho também vai ser beneficiado, mas mais importante do que este ou aquele concelho retirarem maiores ou menores benefícios é desenvolver toda a região de uma forma harmoniosa acabando por os beneficiar a todos directa ou indirectamente.”

No âmbito da 2ª convocatória do INTERREG III, a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho em parceria com a Diputación de Pontevedra apresentaram um projeto ao Eixo 4 - Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional, designado “Desenvolvimento da Cooperação no Vale do Minho Transfronteiriço”, que tinha como objetivos gerais o apoio à criação da nova entidade intermunicipal de carácter transfronteiriço, e o estudo de viabilidade de prestação de serviços públicos transfronteiriços.

Em termos das ações previstas, o projeto tinha em vista a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Vale do Minho Transfronteiriço para os anos 2007-2013, e que pretendia identificar as linhas de orientação para o aprofundamento da cooperação transfronteiriça, e que viria a dar origem à criação da Associação do Vale do Minho Transfronteiriço-Uniminho.

A Associação de Municípios do Vale do Minho Transfronteiriço-Uniminho, foi constituída em 2005, pela então, Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho e pela Diputación de Pontevedra, e integra 21 municípios portugueses e galegos<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Do lado português são 5 municípios: Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira. E do lado galego são 16: Arbo, A Cañiza, O Covelo, Crecente, A Guarda, As Neves, Mondariz, Mondariz Balneario, Oia, Pontearias, O Porriño, O Rosal, Salcedas de Caselas, Salvaterra do Miño, Tomiño e Tui.

Enquanto pessoa coletiva de direito público rege-se pela Convenção Luso-Espanhola sobre a Cooperação Transfronteiriça entre Instancias e Entidades Territoriais, de 3 de Outubro de 2002.

O seu âmbito de intervenção é “ fazer dos concelhos do Rio Minho uma referência a nível europeu, no desenvolvimento local através da cooperação, pública e privada, da valorização dos recursos naturais e culturais próprios deste espaço territorial, da promoção da vocação turística do território, da utilização intensiva das tecnologias de informação e da inovação como catalisadores dos processos de desenvolvimento.” (www.uniminho.eu; 2012/05/27; 09H15M).

No decorrer dos 7 anos de existência a Uniminho desenvolveu iniciativas muito relevantes, donde se destaca o projeto CoopMinho- Reforço da Cooperação Institucional no Vale do Minho Transfronteiriço, aprovado pelo POCTEP com um financiamento de cerca de 500.000 euros, prevendo o desenvolvimento de um conjunto de atividades no sentido de gerar sinergias na gestão local do espaço transfronteiriço através da implementação de iniciativas de cooperação, institucional e da otimização dos recursos locais, contribuindo para a promoção e o desenvolvimento local, designadamente com a criação de um Centro de Informação Transfronteiriça, da conceção de um plano de transportes públicos no Vale do Minho Transfronteiriço e a elaboração de um estudo de viabilidade para a prestação de Serviços de Saúde Transfronteiriços,<sup>17</sup> com o objetivo de melhor satisfazer as necessidades das populações.

O Centro de Informação Transfronteiriça, já disponível online<sup>18</sup> tem como objetivo disponibilizar um sistema de informação e bases de dados sobre o espaço transfronteiriço, em vários domínios, desde a indicadores económicos, sociais, educação, ambientais, etc., permitindo dotar o território de informação necessária para a planificação de estratégias e intervenções ajustadas às

---

<sup>17</sup> “No dia 14 de Abril, a UNIMINHO apresentou, em Santiago de Compostela, a “Rede de Referenciação em Serviços de Saúde no Vale do Minho Transfronteiriço” à Xunta de Galicia, com especial destaque para uma proposta de Protocolo de Cooperação Transfronteiriça na área da Saúde (conforme ao disposto no Decreto n.º 3/2010, de 19 de Março, que aprova o Acordo-Quadro entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Saúde) que visa, desde já, implementar. A “Rede de Referenciação em Serviços de Saúde no Vale do Minho Transfronteiriço”

<sup>18</sup> <http://info.uniminho.eu/> (2012/05/27; 09H35M).

necessidades do território. O Centro de Informação funciona ainda como espaço de circulação de informação, de promoção e divulgação de ações junto dos cidadãos em geral, instituições e empresas. Trata-se, do que poderemos designar de uma info-estrutura para facilitar a informação e comunicação entre os dois lados e reforçar a articulação interinstitucional, entendendo a informação como um recurso básico para melhor gerir e tomar decisões sobre território fronteiriço.

Importa ainda sublinhar que, no início do INTERREG, e apesar da imposição do programa para que os projetos fossem promovidos através de parcerias transfronteiriças constituídas por entidades de ambos os lados da fronteira, o carácter transfronteiriço dos projetos era na maioria dos casos meramente formal, para cumprir as orientações do programa, não se verificando uma verdadeira incorporação/ integração disseminação dos resultados decorrentes das iniciativas entre os estados que subscreviam as parcerias. Ou seja num projeto de cooperação cada parceiro apresentava um conjunto de ações e atividades que na essência apenas tinha efeitos no seu território de intervenção, não auferindo um carácter de verdadeira integração. Contudo, nesta fase mais recente do programa, os projetos apresentam uma vertente da cooperação mais integradora, procurando reforçar a cooperação entre entidades da administração pública local e regional, agentes económicos dos dois lados da fronteira, desenvolver serviços comuns e fomentar a utilização partilhada de serviços e equipamentos sociais, culturais e de lazer.

Com este propósito, salienta-se o projeto que a Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, está a desenvolver com a Junta da Galiza e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal, que visa definir um modelo de planeamento e gestão conjunta de equipamentos públicos de suporte às populações que vivem na bacia do Rio Minho. Este projeto apresenta duas ações: i) a primeira ação visa a elaboração de um Plano Diretor da Rede de Serviços e Equipamentos Públicos Transfronteiriços, para dar resposta de uma forma concertada entre os municípios de fronteira, aos desafios da coesão social e territorial, através do reforço da racionalização e qualificação dos serviços e equipamentos públicos, com base numa lógica transfronteiriça de utilização conjunta e em formas de provisão ajustadas às

características específicas da oferta e procura; ii) a segunda ação, designada de “Gestão Conjunta de Equipamentos e Serviços Transfronteiriços”, visa a definição de um modelo de prestação/gestão de Serviços Públicos Transfronteiriços, que implique a gestão conjunta dos espaços transfronteiriços, bem como a implementação de um projeto-piloto, assente no princípio em que os utentes portugueses e galegos deverão ter acesso, nas mesmas condições, aos serviços de proximidade existentes nos dois lados da fronteira, estabelecendo mecanismos de perequação financeira de forma a internalizar na gestão o total dos benefícios gerados na população abrangida dos dois lados da fronteira. O projeto está atualmente em curso, estando previsto o seu término até final do ano de 2012, com a implementação do projeto piloto em Valença e Melgaço.

## **5.2 - As dinâmicas de cooperação do Vale do Minho transfronteiriço**

Como vimos no ponto anterior, o processo de cooperação transfronteiriça no Vale do Minho, ao longo das últimas duas décadas, foi marcado por uma evolução no sentido de uma maior intensificação nas suas várias vertentes, quer pela tipologia de projetos desenvolvidos, pelos parceiros e atores que os implementaram, bem como pelos fluxos transfronteiriços e grau de articulação territorial e institucional observado. Vimos ainda que o Vale do Minho, integrando a NUT III Minho-Lima, foi das áreas que mais beneficiou dos fundos do INTERREG, juntamente com o Algarve, com impactos ao nível da melhoria da articulação territorial, acessibilidades, desenvolvimento socioeconómico, contribuindo para o reforço de redes territoriais transfronteiriças.

Procuraremos, de seguida demonstrar os eventuais fatores que poderão estar na base desta dinâmica transfronteiriça, de forma a percebermos qual o modelo de cooperação transfronteiriça que poderemos associar a este território, na linha da classificação dos modelos defendidos por Eduardo Medeiros, e ainda determinar de que forma os investimentos realizados no âmbito INTERREG têm contribuído para a prossecução de uma efetiva cooperação territorial.

### **5.2.1- Modelo de cooperação no Vale do Minho**

O Vale do Minho transfronteiriço situa-se no coração do Noroeste Peninsular, ocupando uma posição geográfica central num eixo de forte dinamismo, constituído pela faixa litoral do Norte Portugal e da Galiza, (um mercado com cerca de 6,5 milhões de pessoas). Tomando como referencia um ponto central (eixo urbano Valença/Tui), num raio de 100km encontram-se as principais aglomerações urbanas (Porto, Braga Viana do Castelo, Vigo, Pontevedra e Santiago de Compostela e Ourense). A contiguidade geográfica deste território é um potencial de interface do relacionamento entre as duas regiões vizinhas. A importância geoeconómica deste território atribui-lhe um papel fundamental no desenvolvimento e consolidação de um mercado inter-regional mais amplo e mais competitivo.

Nesta zona fronteiriça, que além de ser a mais permeável é também a mais populosa de todas as zonas de fronteiras luso-espanholas, atravessando diariamente através de Valença/Tui mais de 17.429 veículos ligeiros e pesados. Em 70km, ao longo da fronteira física que é o Rio Minho, existem 5 pontes internacionais, a que acresce um conjunto de acessibilidades rodoviárias, A3-Autoestrada internacional que liga Coruña/Santiago/Pontevedra/Vigo Valença/Braga/Porto/Lisboa, tornam o Vale do Minho numa porta de excelência entre o Norte de Portugal e a Galiza.

Trata-se ainda de uma área fronteiriça com fortes relacionamentos ao longo dos tempos, em vários domínios, desde económico, social e cultural, facilitados de certa forma pela semelhança linguística, boas acessibilidades de atravessamento, o que o torna ainda no troço fronteiriço mais dinâmico das regiões de fronteira de Portugal e Espanha e conseqüentemente numa área de fronteira com uma forte cooperação.

Tendo presente os vários parâmetros de análise presentes no conceito de cooperação transfronteiriça, bem como os diferentes modelos de cooperação apresentadas no primeiro capítulo, cabe agora procurar perceber quão próximo está o Vale do Minho de um dos modelos, no intuito de compreender com mais clareza, as dinâmicas de cooperação inerentes a esta região fronteiriça:

i) Quanto há existência de uma estratégia territorial comum, podemos inferir que existe em termos institucionais uma forte vontade de articular conjuntamente iniciativas e de cooperar em várias dimensões, tal como podemos verificar, num nível mais regional, pela existência de um Plano estratégico 2007-2013 oportunamente detalhado no capítulo 2, e que está a ser promovido pela GNP-AECT, quer num plano mais local pelo Plano Estratégico promovido pela UNIMINHO, para articular as iniciativas nos municípios dos dois lados da fronteira.

Todavia, apesar da existência destes documentos de planeamento conjuntos, não significa que os mesmos sejam implementados na sua plenitude, dada a falta de sustentabilidade financeira ou por incapacidade das próprias entidades que se deparam com obstáculos jurídicos e administrativos que os inviabilizam. Referimos a título de exemplo o Plano de Transportes transfronteiriços, realizado pela UNIMINHO, cujas propostas de configuração de um sistema de transportes públicos transfronteiriço de âmbito local adaptado às necessidades de mobilidade entre os dois lados da fronteira, não tem avançado ao ritmo desejado derivado de questões de enquadramento legal e institucional bem como de financiamento necessário à sua concretização.

ii) Relativamente ao tipo de parcerias envolvidas nos vários projetos, tal como podemos verificar no capítulo 3, constata-se uma grande diversidade de entidades, desde Camaras Municipais, Instituições de Ensino, Associações de Desenvolvimento, Associações Empresariais, Ayuntamientos, Diputacions Provinciais, etc., que em conjunto procuram dinamizar os processos de cooperação em domínios de índole cultural, económico, ambiental, etc.

Importa ainda realçar que com a constituição das Comunidades Territoriais de Cooperação, nomeadamente, a CTC do Vale do Minho, Vale do Lima e Vale do Tâmega, constituídas com o objetivo de promover o desenvolvimento equilibrado do território transfronteiriço, e a sua posterior incorporação na Comunidade de Trabalho Galiza Norte de Portugal, veio permitir que estas entidades de âmbito mais local tivessem assento naquela organização regional e participar nas decisões estratégicas do território.

iii) Ao nível da intensidade da cooperação transfronteiriça, não podemos deixar de realçar os significativos fluxos de tráfego registado neste território, quer por motivos comerciais, quer devido aos trabalhadores transfronteiriços que diariamente se deslocam para trabalhar do outro lado da fronteira. Segundo o Estudo de mobilidade transfronteiriça (CEG,2012), realizado pela Confederación de Empresarios de Galicia, no âmbito do Eures Transfronteiriço Norte de Portugal-Galicia, estavam registados em 2011 cerca de 8.598 contratos laborais a trabalhadores portugueses na Galiza, com destaque para a Província de Pontevedra que concentrava cerca de 50% do total de trabalhadores portugueses na Galiza, sendo que em 2007 estavam registados na Galiza 20.600 contratos portugueses.

Além disso não podemos deixar de mencionar ainda os projetos desenvolvidos por várias entidades em diferentes domínios de desenvolvimento, que tem contribuído para intensificar os laços entres os dois lados, donde se destaca os já mencionados projetos de melhoria das infraestruturas rodoviárias transfronteiriças, eventos culturais, intercâmbio entre instituições de ensino, realização de estudos e seminários, etc.

Destaca-se ainda o trabalho desenvolvido pelo Eures Transfronteiriço Norte de Portugal Galiza, criado em 1997, com sede em Valença, com o objetivo de prestar serviços de informação e assessoria aos trabalhadores e empresários sobre o mercado de trabalho no Espaço transfronteiriço do Norte de Portugal – Galícia, contribuído para minimizar os obstáculos à mobilidade de trabalhadores transfronteiriços e intensificar o relacionamento institucional dos dois lados da fronteira.

Mais recentemente, em fevereiro de 2012, a Câmara Municipal de Valença e o Concelho de Tui formalizaram a constituição da Euro-cidade, tendo em vista o desenvolvimento de projetos de cooperação nas mais diversas áreas de atuação dos dois municípios, nomeadamente no domínio da gestão partilhada de equipamentos e serviços coletivos. A constituição da Euro-cidade Valença-Tui é um exemplo de cooperação que nos remete para novos modelos de relacionamento de “segunda geração”, e para a emergência de uma nova tipologia de projetos de cooperação, que visam uma maior convergência e integração institucional, económica e social, e sobretudo um novo modelo de cidadania europeia. Jorge Mendes, Presidente da Câmara de Valença, refere

que “A Euro-cidade vai dar força às duas cidades, potenciando a gestão conjunta do território, com claros benefícios para as pessoas. A Euro-cidade é um encontro de vontades que vai estreitar relações e potenciar as sinergias das duas regiões fronteiriças”(Jorge Mendes,2012)<sup>19</sup>.

Importa ainda realçar que a falta de capacidade das entidades locais para a formalização jurídica das iniciativas de cooperação representa um forte obstáculo a uma maior intensificação dos processos de cooperação, onde por exemplo a intenção de se implementar a gestão conjunta dos equipamentos públicos poderia vir a ser concretizado de forma mais célere, ou a prestação partilhada de serviços de saúde.

iv) No que respeita à antiguidade da cooperação, podemos dizer que se a partir de 1990 com o lançamento do INTERREG os processos de cooperação tiveram um impulso muito significativo, já antes era possível verificar determinados relacionamentos entre os dois lados da fronteira, embora de âmbito informal, e sem qualquer enquadramento estratégico de cooperação. Os primeiros contactos entre a Junta da Galiza e a CCDRN, são datados década de 80 (Lehmann,2009).

Citamos ainda um documento elaborado pela Comissão de Coordenação da Região Norte (1986), que tinha como objetivo a identificação de projetos para o Alto Minho suscetíveis de poderem serem candidatados conjuntamente ao FEDER, fundamentados com base numa estratégia de articulação e colaboração transfronteiriça entre a Região Norte e Galiza e, onde se apelava ainda às Administrações Centrais de Portugal e Espanha, da necessidade de realização de um estudo conjunto do Norte de Portugal e da Galiza, para funcionar como quadro de referência para um plano de ação concertado para este território. Os projetos considerados neste documento visavam essencialmente melhorar a circulação entre os dois lados da fronteira, destacando-se os projetos relacionados com os transbordadores fluviais (Ferryboat de Caminha e Vila Nova de Cerveira), rodoviários (ponte internacional de Valença, autoestrada Braga-Valença), e no domínio da

---

<sup>19</sup> [www.cm-valenca.pt](http://www.cm-valenca.pt) (2012/05/30; 22H05M)

proteção da natureza, com o estudo da barra do Rio Minho, projeto de extensão do Parque Nacional Peneda-Geres ao território galego, e ainda projetos considerados relevantes pelo impacto que originam no território, como por exemplo o Porto de Viana do Castelo.

Importa, ainda, sublinhar que este documento foi elaborado três meses após a adesão de Portugal e de Espanha à Comunidade Económica Europeia, o que de certa forma é demonstrativo da enorme vontade e do reconhecimento por ambas as partes da necessidade de cooperarem em prol do desenvolvimento articulado do território fronteiriço.

v) Relativamente à articulação territorial, a NUT III Minho-Lima, inserida na Euro-região Norte de Portugal Galiza, é vulgarmente interpretado como um território de articulações, derivado da sua posição geoestratégica no eixo Porto-Vigo-Corunha, com um papel relevante no processo de abertura e de ligação com a Galiza, quer no plano económico, como social e cultural e ambiental. Das 10 NUT III que corresponde à área de fronteira com Espanha, a fronteira de Valença que integra a NUT III Minho-Lima, é o ponto fronteiriço com maior intensidade média diária de tráfego, entre Portugal e Espanha, sendo a maioria de veículos ligeiros.<sup>20</sup>

O território apresenta boas acessibilidades, com uma Autoestrada (A3) que constitui o eixo fundamental de ligação Norte de Portugal-Galiza, representando ainda uma via estruturante de ligação aos principais polos urbanos, Porto Braga, Viana do Castelo, do lado português, e Vigo Corunha do lado da Galiza.

Esta autoestrada, juntamente com a A28 (Porto-Caminha) e a A27 (que faz a ligação de Viana do Castelo à A3, por Ponte de Lima), estrutura o território a nível interno, assegurando a articulação dos principais polos urbanos, Viana do Castelo-Caminha-Valença e Viana do Castelo-Ponte de Lima-Arcos de

---

<sup>20</sup> Segundo informação do 6º relatório do Observatório Transfronteiriço Espanha/Portugal, o tráfego médio diário de veículos ligeiros e pesados em ambos os sentidos, nos principais postos fronteiriços, era em 2009 em Valença do Minho de 17.429, sendo 15.642 veículos ligeiros e 1.787 veículos pesados, enquanto a segunda fronteira mais movimentada era em Vila Real de Santo António, que apresentava um valor total de 13.286. Observatório Transfronteiriço Espanha/Portugal. 6º relatório. Gabinete de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais, Ministério da Economia e do Emprego(Portugal) e Secretaria de estado de Transportes do ministério de Fomento (Espanha). Lisboa/Madrid. Novembro de 2011

Valdevez /Ponte da Barca. Atualmente todos os concelhos fronteiriços possuem boas ligações aos concelhos do outro lado da fronteira, exceto Caminha que ainda não possui uma ponte para La Guardia, assegurando a travessia através do Ferryboat, com os problemas do desassoreamento do canal de navegação do rio Minho, já conhecidos.

A mobilidade é assegurada principalmente através de meio de transporte individual, dado que os transportes públicos ainda não servem adequadamente as populações, realçando-se as debilidades dos transportes públicos transfronteiriços rodoviário para permitir uma mobilidade mais adequada e que sirva as necessidades das populações dos dois lados. Pode ler-se no Plano Transportes transfronteiriço que "... uma das maiores limitações dos municípios de fronteira são os transportes, que neste território são escassos, muito embora constituam um elemento chave ou facilitador da concretização de outras iniciativas e projetos que se podem desenvolver no âmbito da Cooperação Transfronteiriça" (UNIMINHO, 2011:1), o que nos leva a inferir que a articulação territorial tem encontrado nos últimos anos alguns constrangimentos, apesar dos avultados investimentos nas acessibilidades rodoviárias, como podemos constatar na tipologia de projetos aprovados na 1ª geração do INTERREG.

No plano das acessibilidades é possível verificar outros constrangimentos, derivados da introdução das portagens nas autoestradas portuguesas Norte Litoral (A28) e Costa de Prata (Gaia-Aveiro), desde 15 de Outubro de 2011, até então gratuitas, representando um custo adicional para o transporte de mercadorias e pessoas, com consequências ao nível da redução de fluxos comerciais e turísticos entre a Galiza e o Norte de Portugal, agravado pelo efeito barreira, decorrente das dificuldades ou falta de informação quanto aos mecanismos de pagamento das portagens para viaturas com matrícula estrangeira.

O Diretor Geral das Relações Exteriores da Junta da Galiza, Jesus Gamallo, disse num Seminário sobre mobilidade transfronteiriça, realizado em maio de 2011, referindo as conclusões do Estudo sobre o Impacto das portagens na antigas SCUT nas relações comerciais entre a Galiza e o Norte de Portugal, que as exportações galegas totais desceram entre 5% e 10% devido à

introdução das portagens nas estradas portuguesas ([www.gnpaect.eu](http://www.gnpaect.eu) (2012-05-30, 19H05))

Ao nível ferroviário, o atraso na modernização da linha do Minho e da ligação Porto-Vigo em Alta Velocidade, faz parte das páginas do caderno de reivindicações do território no sentido de facilitar as relações comerciais e a mobilidade, representando um forte estrangulamento à conectividade e articulação transfronteiriça e, conseqüentemente ao reforço da cooperação nesta região fronteiriça.

vi) Quanto ao tipo de atores que tem participado no processo de cooperação transfronteiriça, não podemos deixar de reconhecer o importante papel que as entidades locais tem assumido nos processos de cooperação transfronteiriça desta região, desde as já citadas Câmaras Municipais, Instituições de Ensino, Associações de Desenvolvimento, etc. e que se traduziu nos diversos projetos implementados no âmbito do INTERREG. Tal como se constatou nos capítulos anteriores o Minho-Lima, foi das NUT III que mais beneficiou dos fundos do INTERREG, fruto da dinâmica que os municípios sempre demonstraram, da sua capacidade de mobilização interna e externa, da sua força para se fazerem ouvir nas instâncias regionais e centrais, suportados pelas instituições intermunicipais (AMVM, CTC Vale do Minho, Uniminho) que os representavam a uma só voz.

“Lobby luso-galaico luta por obras comuns”, foi o título de uma notícia publicada no Jornal de Noticias (2000/04/14:32), comentando a constituição da CTC Vale do Minho. A notícia referia que os fundos comunitários do INTERREG estavam na base da união dos 38 municípios que integram a CTC, sendo ainda possível ler que, “ Trata-se de uma força de pressão, e quantas mais vozes, mais alto se fará ouvir o “lobby” composta por edilidades vizinhas com problemas comuns, para criação de infra-estruturas..”

Ainda no jornal Caminhense (2000/04/21:4), Rui Solheiro refere-se ao CTC como o “suporte que faltava, em termos institucionais, que permitisse ter capacidade de diálogo com as administrações centrais e regionais portuguesas e espanholas. A constituição da comunidade territorial de cooperação entre os municípios galegos e portugueses do Vale do Minho, vai ultrapassar este

problema, pois a partir de agora haverá uma voz a representar-nos na comunidade de trabalho Norte de Portugal-Galiza, onde eu próprio vou ter assento como Presidente da AMVM. É um local onde tudo o que são projetos têm que ser lá discutidos e aprovados para depois serem candidatados e financiados, sendo portanto, fundamental para nós passar a ter lá voz.” Rui Solheiro refere ainda que, “é necessário uma capacidade reivindicativa em relação às administrações dos dois países, e julgo que esta comunidade será um instrumento importante para o salto de desenvolvimento desta região.”

Convém ainda lembrar que no âmbito do processo de criação da UNIMINHO, foi realizado um Plano Estratégico Transfronteiriço, amplamente participado por entidades de vários sectores de ambos os lados da fronteira<sup>21</sup>, no sentido de identificar conjuntamente as potencialidades, as dificuldades, os desafios e os eixos estratégicos de intervenção no sentido de promover o crescimento económico e o emprego através da consolidação do processo de cooperação, o que nos levará a concluir que neste domínio, este território revela características de uma região com uma forte integração.

Neste propósito, tendo presente os parâmetros que constituem os modelos de cooperação proposto por Eduardo Medeiros, consideramos adequado enquadrar este território no modelo estrutural, na medida em que as deficiências apontadas, principalmente ao nível da permeabilidade não permitem a sua aproximação ao modelo de cooperação genuína.

Assim, é necessário continuar a investir em, i) melhorar a rede de transportes públicos mais adequada às necessidades da população dos dois lados da fronteira; ii) promover a partilha de equipamentos e serviços públicos, sociais, saúde, desportivos e culturais, no sentido de uma maior racionalização dos investimentos realizados; iii) minimizar as diferenças jurídico – administrativas, reforçando os poderes institucionais, que possua uma efetiva capacidade e competência jurídico-administrativa, por exemplo através da UNIMINHO transformando-a numa AECT com uma maior abrangência ao nível de todo o território da NUTIII Minho-Lima.

---

<sup>21</sup> Organizou-se cinco mesas sectoriais: emprego, turismo, meio ambiente, sociedade da informação e infraestrutura e serviços públicos. (Uniminho, 2006)

### 5.3- Os contributos da iniciativa comunitária INTERREG para uma efetiva cooperação transfronteiriça

Considerando que é possível relacionar, por um lado, o incremento dos processos de cooperação transfronteiriça e a diminuição dos efeitos barreira, sendo expectável que os projetos INTERREG tenham proporcionado uma melhoria nestes indicadores, julgamos essencial, demonstrar os possíveis impactos do INTERREG, nesta região transfronteiriça, para a diminuição do efeito barreira, e conseqüentemente para uma efetiva cooperação transfronteiriça.

Assim, recorrendo às cinco categorias de fluxos que podem ser observados nas regiões de fronteira, oportunamente apresentados no primeiro capítulo, procuramos identificar um conjunto de projetos financiados pelo INTERREG, ao longo das várias gerações, associando-os a cada uma das categorias ou dimensões. Sem a pretensão de fazer o levantamento de todos os projetos financiados, e tendo em conta o nível de detalhe de informação disponível, apenas serão considerados os projetos INTERREG III e o atual POCTEP, onde pelo menos um dos parceiros envolvidos está localizado no Vale do Minho.

Quadro 16 – Projetos (INTERREG III e POCTEP 1ª e 2ª conv.) por dimensões de análise

Dimensões	Projetos aprovados (INTERREG III e POCTEP 1ª e 2ª conv.)
Institucional-Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CAMI- desenvolvimento e gestão conjuntos de uma rede transfronteiriça de serviços comuns (fase 1)</li> <li>- CAMI- desenvolvimento e gestão conjuntos de uma rede transfronteiriça de serviços comuns (fase 2)</li> <li>- CAMI- desenvolvimento e gestão conjuntos de uma rede transfronteiriça de serviços comuns (fase 3)</li> <li>- PROVOLGAPOR- promoção do voluntariado na Galiza e Norte de Portugal</li> <li>- Cidade + equipamentos/serviços- Centro integral de atención de emigrantes retornados</li> <li>- UNIMINHO- apoio à criação da nova entidade intermunicipal transfronteiriça</li> <li>- EQUALITAS- implementação a nível municipal de “cartas de de qualidade dos serviços públicos”</li> <li>-COOPMINHO- reforço da cooperação institucional no Vale do Minho Transfronteiriço</li> <li>-0500_CT_GNP_AECT_1_P- gestão conjunta de equipamentos e serviços transfronteiriços</li> </ul>
Cultural-Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Red Turismo Cultural- valorización de la red Galaico Portuguesa de los Centros de interpretación museística</li> <li>- FORTTRANS – actuaciones em fortalezas transfronteiriças (fase1)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- FORTRANS – actuaciones em fortalezas transfronteiriças (fase2)</li> <li>- FORTRANS – actuaciones em fortalezas transfronteiriças (fase3)</li> <li>- CASTRENOR- valorização da cultura castreja do noroeste peninsular</li> <li>- TRANSLATO- preservação e promoção conjunta do Caminho de Santiago de Compostela (fase 1)</li> <li>- TRANSLATO- preservação e promoção conjunta do Caminho de Santiago de Compostela (fase 2)</li> <li>- @RTEC- arte e tecnologia nas indústrias Culturais</li> <li>- Rio Minho- promoção e dinamização cultural do Vale do Minho Transfronteiriço</li> </ul>
Ambiental-Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Miño-Minho-Regeneracion integrada de la cuenca hidrografica del Rio Miño (fase 1)</li> <li>-Miño-Minho-Regeneracion integrada de la cuenca hidrografica del Rio Miño (fase 2)</li> <li>--Miño-Minho-Regeneracion integrada de la cuenca hidrografica del Rio Miño (fase 3)</li> <li>-DEPUTRANS – tratamento de águas residuais domésticas</li> <li>-REDESANEA – qualificação das redes de saneamento</li> <li>- ENOTURISMO – rede de cooperação transfronteiriça para a promoção do turismo enológico</li> <li>-ECOREDESANEASOL- requalificação ambiental da bacia hidrográfica do Rio Minho</li> <li>-Valor Geres-Xures- valorização e promoção do parque transfronteiriço Geres-Xures</li> <li>-AQUATURNAT-reabilitação dos ecossistemas fluviais para fins turísticos</li> <li>CARISMA-preservação da qualidade ambiental das reservas naturais e fluviais</li> </ul>
Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>-RED MIÑO- Red Viária transfronteiriça del Rio Miño (fase1)</li> <li>-RED MIÑO- Red Viária transfronteiriça del Rio Miño (fase2)</li> <li>-RED MIÑO- Red Viária transfronteiriça del Rio Miño (fase3)</li> <li>-REDTRANS – rede viária transfronteiriça Vale do Minho-Provincia de Pontevedra</li> </ul>
Economia-Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muralha Digital- aplicação das TIC na promoção cultural e patrimonial</li> </ul>

Fonte: CCDR-N (elaboração própria)

Após o enquadramento dos projetos em cada uma das dimensões de análise, cumpre de seguida refletir em que medida os projetos financiados no âmbito do INTERREG terão contribuído para reforçar a cooperação transfronteiriça, decorrente da diminuição do efeito barreira e, de uma forma geral para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Apesar das carências e dos desequilíbrios descritos anteriormente, no plano socio-económico do Minho-Lima, onde sobressai entre outros aspetos, o decréscimo populacional na ordem dos - 2,2% devido em parte aos fluxos migratórios internos para os centros urbanos e ainda pelo envelhecimento da

população e quebra da natalidade, com consequências ao nível da renovação da população e na reduzida dimensão da população ativa disponível para o trabalho. Acresce ainda, os baixos indicadores ao nível da educação e qualificação, comparativamente aos valores registados para a Região Norte Portugal-Galiza, níveis de desenvolvimento económico limitado, e baixos índices do Produto Interno Bruto e menores taxas de crescimento do PIB, comparativamente com os referenciais nacionais, indiciando um território periférico no contexto da Euro-região. Poder-se-á, contudo, dizer que os projetos implementados no âmbito do INTERREG foram fundamentais e estruturantes para criar condições e preparar o território para acolher e atrair outras iniciativas, no domínio do desenvolvimento económico, social e cultural, nesta região de fronteira.

Desde os investimentos iniciais realizados nas infraestruturas de atravessamento, com a construção das Pontes de Melgaço, Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira, que visaram atenuar o efeito barreira que a fronteira representava, e facilitar a mobilidade de pessoas e bens, tornando este ponto fronteiriço com a maior circulação a nível nacional<sup>22</sup>. Desde os investimentos realizados no âmbito da valorização e conservação da natureza, cultura, património e ordenamento, nomeadamente através de projetos de qualificação Integrada das Margens da Bacia Hidrográfica do Rio Minho, bem como na vertente da reabilitação dos espaços, com os projetos de qualificação dos Centros Históricos e Urbanos e o Plano Diretor das Fortalezas do Vale do Minho, que poderão potenciar a promoção cultural da região e maior atratividade em termos turísticos, sendo esta uma aposta estratégica da região. Todavia, não podemos deixar de registar, o carácter pontual dos projetos, tratando-se muitas vezes de iniciativas para resolver e solucionar problemas pontuais, cuja durabilidade depende do financiamento, não permitindo a continuidade das iniciativas ao longo do tempo, estando subjacente nesta

---

<sup>22</sup> Sublinhe-se o contributo da iniciativa comunitária INTERREG, principalmente nos dois primeiros programas, em que o eixo relativo ao desenvolvimento das acessibilidades entre os dois lados da fronteira, foi o que recebeu a maior parte de financiamento destinado a estes programas. No INTERREG I, através do sub-programa1-estradas de integração e articulação com 66 projetos e com 72.9% do financiamento total, e no INTERREG II, com o sub-programa 3- melhoria da permeabilidade da fronteira, onde foram aprovados 45 projetos que absorveram 36,41% do total de financiamento.

lógica uma forma de financiar e concretizar algumas atividades que as instituições de outra forma não poderiam implementar.

Relativamente às dinâmicas da cooperação transfronteiriça, que na terceira geração do INTERREG assumiu-se como obrigatória, passando todos os projetos a ser desenvolvidos em parceria, tendo em vista uma maior consolidação desta vertente, podemos dizer que também o Vale do Minho Transfronteiriço procurou reforçar a cooperação entre as instituições dos dois lados da fronteira, quer pela rede de parcerias e contactos que criou ao longo dos projetos implementados, quer mais recentemente com a criação de uma entidade transfronteiriça, a Uniminho, com intervenção numa vertente mais local, e o GNP-AECT, com um âmbito mais regional, que veio institucionalizar e fortalecer os laços e intercâmbios com as entidades galegas, no desenvolvimento de iniciativas conjuntas.

Neste seguimento, penso que será legítimo inferir que, efetivamente o programa INTERREG e atualmente o POCTEP, teve um efeito muito positivo para o desenvolvimento local desta região, bem como na qualidade de vida dos cidadãos que aqui habitam ou que para aqui se dirigem para trabalhar ou para fins turísticos, na medida em que contribuiu para melhorar aspetos ligados às questões infraestruturais, ambientais e patrimoniais, assim como fortalecer as redes de parcerias institucionais e fluxos entre os dois lados da fronteira. Estes projetos contribuíram significativamente para a diminuição do efeito barreira, na medida em que fomentaram uma maior densidade dos fluxos, e consequente reforço da articulação territorial, potenciando ainda o estabelecimento de redes transfronteiriças de informação e melhorando os fluxos e a circulação de pessoas e recursos.

Se observarmos com mais detalhe a análise anteriormente efetuada sobre cooperação transfronteiriça no âmbito do INTERREG, podemos constatar que durante as três gerações do INTERREG e do atual POCTEP, o Minho-Lima, sempre revelou uma forte dinâmica que se refletiu quer pelo número de projetos aprovados como pelo montante de investimento que beneficiou, sendo uma das regiões de fronteira que mais projetos viu aprovados.

Considera-se, todavia, que será fundamental reforçar os apoios decorrentes desta iniciativa comunitária para as regiões fronteiriças, que apesar dos investimentos realizados e dos contributos positivos que advieram para o território, muito há ainda a fazer para fazer face aos novos desafios que se colocam com a globalização e com a grave crise económica e financeira, que irá certamente impor novas abordagens, apelando a um maior aproveitamento das sinergias dos potenciais existentes nos dois lados da fronteira, que exigirão um maior envolvimento dos territórios no planeamento mais integrado, na execução conjunta de estratégias de desenvolvimento, maior articulação entre os atores quer públicos como privados, otimizando e partilhando recursos existentes.

Com efeito, a política de cooperação transfronteiriça deverá prosseguir um conjunto de prioridades que se relacionam com os temas identificados como estratégicos no contexto atual, assumindo-se como instrumento chave para a concretização da nova estratégia Europa 2020, orientada para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, bem como para a concretização das metas preconizadas.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Assegurar o emprego de 75% da população entre os 20 e os 64 anos; investir pelo menos 3% do PIB da UE em I&D; cumprir os objetivos em matéria de clima/energia «20/20/20»; reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10% e assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem dispõe de um diploma do ensino superior; tirar 20 milhões de pessoas da pobreza. Fonte: [http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20100303\\_europa\\_2020](http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20100303_europa_2020) (2012-05-29;10H45M)

## CONCLUSÃO

---

É consensual que a cooperação entre territórios constitui uma mais-valia, na medida em que permite criar condições para que os agentes económicos e sociais de países diferentes, aprofundem o conhecimento entre eles, potenciem interesses comuns, minimizem as divergências e construam juntos iniciativas em prol do seu desenvolvimento.

Mas todo processo de cooperação tem por base a interação entre a dinâmica de agentes e atores privados e públicos e a intervenção de um quadro institucional que o apoie, associando ainda uma vontade política favorável à cooperação.

Se o passado histórico foi caracterizado por baixos índices de cooperação entre os dois lados da fronteira, principalmente antes da entrada na atual UE, a necessidade de reforçar o desenvolvimento mais harmonioso, reduzir as desigualdades, levou a UE a assumir como urgente fomentar a cooperação transfronteiriça, com o objetivo de fomentar as relações entre os seus membros e atenuar as desigualdades económicas existentes.

É neste contexto que assume particular relevância as iniciativas de cooperação, apoiadas essencialmente pelo PIC INTERREG, a partir de 1990, funcionando como instrumentos de financiamento da política estrutural, no sentido de reforçar o processo de integração europeia, fomentando o desenvolvimento de uma cultura de cooperação transfronteiriça, procurando superar as dificuldades resultantes da existência de fronteiras, desde uma primeira fase eminentemente infraestrutural, até à diversificação de iniciativas e projetos de natureza mais imaterial.

O INTERREG favoreceu o início de uma prática sistemática de cooperação no plano transfronteiriço, que foi indispensável à sua concretização, mas que potenciou, simultaneamente, a atração de novos projetos e a difusão dos efeitos de arrastamento que tais projetos poderão produzir no território, abrindo

perspetivas promissoras de entendimentos estratégicos em matéria de novos desafios comuns.

Ao longo deste estudo, procuramos analisar o impacto das iniciativas de cooperação levada a cabo no âmbito do INTERREG, no espaço do Vale do Minho, nomeadamente ao nível das dinâmicas e processos de cooperação e, paralelamente, na diminuição do efeito barreira, bem como compreender os fatores que determinaram o modelo de cooperação vigente no Vale do Minho. Assim, decorrente da pesquisa e análise efetuada em cada um dos capítulos e, tendo por base os propósitos das questões de partida, permite-nos concluir que:

i) o Vale do Minho transfronteiriço é fortemente humanizado, apresenta uma mobilidade fronteiriça de trabalhadores e empresários muito significativa, é nesta região que se sentem os fenómenos transfronteiriços quotidianamente e em todos os sectores de atividade. Se considerarmos que o Programa INTERREG tem como objetivo resolver os problemas das populações que vivem efetivamente junto das fronteiras, então, não é por acaso que a NUT III Minho-Lima tenha sido das áreas mais beneficiadas;

ii) por outro lado, as condições territoriais, quer institucionais, quer das parcerias e dos actores que as contituem, são fundamentais para a intensificação da cooperação e para que esta seja um factor e um instrumento para favorecer a competitividade da região e, neste sentido, o Vale do Minho possui uma grande capacidade de articulação institucional, de liderança interna e de representação a uma só voz, o que lhe confere maior solidez e projeção nas suas reivindicações, e conseqüentemente o desenvolvimento de lógicas de concertação com as estratégias regionais/nacionais, originando uma maior capacidade de acesso aos fundos do INTERREG;

iii) é assumida a importância do papel do INTERREG para a articulação territorial do Vale do Minho transfronteiriço, nomeadamente ao nível da permeabilização deste espaço, nas suas várias vertentes verificou-se que ao nível da tipologia de projetos aprovados uma clara predominância das

infraestruturas e das acessibilidades, logo seguido dos projetos na área ambiental-patrimonial e social.

Observa-se, todavia que a melhoria das acessibilidades apesar de ter sido uma das tipologias de projetos que mais beneficiou do INTERREG, apresenta atualmente fortes constrangimentos, derivado do sistema de cobrança de portagens na A28, bem como o atraso na modernização da Linha do Minho ou ainda a suspensão da ligação Porto-Vigo em Alta Velocidade. Num nível mais local, os transportes públicos também não servem as reais necessidades de mobilidade da população entre os dois lados da fronteira;

iv) é notório os avanços registados nos últimos anos, em relação à intensificação dos processos de cooperação, em vários domínios. Na cooperação institucional, pela criação da CTC Vale do Minho e posteriormente Uniminho, no domínio cultural, pela realização de várias iniciativas culturais, designadamente através do projeto Rio Minho- promoção e dinamização cultural do Vale do Minho Transfronteiriço, no domínio dos fluxos rodoviários transfronteiriços, e ainda no domínio dos estudos, planos diretores conjuntos, conferências e seminários realizados em conjunto, contribuindo para fortalecer o relacionamento institucional e conseqüentemente estabelecer redes de cooperação mais alargadas.

Com a crescente integração da dimensão institucional na dinâmica da cooperação transfronteiriça, verificou-se maior solidez no processo de cooperação e na emergência de projetos de cooperação com maior valor acrescentando, (ex. Plano de Transportes, Rede de Referenciação em Serviços de Saúde no Vale do Minho Transfronteiriço ou o Centro de Informação Transfronteiriço);

v) denota-se ainda a existência de barreiras que impedem que a permeabilização atinja um nível mais elevado, designadamente na necessidade de harmonização dos sistemas jurídico-administrativos, de concretização de um sistema de transportes públicos que liguem as duas margens de forma regular, e de implementação de sistemas de gestão e utilização conjunta dos equipamentos e serviços pela população dos dois lados;

vi) face ao atual contexto de crise, seria ainda fundamental a existência de uma estratégia de desenvolvimento económica e social conjunta, que identifique as potencialidades, os recursos e as complementaridades dos dois lados do território, integrado obviamente numa escala não só ao nível do Vale do Minho transfronteiriço, mas também numa dimensão regional que enquadre a Euro-região Norte de Portugal-Galiza. A cooperação entre os dois lados da fronteira, constituiria, desta forma, uma oportunidade para que se desenvolvessem políticas e projetos que favoreçam uma maior convergência do território, valorizando a competitividade, aliado ao aproveitamento dos seus recursos endógenos, integrando as especificidades de cada território e complementaridades dos seus quadros institucionais e políticos, tornando este espaço transfronteiriço mais atrativo, e com um grande potencial de desenvolvimento;

vii) de acordo com análise efetuada considerou-se que, apesar da intensidade de cooperação e dos fluxos transfronteiriços verificados, este território apresenta ainda alguns constrangimento que impedem de se aproximar do modelo de cooperação genuína, sendo, portanto mais adequado enquadrar no modelo de cooperação estrutural.

A capilaridade e a permeabilidade viária do Vale do Minho Transfronteiriço estão hoje consolidadas e diversificadas, é necessário, pois, entre outros aspetos, colocar essa capilaridade criada pelas novas infraestruturas, ao serviço de uma dinâmica de interação mais forte entre ambos os lados. Ou seja, de um modelo de interação bilateral devemos passar para um modelo de dinâmicas mais alargadas e mais integradas, envolvendo a diversidade e a especificidade do conjunto do território, em prol de uma cooperação mais consolidada e sistemática.

A cooperação transfronteiriça encontra, hoje, com uma diversidade de agentes, e instituições que se vai alargando e consolidando, conquistando espaços para uma nova geração de projetos, práticas e metodologias, para desafios mais ambiciosos e consistentes.

Fica assim evidente a convergência de vontades políticas para a promoção de uma mais efetiva e fluida cooperação transfronteiriça, estando criadas as condições para que a cooperação entre numa nova fase de geração de projetos.

Se inicialmente o objetivo principal foi o da harmonização de intervenções de um e outro lado do Minho, estão, atualmente, criadas as condições para abrir novos desafios assentes numa geração de projetos comuns e em parcerias viabilizadas pela vontade política e de convergência na ação. É através desta evolução que a cooperação transfronteiriça se poderá tornar mais robusta e mais consistente para enfrentar os desafios da globalização.

## BIBLIOGRAFIA

---

### 1- Endereços de internet:

AICEP (2012) – *Portugal–Perfil País*. Disponível em [http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao\\_portugal/PerfilPortugal/](http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/informacao_portugal/PerfilPortugal/)

CE (2001) - *Cooperação Transfronteiriça TACIS*. Disponível em <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/euro/p8-1-6.pdf>

CE(2012) – *Europa 2020*. Disponível em [http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20100303\\_europa\\_2020](http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20100303_europa_2020)

CIM Alto Minho (2012) – *Plano Estratégico Alto Minho 2020*. Disponível em [www.altominho2020.com](http://www.altominho2020.com)

CM Valença (s.d.) - *Eurocidade Valença Tui*. Disponível em [http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal\\_municipal/orgaos\\_autarquicos/EUROCIDADE](http://www.cm-valenca.pt/portal/page/valenca/portal_municipal/orgaos_autarquicos/EUROCIDADE)

CT-GNP (s.d.) – *Proyectos*. Disponível em <http://www.galicia-nortept.org/index.php/es/proyectos>

Fundação Francisco Manuel dos Santos (s.d.) - *Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. Disponível em <http://www.pordata.pt/Home>

GNP-AECT (s.d.) – *História*. Disponível em <http://www.gnpaect.eu/index.php?componente=seccion&arch=index&id=3>

GNP-AECT (s.d.) – *Plan Estratégico de Cooperación Galicia-Norte de Portugal, 2007-2013, del 13 de Abril de 2007*. Disponível em <http://www.gnpaect.eu/index.php?componente=seccion&arch=index&id=10>

IGE (s.d.) – *Principais dados de Galicia*. Disponível em <http://www.ige.eu/>

IFDR (2009) – *História dos Fundos*. Disponível em <http://www.ifdr.pt/channel.aspx?menuid=23>

IFDR (2011) - *Iniciativas Comunitárias*. Disponível em <http://www.qca.pt/iniciativas/interreg.asp>

IMTT (2012) - *6.º Relatório do OTEP - Observatório Transfronteiriço Espanha/Portugal (2009-2010)*. Disponível em <http://www.imtt.pt/sites/IMTT/Portugues/Observatorio/Estatisticas/OutrasInformacoes/Paginas/TrafegoPortugalEspanhaObservatorioTransfronteiricoGPERI.aspx>

INE (2009) – *Censos 2011- resultados provisórios*. Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_indicadores](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicadores)

INE (2012 ) - *Cifras de población y Censos demográficos*. Disponível em [http://www.ine.es/inebmenu/mnu\\_cifraspob.htm](http://www.ine.es/inebmenu/mnu_cifraspob.htm)

Info-Uniminho (s.d.) - *Estatísticas Municipais*. Disponível em <http://info.uniminho.eu/?q=pt/mun>

ITE (2011) – *A União Europeia:O Processo de Integração e a Cidadania Europeia*. Disponível em <http://www.historiasiglo20.org/europortug/actounico.htm>

Portugaliza (2005) - *PortuGaliza em cifras*. Disponível em <http://www.portugaliza.net/numero0/portugalizaemcifras.htm>

STC (s.d.) - *Apresentação do POCTEP*. Disponível em <http://www.poctep.eu/index.php>

UE (1995-2012 ) - *A História da União Europeia*. Disponível em [http://europa.eu/about-eu/eu-history/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm)

Uniminho (2006) – *Projeto CoopMinho*. Disponível em <http://uniminho.eu/po/index.html>

## **2-Referências bibliográficas:**

*Acordo Territorial do Vale do Minho*. (21 Abril. 2000). Caminhense, pp.4.

André, I.; Moreira, F. (2006) - *Conceitos e perspectivas – in Aproximar as margens - Cooperação transfronteiriça e desenvolvimento local no espaço rural do Alentejo e da Extremadura*. Évora: Universidade de Évora.

Brito, W. (2000) – *A Convenção-Quadro Europeia sobre a Cooperação Transfronteiriça entre as Colectividades ou Autoridades Territoriais*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

CE (2003) – *Parecer do Comité das Relações sobre estratégias para a promoção da cooperação transfronteiriça e inter-regional numa Europa alargada, um documento fundamental de orientação para o futuro*. Bruxelas: Comité das Regiões.

CCRN (1986) – *Projectos Susceptíveis de consideração conjunta por parte da Galiza e da Região Norte de Portugal*, Documento de Trabalho. Porto: CCDRN.

- CCDRN (2007) - *Plano Estratégico de Cooperação Galiza-Norte de Portugal, 2007-2013*. Porto: CCDRN e Xunta de Galicia.
- CCDRN (2010) - *Novos Referenciais para a Gestão Partilhada em Zonas Transfronteiriças*. Porto: CCDRN.
- CEG (2012) – *Informe de indicadores de mobilidade transfronteiriça*. Santiago de Compostela: Confederacion de Empresarios de Galicia.
- CIM Alto Minho (2012) - *Plano de Desenvolvimento do Alto Minho 2020. Diagnostico Estratégico*. Disponível em [www.altominho2020.com](http://www.altominho2020.com) (2012-05-26; 21H10M).
- Covas, A. (2009) – *Integração Europeia, Relações Ibéricas e Política de Regionalização: coesão, diversidade e cooperação territorial na União Europeia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Cunha, A. (2010) - A cooperação em rede e o aprofundamento da cooperação institucional entre a Galiza e o Norte. *Revista da Euro-região Galiza-Norte de Portugal-Passado, Presente e Futuro*. nº 17.Eixo Atlântico. pp. 79-84.
- DGDR (2001) - *Documento Único de Programação. INTERREG III 2000-2006, Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.
- Dominguez Castro, L.; Chair, M. J.(c.2006) - *Entre lo simbólico e lo efectivo: medio siglo de cooperación transfronteriza en Europa (1950-2000)*. Universidade de Vigo.
- Dominguez Castro, L. (2008) - *La Cooperación Transfronteiriça entre Portugal y España (1990-2006)*. Vigo: Eixo Atlantico.
- Dominguez Castro, L. (2012). *Trinta Anos de Cooperación Institucional. Anuário da Euroregião Galicia-Norte de Portugal 2011*. Santiago de Compostela: Dirección Xeral de Relacións Exteriores e coa Unión Europea.
- Gabbe, J. (2005) – *Governance and cross-border co-operation*. Speech on the occasion of the RFO Annual Congerence in Joensuu. Finlândia: North Karelia.
- GNP- AECT (2010) - *Percepções da População da Galiza e do Norte de Portugal sobre a Euro-Região*. Vigo: GNP-AECT.
- Guillén, P.F.; Pérez,L.M.; Saleiro, E. (1995) - *Galiza/Norte de Portugal: Retrato de uma Euroregião*. Universidade de Santiago de Compostela. Disponível

- em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_) estudos. (2012/05/27; 23H45M).
- IGE (2005) - *Caracterização da área de Fronteira - Norte de Portugal – Galiza*. INE e IGE. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia. Consellería de Economía e Facenda.
- IGE-CCDRN (2010) - *Anuário Galicia Norte de Portugal*. Santiago de Compostela: IGE e CCDRN – Observatório das Dinâmicas Regionais.
- INE (2003) - *Anuário Estatístico Galicia-Norte de Portugal*. Porto: INE e IGE.
- INE (2010) - *Anuário Estatístico da Região Norte*. Lisboa: INE.
- INE (2010) - *Anuário Estatístico de Portugal*. Lisboa: INE.
- DGDR (2002) - *INTERREG III- A “Espanha –Portugal” CCI nº2000 RG 16 0 PC 005 -Informe Anual 2001*. Madrid e Lisboa: Dirección Gral. De Fondos Comunitarios y Financiación Territorial, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- DGDR (2004) - *INTERREG III- A “Espanha –Portugal” CCI nº2000 RG 16 0 PC 005 -Informe Anual 2003*. Madrid e Lisboa: Dirección Gral. De Fondos Comunitarios y Financiación Territorial, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- DGDR (2005) - *INTERREG III- A “Espanha –Portugal” CCI nº2000 RG 16 0 PC 005 -Informe Anual 2004*. Madrid e Lisboa: Dirección Gral. De Fondos Comunitarios y Financiación Territorial, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- DGDR (2006) - *INTERREG III- A “Espanha –Portugal” CCI nº2000 RG 16 0 PC 005 -Informe Anual 2005*. Madrid e Lisboa: Dirección Gral. De Fondos Comunitarios y Financiación Territorial, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- DGDR (2007) - *INTERREG III- A “Espanha –Portugal” CCI nº2000 RG 16 0 PC 005 -Informe Anual 2006*. Madrid e Lisboa: Dirección Gral. De Fondos Comunitarios y Financiación Territorial, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- Lehmann, A. T. (2009) – *Balanço da Cooperação Transfronteiriça*-apresentação em Power Point - Conferencia sobre a Cooperação Transfronteiriça de 2ª Geração, Guimarães: CCDR-Norte.

- Lobby luso-galaico luta por obras comuns.* (14 Abril. 2000). *Jornal de Notícias*, secção de Norte a Sul, pp.32.
- Medeiros, E. (2005) - *A Coesão Territorial nas NUT III de fronteira de Portugal Continental. A iniciativa INTERREG-A e o Desenvolvimento Regional. O caso da NUT III do Alentejo Central.* Tese de Mestrado. Lisboa: CEG, U.Lisboa.
- Medeiros, E. (2007a) - *A Cooperação Transfronteiriça: Processos e Modelos.* Atas da conferência: Festa da Geografia, Mirandela.
- Medeiros, E. (2007b) - *16 Anos de Cooperação Transfronteiriça no âmbito do INTERREG-A. Um contributo para o desenvolvimento regional da Raia Ibérica.* Atas do III Congresso de Estudos Rurais. Faro: Universidade do Algarve.
- Medeiros, E. (2009a) - *Redefinir o Conceito de Euroregião.* Atas do Congresso Internacional Cooperación transfronteriza – Andalucía-Algarve-Alentejo. Huelva: Universidade de Huelva.
- Medeiros, E. (2009b) – *A Cooperação Transfronteiriça na Raia Ibérica: uma síntese dos impactes territoriais do INTERREG-A.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Núcleo de Estratégias Territoriais – NEST.
- Medeiros, E. (2010) - *A Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha e Suécia-Noruega – Efeito Barreira e Impactes Territoriais do INTERREG-A.* Tese de Doutoramento. Lisboa: IGOT, U.Lisboa.
- Mendes, J.(2012) - Eurocidade Valença Tui. Disponível em <http://www.cm-valenca.pt> (2012-05-22;15H00M).
- Moura, T. (2004) - *Desenvolvimento e cooperação internacional. Novas institucionalidades e modelos de governação transfronteiriça.* Centro de Estudos ibéricos. pp.1-17.
- Nijkamp, P.; Batten, D. (1990) - *Barriers to communication and spatial interaction*, in: *The annals of regional science*, Bellingham – vol. 24, nº 4, Boston, pp. 233-236.
- Perkmann, M. (2002) – *The rise of the Euroregion. A bird's eye perspective on European cross-border co-operation.* Work papers, Lancaster University: Department of Sociology.

Perkmann, M. (2003) - *Cross-Border Regions in Europe – Significance and drivers of regional cross-border co-operation*. In *European and Urban and Regional Studies*, 10(2). Pp 153-171, Londres: SAGE Publications.

*Presidentes optimistas.* ( 21 Abril. 2000). *Semanário Alto Minho*, pp.9.

Relatório de análise técnica (final):análise dos projectos incluídos no programa INTERREG III A de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2000-2006. 2007. Ministerio de Economía y Hacienda.

Uniminho (2006) - *Plano Estratégico de Programas Operacionais da Entidade Transfronteiriça Uniminho*. Uniminho- Associação do Vale do Minho. Valença.

Uniminho (2011) - *Plano de Transportes Públicos no Vale do Minho Transfronteiriço*. *Mobitrans*. Uniminho-Associação do Vale do Minho. Valença.

Xunta de Galicia (2012) - *Anuário da Estatístico Galicia - Norte de Portugal 2011*. Santiago de Compostela: Dirección Xeral de Relacións Exteriores e coa Unión Europea.

Xunta de Galicia (2012) - *Anuário da Euroregião Galicia - Norte de Portugal 2011*. Santiago de Compostela: Consellería de Facenda da Xunta de Galicia.

## INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Euro-região Norte de Portugal-Galiza .....	64
---	----

## INDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões analíticas do efeito barreira em regiões de fronteira ..	19
Quadro 2 - Distribuição do nº de Projetos aprovados e respetivo investimento (NUTIII) .....	45
Quadro 3 - Distribuição do nº de Projetos aprovados e respetivo investimento (NUTIII) .....	47
Quadro 4 - Dotação Financeira FEDER por vertente de cooperação .....	48
Quadro 5 - Distribuição dos projetos aprovados por Eixo Estratégico (SP1) .....	49
Quadro 6- Projetos aprovados por Convocatória (SP1) .....	50
Quadro 7 - Distribuição do nº de Projetos aprovados e respetivo investimento (NUTIII) .....	50
Quadro 8 - Projetos aprovados em que um dos parceiros está localizado na NUT III Minho-Lima .....	51
Quadro 9 - Distribuição dos projetos aprovados por beneficiários do Minho-Lima .....	52
Quadro 10 - Projetos aprovados por Eixo prioritário, Norte de Portugal- Galiza .....	55
Quadro 11 - Projetos aprovados em que um dos parceiros está localizado na NUT III Minho-Lima .....	56
Quadro 12 - Distribuição dos projetos aprovados e respetivo FEDER por beneficiários do Minho-Lima .....	56
Quadro 13 - Projetos aprovados por Eixo prioritário, Norte de Portugal- Galiza .....	57
Quadro 14 - Projetos aprovados em que um dos parceiros está localizado na NUT III Minho-Lima .....	57
Quadro 15 - Distribuição dos projetos aprovados e respetivo FEDER por beneficiários do Minho-Lima .....	58
Quadro 16 – Projetos (INTERREG III e POCTEP 1ª e 2ª conv.), por dimensões de análise .....	88

## INDICE DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Distribuição FEDER e FEOGA .....	44
Gráfico 2 - Repartição por Fundo Executado .....	44
Gráfico 3 - Distribuição do FEDER por Região .....	45
Gráfico 4 - FEDER aprovado por Subprograma Regional, POCTEP 2000-2006 (não inclui a vertente nacional-SP6).....	53
Gráfico 5 - Valor FEDER aprovado em cada Eixo, na 1ª, 2ª e 3ª convocatórias, para a Norte Portugal-Galiza (não inclui a vertente nacional-SP6).....	53
Gráfico 6 - FEDER aprovado por Subprograma Regional, POCTEP 2007-2013 (não inclui a vertente plurirregional).....	60
Gráfico 7 - Valor FEDER aprovado em cada Eixo, na 1ª e 2ª convocatória, para a Norte Portugal-Galiza .....	60
Gráfico 8 - Valor FEDER aprovado em cada Eixo, na 1ª e 2ª convocatórias, para o Minho-Lima .....	61

## **ANEXOS**

### **Anexo I – Estrutura do Programa INTERREG e POCTEP**

#### **1. Estrutura do Programa INTERREG I**

##### 1.1 – Subprogramas:

- SP1 – Estradas de integração e articulação;
- SP2 – Agricultura e desenvolvimento rural;
- SP4 – Recuperação do património e turismo;
- SP5 – Conservação dos recursos hídricos e saneamento;
- SP6 – Ações de cooperação transfronteiriça;
- SP7 – Gestão e Acompanhamento.

#### **2. Estrutura do Programa INTERREG II**

##### 2.1 Eixos de intervenção:

A - Cooperação Transfronteiriça: tinha como objetivo apoiar o desenvolvimento e a cooperação das regiões transfronteiriças de Portugal e de Espanha, circunscrevendo às NUT III de fronteira dos dois países.

B - Conclusão das Redes de Energia: visava apoiar a conclusão da rede de transporte de gás natural em Portugal, bem como as ligações com a rede espanhola.

C - Cooperação Transnacional para o Ordenamento do Território: era constituída por três domínios de intervenção, designadamente, ordenamento do território e ações de cooperação transnacional; ordenamento do território e prevenção de inundações; ordenamento do território e luta contra a seca.

##### 2.2 Subprogramas:

- Sp1- Desenvolvimento socioeconómico a nível local
- Sp2 – Ambiente e Património Arquitetónico
- Sp3 – Melhoria da Permeabilidade da Fronteira
- Sp4 – Assistência Técnica

### **3. Estrutura do Programa INTERREG III**

#### **3.1 Vertentes de intervenção:**

A - Cooperação Transfronteiriça – tinha como objetivo desenvolver a cooperação entre regiões fronteiriças vizinhas, a partir de estratégias conjuntas de desenvolvimento, designadamente nos seguintes domínios: desenvolvimento urbano, rural e costeiro; desenvolvimento da capacidade empresarial e das pequenas e médias empresas (PME), turismo e iniciativas locais de desenvolvimento e de emprego; integração no mercado de trabalho e promoção da integração social; proteção do ambiente, eficiência energética e fontes de energia renováveis; entre outros domínios.

B - Cooperação Transnacional – visava promover o desenvolvimento e uma maior integração territorial entre grandes grupos de regiões europeias e com os países candidatos e outros países vizinhos, privilegiando-se os seguintes domínios: sistemas de transporte eficientes e sustentáveis, e um melhor acesso à sociedade da informação; promoção do ambiente e da gestão do património cultural e dos recursos naturais; integração das regiões marítimas, e das regiões ultraperiféricas.

C - Cooperação Inter-regional - decorria entre regiões da UE e países vizinhos para fomentar a coesão e desenvolvimento regional através de redes, com as regiões menos desenvolvidas e regiões em reconversão.

#### **3.2 Eixos Estratégicos:**

- Eixo Estratégico 1 - Dotação de infraestruturas, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço.
- Eixo Estratégico 2 - Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais.
- Eixo Estratégico 3 - Desenvolvimento socioeconómico e promoção do emprego.
- Eixo Estratégico 4 - Fomento da cooperação e integração social e institucional:

- Eixo Estratégico 5 - Assistência técnica:

#### **4. Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013 (POCTEP)**

##### 4.1 Eixos Estratégicos:

- Eixo 1- Cooperação e gestão conjunta para o fomento da competitividade e a promoção do emprego
- Eixo 2- Cooperação e gestão conjunta em ambiente, património e prevenção de riscos
- Eixo 3- Cooperação e gestão conjunta em ordenamento do território e acessibilidades
- Eixo 4- Cooperação e gestão conjunta para a integração sócio-económica e institucional

## Anexos II

## Listagem dos projetos aprovados INTERREG III-1ª convocatória

Programa Interreg III A - Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha						
SP 1 - Galicia - Região Norte Portugal						
Projectos Aprovados em 21.Abril.2003						
CCDR - Norte						
Acrónimo do Projecto	Eixo. Medida	Nome do Projecto	Objectivos Gerais	Parceiros		FEDER Aprovado
				Portugueses	Espanhóis	
EIXO 1 - Infra-estruturação, ordenamento e desenvolvimento do espaço transfronteiriço						
Medida 1.1 - Infra-estruturas básicas de importância transfronteiriça						
PONTEVEDRA-LIMA-CÁVADO/SP1 E3	1.1	Permeabilidade Transfronteiriça Lima/Cávado	Melhorar a permeabilidade da fronteira	VALIMA	Diréccion Xeral Obras Publicas CdF	5.455.350,01 €
				CM Arcos de Valdevez		
				CM Terras de Bouro		
				CM Vila Verde		
RED MIÑO/SP1 E4	1.1	Red Viária Transfronteiriça del Rio Miño	Melhorar a permeabilidade da fronteira	AMVM	Diréccion Xeral Obras Publicas CdF	6.214.329,27 €
				CM Caminha		
				CM Melgaço		
				CM Monção		
				CM Paredes de Coura		
				CM Valença		
				CM Vila Nova de Cerveira		
TOTAL Medida 1.1						11.669.679,28 €

Medida 1.3 - Desenvolvimento Rural Transfronteiriço						
MILIARIA/SP1 E6 (até 2004)	1.3	Programa de Restauración de Aldeas para la inserción Social de Menores	Cooperação e integração social de menores das duas regiões	CM Chaves	Dirección General de Familia CdF	1.600.451,75 €
				Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso	Concello de Lobios	
				Santa Casa da Misericórdia de Chaves	Diputación Provincial de Ourense	
				Santa Casa da Misericórdia de Arcos Valdevez	Universidad de Santiago de Compostela	
					Fundación Diagrama Interv. Psicosocial	
					S.A. Desarrollo Comarcal de Galicia	
					Instituto Gallego Vivienda y Suelo	
					Agencia Gallega de Desarrollo Rural	
PMSI/SP1 E7	1.3	Prosecución del Proceso de Mejora Sanitaria Integral Ganaderia de la zona fronteriza	Estudo dos factores epidimiológicos e higiénico-sanitarios da pecuária extensiva e semi extensiva (bovini, caprino e ovino)	DRAEDM	D.G. de Producción y Sanidad Agropecuaria CdF	1.286.197,00 €
				CM Ponte de Lima		
<b>TOTAL Medida 1.3</b>						<b>2.886.648,75 €</b>
<b>TOTAL Eixo 1</b>						<b>14.556.328,03 €</b>
<b>EIXO 2 - Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais</b>						
Medida 2.1 - Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal						
REDBAS/SP1 P16	2.1	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento (Vale do Lima)	Melhoria da qualidade da água do rio Lima e aumento dos níveis atendimento em	VALIMA CdF	Augas de Galicia	4.532.864,68 €
				CM Arcos de Valdevez		

			saneamento e abastecimento de água	CM Ponte de Lima		
				CM Ponte da Barca		
				CM Viana do Castelo		
EPROGANOP/SP1 E13	2.1	Espacios Protegidos Galicia Y Norte de Portugal	Actividades e iniciativas conjuntas nos espaços protegidos das duas regiões	ICN - PNPG	Dirección General Conservación Naturaleza CdF	4.312.500,00 €
				CM Ponte de Lima		
				CM Paredes de Coura		
				CM Ponte da Barca		
				CM Montalegre		
				ADERE-PG		
PROFOREST/SP1 E17	2.1	Ordenación Florestal e Gestión Sostenible del territorio de Lima-Limia	Ordenamento florestal e gestão sustentável do território do Vale do Lima / Limia	VALIMA	Diputación Provincial de Ourense CdF	895.454,00 €
				CM Arcos de Valdevez		
				CM Ponte de Lima		
				CM Ponte da Barca		
				CM Viana do Castelo		
MIÑO-MINHO/SP1 E14	2.1	Regeneración Integrada de la Cuenca Hidrográfica del Rio Miño	Reabilitar espaços naturais comuns, melhorar a qualidade ambiental dos centros urbanos, promover acções de protecção, contribuir para planeamento e gestão da bacia hidrográfica rio Minho	AMVM	Augas de Galicia CdF	4.622.922,00 €
				CM VN Cerveira		
				CM Monção		
				CM Valença		
				CM Melgaço		
TOTAL Medida 2.1						14.363.740,68 €
Medida 2.2 - Sustentabilidade cultural, património histórico e identidade local						
RED TURISMO CULTURAL/SP1 E29	2.2	Valorización de la red Galaico Portuguesa de los Centros de interpretación Museística	Valorizar a rede Galaico-Portuguesa dos centros interpretação museológica	ADRAT	Mancomunidade do Salnes CdF	3.628.654,29 €
				ADRIMINHO-Ass Desenv Rural Int.V Minho	Fundación p <sup>a</sup> Desenvolv. Comarca Salnes	
				VALIMA	Ayuntamiento de Arbo	

					Mancomunidade Municipios Comarca Verín	
					Ayuntamiento de Riós	
FORTTRANS/SP1 E23	2.2	Acvtuaciones Fortalezas Trasnfronteirizas	Recuperação e revitalização de diversos elementos do património histórico, arquitectónico e cultural	AMVM	Dirección General de Patrimonio Cultural CdF	1.600.000,00 €
				CM Monção		
				CM Caminha		
@RTEC/SP1 P17	2.2	Arte e Tecnologia nas Indústrias Culturais	Criação de um programa cultural conjunto, criação e desenv. de um museu virtual	Projecto - Núcleo de Des. Cultural CdF	Diputación Provincial de Ourense	757.341,25 €
				CM VN Cerveira	Universidad de Vigo	
				Univ. Minho		
				Centro de Computação Gráfica		
A GEIRA/SP1 P18	2.2	A Geira na Serra do Gêres	Conservação e valorização do património, criação de infra-estruturas culturais, do conhecimento, da promoção turística e das actividades económicas	CM Terras de Bouro CdF	Ayuntamiento de Lobios	784.322,00 €
				CM Amares	DCN Xunta de Galicia	
				Região de Turismo do Alto Minho	Universidad de Santiago de Compostela	
				Região de Turismo Verde Minho	Fundación Aquae Querquennae-Via Nova	
				Univ. Minho	Grupo Arqueolóxico Larouco (Lugo)	
				ICN - PNPG		
SONS E ACORDES/SP1 P24	2.2	Valorização das raízes Musicais do Lima	Valorização e intercâmbio de experiências culturais ligadas às raízes da música tradicional	VALIMA CdF	Diputación Provincial de Ourense	1.133.900,24 €
RIO MINHO/SP1 P23	2.2	Promoção e dinamização	Promover e dinamizar	AMVM	ADRICONPA	462.008,75 €

		cultural do Vale do Minho transfronteiriço	culturalmente o Vale do Minho transfronteiriço		Fundación pªDesenv Comarca do Baixo Miño	
TOTAL Medida 2.2						8.366.226,53 €
Medida 2.3 - Eficiência Energética e Fontes de Energia Renováveis						
ILUMINA LIMA/SP1 P26	2.3	Eficiência Energética da Iluminação Pública no Lima	Elaboração de estudo e cadastro da Iluminação pública do Vale do Lima com vista à optimização do consumo de Energia	AreaLima	Diputación Provincial de Ourense	913.663,00 €
				CM Arcos de Valdevez		
				CM Ponte da Barca		
				CM Ponte de Lima		
				CM Viana do Castelo		
TOTAL Medida 2.3						913.663,00 €
Medida 2.4 - Valorização Turística do Património						
PEdeCE/SP1 E31	2.4	Plan de Excelencia Equestres del Lima-Limia	Plano de Criação de uma de centros Hípicos na região	Ass Cult Apoio Tauromaquia	Diputación Provincial de Ourense CdF	1.326.250,00 €
				Centro Equestre Vale do Lima		
TOTAL Medida 2.4						1.326.250,00 €
TOTAL Eixo 2						24.969.880,21 €
EIXO 3 - Desenvolvimento Socioeconómico e Promoção da Empregabilidade						
Medida 3.1 - Promoção e Desenvolvimento Empresarial de Base Produtiva						
RACET-Lima/Limia/SP1 P29	3.1	Rede de Apoio à Cooperação Empresarial Transfronteiriça Lima-Limia	Criação de uma rede de apoio à cooperação empresarial transfronteiriça por meio da criação de dois Centros de Negócios e Serviços Transfronteiriços (CNST) em Ponte de Lima e em Barbadás	VALIMA CdF	Ayuntamiento Barbadás	824.222,00 €
				CM Ponte de Lima		

TOTAL Medida 3.1						824.222,00 €
Medida 3.2 - Desenvolvimento Tecnológico, Investigação e extensão da Sociedade da Informação						
SIGN/SP1 E55	3.2	Sistema de Información Geográfica para el territorio rural Galicia-Norte de Portugal	Criação de um sistema de informação geográfica que estructure as informações sobre o território rural da região	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	S.A. para el Desarrollo Comarcal de Galicia CdF	934.878,00 €
				IDARN		
				Forestis - Associação Florestal de Portugal		
				DRAEDM		
				Comissão Viticultura Reg. Vinhos Verdes		
TOTAL Medida 3.2						934.878,00 €
Medida 3.4 - Educação, Formação e Empregabilidade						
TOTAL Medida 3.4						
<b>TOTAL Eixo 3</b>						<b>1.759.100,00 €</b>
EIXO 4 - Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional						
Medida 4.1 - Cooperação e Integração social, Laboral e Institucional						
PRISMA/SP1 P76 (até 2004)	4.1	Programa de Inserción Social para Menores hacia la Autogestión	Estabelecimento de um modelo de integração sociolaboral para jovens desfavorecidos provenientes da região Galiza-Norte de Portugal	CM Chaves	Dirección General de Familia CdF	1.767.366,00 €
				Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso	Concello de Lobios	
				Santa Casa da Misericórdia de Chaves	Diputación Provincial de Ourense	

				Santa Casa da Misericórdia de Arcos Valdevez	Universidad de Santiago de Compostela	
					Fundación Diagrama Interv. Psicosocial	
					S.A. Desarrollo Comarcal de Galicia	
					Instituto Gallego Vivienda y Suelo	
					Agencia Gallega de Desarrollo Rural	
PROVOLGAPOR/SP1 E77 (até 2004)	4.1	Promoción de Voluntariado en Territorios de Galicia-Norte de Portugal	Estudar e promover redes de voluntariado para a Euro-Região	Cruz Vermelha	Conselleria de Asuntos Sociales - XG CdF	1.131.998,99 €
				CM Monção	Escuela Gallega de Administración Pública- EGAP	
				CM Melgaço	Diputación de Ourense	
				CM Ponte da Barca	Diputación de Pontevedra	
				ADRVC	Mancomunidad Voluntaria de Ayuntamientos de la comarca de Ourense	
					Mancomunidad Intermunicipal Voluntaria de la Baja Limia	
					Mancomunidad Voluntaria de Municipios de la Comarca de la Limia	

					Mancomunidade Intermunicipal Voluntaria de los Ayuntamientos de la Comarca de Verin	
					Mancomunidade Intermunicipal Voluntaria de O'Ribeiro	
					Mancomunidade Intermunicipal Voluntaria "Terra de Celanova"	
					Ayuntamiento de Punxín	
					Ayuntamiento de Viana do Bolo	
					Mancomunidade Intermunicipal Conso-Frieiras	
					Mancomunidade del Condado	
					Mancomunidade del Paradanta	
					Mancomunidade Intermunicipal del Bajo Miño	
					Ayuntamiento de Porriño	
CAMI/SP1 E71	4.1	Camiño do Miño	Desenvolvimento e Gestão conjuntos de uma rede transfronteiriça de serviços	APPACDM Viana do Castelo - Subdel. Melgaço	Fundación Menela CdF	917.373,00 €

			comuns	APPDANorte	Consejería de Asuntos sociales- Xunta de Galicia	
				CM Melgaço	Zona Franca de Vigo	
					Ayuntamiento de Vigo	
					Caixa Nova	
TOTAL Medida 4.1						3.816.737,99 €
Medida 4.2 - Desenvolvimento Conjunto de Serviços e Equipamentos Locais						
AQUA/SP1 P49	4.2	Estudos Preparatórios da Implementação da Directiva Quadro da Água nas Bacia Hidrográficas dos Rios Minho e Lima	Realizar Estudos Preparatórios da Implementação da Directiva Quadro da Água nas Bacia Hidrográficas dos Rios Minho e Lima	Águas do Minho e Lima CdF	Augas de Galicia	508.515,00 €
RED TURISMO CULTURAL-TELEMÁTICA/SP1 E80	4.2	Desarrollo Tecnológico de la Red Galaico-Portuguesa de Centros de Interpretación Museística	Criação de uma plataforma Virtual para a rede Galaico-Portuguesa de turismo Cultural	ADRAT	Mancomunidad do Salnes CdF	1.560.223,03 €
				ADRIMINHO	Fundación para o Desenvolvimento da comarca do Salnes	
				VALIMA	Ayuntamiento de Arbo	
					Mancomunidad de municipios da Comarca de Verín	
					Ayuntamiento de Riós	
TOTAL Medida 4.2						2.068.738,03 €
Medida 4.3 - Estruturas Institucionais para a Cooperação						
CTC Lima-Limia/SP1 P51	4.3	Comunidade Territorial de Cooperação Lima-Limia	Consolidar o acordo constitutivo da Comunidade de Territorial de Cooperação	VALIMA CdF	Diputación Provincial de Ourense	232.226,34 €

TOTAL Medida 4.3						232.226,34 €
TOTAL Eixo 4						6.117.702,36 €
Total Sub-Programa 1						47.403.010,60
<b>Legenda:</b>						
CdF - Chefe de Fila						

Listagem dos projetos aprovados INTERREG III - 2ª convocatória

Programa Interreg III A - Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha						
Sub-Programa 1 Galiza-Norte Portugal						
Projectos Aprovados em 20.Julho.2004						
CCDR - Norte						
Acrónimo do Projecto	Eixo. Medida	Nome do Projecto	Objectivos Gerais	Parceiros		FEDER Aprovado
				Portugueses	Espanhóis	
EIXO 1 - Infra-estruturação, ordenamento e desenvolvimento do espaço transfronteiriço						
ACCESS / SP1.P51/02	1.1	Acessibilidades	Melhorar a permeabilidade da fronteira		DX Obras Publicas XG	5.484.282,62 €
				VALIMA		
				AMVC		
				CM Esposende		
				CM Caminha		
				CM Ponte da Barca		
				CM Arcos de Valdevez		
CM Terras de Bouro						

				CM Vila Verde		
RED MIÑO II / SP1.E41/02	1.1	Red Viaria Transfronteriza del rio Miño II	Mejora de la infraestructura del transporte transfronterizo. Variante de la Carretera OU-133 Tramo: Cortegada-Filgueira. Nuevo puente sobre río Miño. Otras mejoras transfronterizas		DX Obras Publicas XG	4.363.394,74 €
				Com. Intern. Vale do Minho		
				CM Melgaço		
				CM Monção		
				CM Paredes Coura		
				CM Valença		
CM VN Cerveira						
Medida 1.1 - Infra-estruturas básicas de importância transfronteira						9.847.677,36 €
Medida 1.2 - Ordenamento urbano e territorial e de zonas costeiras transfronteiriças						
UTILMONTE	1.3	Definição de critérios para valorização e optimização da utilização comercial de recursos naturais agro-alimentares obtidos nas condições e sistemas de produção da zona transfronteira do Alto-Minho / Baixa-Limia	Contribuir para a revitalização humana e fixação populacional no Parque Transfronteiro Gerês-Xurés		DX Industrias e Prom Agroal. - XG	144.145,00 €
				DRAEDM		
				ARDAL		
CM Arcos Valdevez						
CIDADE + EQUIPAMIENTOS / SERVICIOS	1.3	Centro Integral de Atención de Emigrantes Retornados	La finalidad del proyecto es contribuir al desarrollo rural mejorando la atención a los emigrantes retornados mediante la creación de equipamientos específicos que acojan programas de orientación y formación		Diputación Pontevedra	2.821.725,00 €
					Consellería Emigración	
				CM Melgaço		
IDITE Minho						
ESPGC	1.3	Estudio del estado sanitario de las producciones ganaderas y mejora de los canales de comercialización del ganado de la zona front.	Análisis de la situación epidemiológica e higiénico-sanitaria de la ganadería transfronteriza. Estudio epidemiológico de las explotaciones de aves y conejos transfronterizas, identificación electrónica de ovinos y dotación de espacios de mercado ganadero		DX Prod. Y San. Agropec. - XG	545.475,25 €
				DRAEDM		
				CM Ponte de Lima		
Esc. Sup. Agr. Ponte Lima						
Medida 1.3 - Desenvolvimento Rural Transfronteiro						3.511.345,25 €

Total Eixo 1							18.348.128,35 €
<b>EIXO 2 - Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais</b>							
RED BAS II	2.1	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento Básico - Fase 2	Rede de Abastecimento de Água e Saneamento Básico - Fase 2		Empresa Pub. Obras e Ser. Hidraul.-XG	4.892.523,33 €	
				VALIMA			
				CM Esposende			
				CM Ponte da Barca			
				CM Arcos de Valdevez			
				CM Ponte de Lima			
COFROEM / SP1.E42/02	2.1	Fomento y Optimización de recursos materiales y de formación de los servicios de emergencia y de salvamento	Fomento y Optimización de recursos materiales y de formación de los servicios de emergencia y de salvamento		DX Adm. Local	3.044.689,50 €	
					Academia Galega de Seguridad		
					Dip. Pontevedra		
					Dip. Ourense		
					Consortio contraincendios Verin		
					Concello Xinzo Limia		
					Concello Porriño		
				CM Chaves			
				CM Viana Castelo			
				Assoc. BV Terras Bouro			
				Assoc. BV Vieira Minho			
				Assoc. BV Amares			
				Assoc. BV Vinhais			
				Assoc. BV Monção			
				Assoc. BV VN Cerveira			
				Assoc. Flaviense BV			
Assoc. BV Chaves							
Assoc. BV Vidago							
Assoc. BV Montalegre							

				Assoc. BV Salto		
MIÑO-MINHO II	2.1	Qualificação integrada das margens da Bacia Hidrográfica do Rio Minho - 2ª Fase	Qualificação integrada das margens da Bacia Hidrográfica do Rio Minho - 2ª Fase		Empresa Pub. Obras e Ser. Hidraul.-XG	5.039.607,54 €
				Com. Interm. Vale do Minho		
				CM Melgaço		
				CM Monção		
				CM Valença		
				CM VN Cerveira		
DEPUTRANS	2.1	Depuración de aguas residuales de pequeños núcleos de población que afectan a las cuencas de los ríos transfronterizos G-NP	El proyecto pretende contribuir a frenar la degradación del espacio medioambiental de la región a través del tratamiento de las aguas residuales domésticas producidos por los pequeños núcleos de población rural		Diputación Pontevedra	6.110.625,00 €
					Diputación Ourense	
				CM Chaves		
				CM Monção		
				CM Paredes Coura		
				CM VN Cerveira		
MAS / TURIS	2.1	Medioambiente sostenible	El objetivo del proyecto es implicar a las poblaciones en la cooperación del fortalecimiento de su capacidad endógena para lograr el desarrollo sostenible.		Diputación Coruña	1.864.000,00 €
					Ayuntamiento Cabana Bergantiños	
					Ayuntamiento Camariñas	
					Ayuntamiento Carballo	
					Ayuntamiento Carnota	
					Ayuntamiento Cee	
					Ayuntamiento Concurbión	
					Ayuntamiento Dumbría	
					Ayuntamiento Fisterra	
					Ayuntamiento A Laracha	
					Ayuntamiento Laxe	
					Ayuntamiento Malpica Bergantiños	

					Ayuntamiento Muxia	
					Ayuntamiento Ponteceso	
					Ayuntamiento Vimianzo	
					Ayuntamiento Boiro	
					Ayuntamiento Lousame	
					Ayuntamiento Muros	
					Ayuntamiento Noia	
					Ayuntamiento Outes	
					Ayuntamiento Porto do Son	
					Ayuntamiento Rianxo	
					CM Caminha	
					CM Esposende	
					CM Viana do Castelo	
					Área protegida litoral Esposende-ICN	
NAVI	2.1	Natureza viva: proyecto ytransfronterizo de ordenación de los usos del monte periurbano	Elaboración de instrumentos de planeamiento que permitan encauzar la problemática de ambas zonas fronterizas, para promover el uso sostenible de los mismos		Conselleria Medio Ambiente XG	518.100,00 €
					Dip. Pontevedra	
					Ayuntamiento Vigo	
					Mancomunidad Montes de Vigo	
					CM VN Cerveira	
Medida 2.1 - Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal						21.469.545,37 €
FORTTRANS II	2.2	Actuações em fortalezas transfronteiriças - 2ª fase	Recuperação e revitalização de diversos elementos do património histórico, arquitectónico e cultural		DX Património Cultural - XG	3.534.262,50 €
					Com. Intern. Vale do Minho	
					CM Melgaço	
					CM Monção	
					CM Valença	
CASTRENOR	2.2	Cultura castreja no Noroeste Peninsular	Valorização do património arqueológico		DX Património Cultural - XG	185.062,50 €

				ADRAVE		
				Univ. Minho		
				CM Monção		
A GEIRA II	2.2	A Geira na Serra do Gerês - 2ª Fase	Conservação e valorização do património, criação de infra-estruturas culturais, do conhecimento, da promoção turística e das actividades económicas		Ayuntamiento Lobios	1.391.000,00 €
					Univ. Santiago	
					Fundación Aquae Querquennae	
					Grupo Arqueológico Larouco	
				CM Terras Bouro		
				CM Amares		
				ICN - PNPG		
				RTAM		
				RTVM		
				Univ. Minho - Unidade Arqueol.		
ESTACIONES	2.2	Estaciones	Actuación sobre 12 estaciones ferroviarias (provincia de Orense y región portuguesa afectada) en desuso ubicadas en la zona transfronteriza. Se trata de remodelar las infraestructuras de las estaciones y acondicionamiento del entorno, para su reconversión		Diputación Ourense	5.744.370,78 €
				CM Chaves		
				CM VP Aguiar		
				CM Viana do Castelo		
TRANSLATIO	2.2	Herencia Cultural del Camino Portugues	Valorización de la riqueza de la diversidad del patrimonio cultural común del "Camino Portugués" como ruta de peregrinación a Santiago de Compostela, promoviendo un aprovechamiento de estos recursos de forma conjunta, en una estrategia global de dinamización		Fund. p/ Des. Comarca Santiago	1.324.660,50 €
					Xerencia Prom. Camino Santiago	
					Soc. Desenv. Comarcal Galicia	
					Fund. P/ Des. Comarca Bx Miño	
				CM Barcelos		
				CM Paredes Coura		
				CM Ponte Lima		
				CM Valença		
Medida 2.2 - Sustentabilidade cultural, património histórico e identidade local						12.179.356,28 €

Medida 2.3 - Eficiência Energética e Fontes de Energia Renováveis						
Medida 2.4 - Valorização Turística do Património						
						0,00 €
<b>Total Eixo 2</b>						
						<b>45.644.452,55 €</b>
<b>EIXO 3 - Desenvolvimento Socioeconómico e Promoção da Empregabilidade</b>						
PARQUEMP	3.1	Rede de Parques e Pólos Empresariais	Consolidar a Rede de Parques e Pólos Empresariais através da criação / requalificação e infraestruturização e equipamento de novas estruturas de acolhimento empresarial		Xestur ourense, SA	3.126.128,09 €
				VALIMA		
				CM Ponte da Barca		
				CM Arcos de Valdevez		
				CM Ponte de Lima		
				CM Viana do Castelo		
Medida 3.1 - Promoção e Desenvolvimento Empresarial de Base Produtiva						
						3.126.128,09 €
COOPNAV	3.2	Engenharia e Plataforma cooperativa e de serviços para o sector naval - Galiza e Norte de Portugal	Concepção, desenvolvimento e validação de um Sistema Integral de Engenharia Naval que permita acompanhar todas as fases de vida da construção de um navio desde o desenho, cálculo e planificação da produção, passando pela negociação e aquisição de materiais, até ao acompanhamento da produção e operações de manutenção futuras		ACLUNAGA	483.335,00 €
					Univ. Vigo	
					CIS T&D	
				INESC		
				Assoc. Indústrias Marítimas		
				Estaleiros Navais Viana		
Medida 3.2 - Desenvolvimento Tecnológico, Investigação e extensão da Sociedade Informação						
						483.335,00 €
Medida 3.3 - Dinamização Sócio-económica local, agrária e serviços						
						#REF!
SIMBIOSE	3.4	Fusão de competências formativas transfronteiriças na habilitação de profissionais do sector agroalimentar	Criação de um centro transfronteiriço de formação virtual no sector agroalimentar (lâcteo, vitivinícola e carnes)		Uni. Santiago - Aula Prod. Lacteos	350.220,02 €
					EVEGA	

			utilizando uma plataforma informática inovadora, multisectorial e multicultural, dirigida aos diferentes níveis técnicos do sector	Assoc. ESB - UCP		
				EST Viana Castelo		
Medida 3.4 - Educação, Formação e Empregabilidade						350.220,02 €
<b>Total Eixo 3</b>						<b>14.031.442,46 €</b>
<b>EIXO 4 - Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional</b>						
CAMI II	4.1	Camino del Miño II / Caminho do Minho II	Se pretende poner en funcionamiento una red de servicios basada en la formación, capacitación profesional, ocio y tiempo libre de personas con dificultades de inserción en el mercado sociolaboral		Fundación Menela Consellería Cultura, Com Social	391.800,00 €
Medida 4.1 - Cooperação e Integração social, Laboral e Institucional						391.800,00 €
Medida 4.2 - Desenvolvimento Conjunto de Serviços e Equipamentos Locais						#REF!
CTC II	4.3	Comunidade Territorial de Cooperação do Lima-Limia II	Apoiar, em termos técnicos e organizativos o funcionamento da Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Lima-Limia		INORDE	227.150,80 €
UNIMINHO	4.3	Desenvolvimento da Cooperação no Vale do Minho Transfronteiriço	Apoio à Criação da nova entidade intermunicipal de carácter transfronteiriço, estudo de Viabilidade de Prestação de Serviços públicos transfronteiriços		Diputación Pontevedra	333.000,00 €
E-QUALITAS	4.3	Implantación de instrumentos de calidad y nuevas tecnologías en la administración local	Implantación a nivel municipal de las "cartas de servicios" como instrumento de calidad en la organización y prestación de servicios públicos		DX Adm. Local XG EGAP Mancomunidad Salnés Mancomunidad Verín	273.723,09 €
				CCDR-N		
				IGAP		

				CM Arcos Valdevez		
				CM Chaves		
				CM Valença		
Medida 4.3 - Estruturas Institucionais para a Cooperação						833.873,89 €
<b>Total Eixo 4</b>						<b>3.660.819,64 €</b>
<b>Total Sub-Programa 1</b>						<b>81.684.843,00 €</b>

Listagem dos projetos aprovados INTERREG III - 3ª convocatória

Programa Interreg III A - Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha						
Sub-Programa 1 Galiza-Norte Portugal						
Projectos Aprovados em 15.Dezembro.2005						
CCDR - Norte						
Acrónimo do Projecto	Eixo. Medida	Nome do Projecto	Objectivos Gerais	Parceiros		FEDER Aprovado
				Portugueses	Espanhóis	
EIXO 1 - Infra-estruturação, ordenamento e desenvolvimento do espaço transfronteiriço						
ACCESS II / SP1.P126/03	1.1	Acessibilidades II	Construção e beneficiação de infra-estruturas que visem o aumento da mobilidade do espaço transfronteiriço		Vale-e-Mar Comunidade Urbana Município de Arcos de Valdevez Município de Esposende Município de Ponte da Barca Município de Ponte de Lima Município de Viana do Castelo Município de Vila Verde	<b>3.290.602,62</b>

				DX Obras Públicas - XG		
ECO-LOGISTIC / SP1.E157/03	1.1	Plataforma Logística Inversa Sostenible	Creación de una Plataforma Logística Inversa para resolver la problemática del fuerte incremento de producción de residuos sólidos urbanos	Dip. Provincial de Pontevedra		3.110.500,00
				Ayuntamiento de Cambados		
					Município de Vila Nova de Cerveira	
RED MIÑO III / SP1.E158/03	1.1	Red viaria transfronteriza del río Miño III	Dotación de infraestructuras rodoviaras en el espacio transfronterizo	DX Obras Públicas		5.944.493,66
					Município de Paredes de Coura	
					Município de Valença	
Medida 1.1 - Infra-estruturas básicas de importância transfronteiriça						12.345.596,28 €
REDESANEA / SP1.P129/03	1.2	Qualificação de Redes de Saneamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Minho, Lézé e Umia	Resolver a problemática associada aos vazamentos incontrolados nas bacias dos cursos de água desta região (melhoria das redes de saneamento de algumas localidades das bacias hidrográficas dos rios Lézé e Umia, drenagem de águas residuais, rede de saneamento)		CIVM	1.376.070,00
				Dip. Provincial Pontevedra		
					Município de Melgaço	
					Município de Monção	
					Município de Paredes de Coura	
					Município de Valença	
	Município de VN Cerveira					
Medida 1.2 - Ordenamento urbano e territorial e de zonas costeiras transfronteiriças						
PROALTEC / SP1.P133/03	1.3	Promoção e Dinamiz. Sócio-Económica das Regiões do A. Lima e T. Celanova	Contribuir para a revitalização humana e fixação populacional de áreas rurais, sensíveis e de grande valor patrimonial, promovendo a sua integração territorial e o desenvolvimento das suas actividades de especialização, dinamizando os produtos locais, estabelecendo ligações com outros sectores económicos, nomeadamente o turístico		ARDAL	645.000,00
					Município de Arcos de Valdevez	
				SA p/ Des. Comarcal Galiza		
				Fundación Comarcal Terra Celanova		
					Município de Ponte da Barca	
Medida 1.3 - Desenvolvimento Rural Transfronteiriço						645.000,00 €

<b>Total Eixo 1</b>						<b>12.990.596,28 €</b>
<b>EIXO 2 - Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais</b>						
REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL / SP1.P136/03	2.1	Requalificação Ambiental	Saneamento Básico, abastecimento de água, reabilitação de espaços verdes, requalificação urbana e valorização paisagística das margens do rio Lima		Vale-e-Mar Comunidade Urbana	1.980.500,00
					Município de Arcos de Valdevez	
					Município de Caminha	
					Município de Esposende	
					Município de Ponte da Barca	
					Município de Ponte de Lima	
					Município de Viana do Castelo	
					EPOSH - Xunta Galicia	
MIÑO-MINHO III / SP1.P142/03	2.1	Qualificação Integrada das Margens da Bacia Hidrográfica do Rio Minho-3.ª Fase	Reabilitar os espaços naturais comuns no Rio Minho; Melhorar as qualidades ambientais dos centros urbanos; Contribuir para o planeamento e gestão coordenada da Bacia Hidrográfica do Rio Minho; Promover acções de protecção e conservação do meio natural		CIVM	1.231.000,00
					EPOSH - Xunta Galicia	
					Município de Melgaço	
					Município de Monção	
					Município de VN Cerveira	
<b>Medida 2.1 - Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal</b>						<b>3.211.500,00 €</b>
GEIRA III / SP1.P144/03	2.2	A Geira na Serra do Gerês - Conclusão	Conservar e valorizar a Via XVIII ou Geira Romana através de acções de investigação, estudo, prospecções arqueológica e conservação da via, realizar acções integradas numa estratégia de dinamização regional deste recurso patrimonial promovendo actividades turísticas que, todavia, assegurem a protecção e valorização deste património.		Município de Terras de Bouro	690.000,00
					Município de Amares	
					Universidade do Minho	
					ADERE Minho	
					Fundación Aquae Querquennae	
					Grupo Arqueolóxico Larouco	
					Universidade de Santiago Compostela	

FORTRANS III / SP1.P146/03	2.2	Actuações em fortalezas transfronteiriças - 3ª fase	Apoiar intervenções de qualificação dos edifícios singulares de carácter histórico e de natureza defensiva localizados na fronteira		CIVM	1.325.563,58
				DX Património Cultural - XG		
					Município de Monção	
					Município de Valença	
CADIVAFOR / SP1.E172/03	2.2	Catalogación, digitalización y valorización de las fortalezas defensivas de la frontera Galicia-Norte de Portugal	Identificación, catalogación y digitalización de las fortificaciones de frontera existentes en territorio que se extiende entre Galicia y el Norte de Portugal	Ayuntamiento de Ferrol		302.911,50
					Esc. Sup. Gallaecia - F. Convento da Orada	
				CIS Tecnología y Diseño		
TRASLATIO II / SP1.E174/03	2.2	Herencia Cultural del Camino Portugués	Potenciar y reforzar la red galaico-portuguesa del Camino entre administración y asociaciones privadas; Recuperar en red diversos elementos del patrimonio histórico, arquitectónico, etnográfico, natural y cultural; Reforzar la identidad del Camino e Contribuir a la promoción conjunta del recurso	Fund. Desenv. Comarca Santiago		1.151.250,00
					Município de Barcelos	
					Município de Paredes de Coura	
					Município de Ponte de Lima	
					Município de Valença do Minho	
				Xerencia de Promoción do Camiño de Santiago		
				DX Desenvolvemento Rural		
Fund. Desenv. comarca do Baixo Miño						
Medida 2.2 - Sustentabilidade cultural, património histórico e identidade local						<b>3.469.725,08 €</b>
GENER / SP1.E181/03	2.3	Acompañamiento a las pymes en la implantación de modelos de gestión eficiente de energía	Contribuir a la eficiencia energética y al fomento de energías renovables: observar pautas de consumo energético en las PYMES, desarrollar productos tecnológicos que permitan a las PYMES gestionar de forma eficiente la energía y llevar a cabo acciones de sensibilización y formación	Instituto Enerxético de Galicia		682.500,00
				Fund. Instituto Tecnol. Galicia		
				CEP		
				Conf. Empresarios de Ourense		
					AREALIMA	
					BIC Minho	
	IDITE- MINHO					

					CEVAL	
					IPVC	
<b>Medida 2.3 - Eficiência Energética e Fontes de Energia Renováveis</b>						<b>682.500,00 €</b>
ENOTURISMO / SP1.E182/03	2.4	Red de Cooperación Transfronteriza para la promoción del Turismo	<p>Crear un panel consultivo que contribuya a la planificación y diseño del producto con la participación de los subsectores implicados: gestión, servicios turísticos, promoción y enología. Creación de una marca territorial relacionada con el turismo enológico. Capacitación, acciones destinadas a la profesionalización del sector. condicionamiento del Centro de Interpretación del Vino y de las rutas. Valorización del Patrimonio cultural. Diseño de un plan de Marketing, organización de ferias y seminarios. Edición de guías con los recursos y rutas de las zonas implicadas</p>	<p>Ayuntamiento de Ribadavia</p> <p>Ayunt. Carballada de Avia</p>	<p>União de Produtores de Alvarinho (UPA)</p> <p>Município de Melgaço</p> <p>Município de Amares</p> <p>Região do Turismo Verde Minho</p> <p>Município de Póvoa de Lanhoso</p> <p>Assoc. Turismo de Povia de Lanhoso</p>	641.500,00
<b>Medida 2.4 - Valorização Turística do Património</b>						<b>641.500,00 €</b>
<b>Total Eixo 2</b>						<b>8.005.225,08 €</b>
<b>EIXO 3 - Desenvolvimento Socioeconómico e Promoção da Empregabilidade</b>						
<b>Medida 3.1 - Promoção e Desenvolvimento Empresarial de Base Produtiva</b>						
INTERLAB / SP1.E193/03	3.2	Red de laboratorios de apoyo a la industria agroalimentaria de la eurorregión Galicia-Norte de Portugal	<p>Ptimizar la relación de las empresas del sector alimentario de la eurorregión con una red de centros que realicen una oferta integrada de servicios de apoyo al I+D+I y al control de calidad. Refuerzo de las instalaciones y metodologías de trabajo de los centros partícipes del proyecto: dotar a los laboratorios del instrumental necesario</p>	<p>Aula de Produtos Lácteos - USC</p> <p>LOMG</p> <p>ANFACO-CECOPECA</p>	<p>Escola Sup. Biotecnologia - UCatólica</p> <p>Lab. Saúde Animal e Seg.</p>	1.067.491,25

			para llevar a acabo sus actividades específicas		Alimentar S.A.	
					PIEP	
					ESTG IPVC	
SIGN II / SP1.E197/03	3.2	Infraestructura de Datos Espaciales para el Territorio Rural de Galicia-Norte Portugal	Uniformización de procedimientos entre instituciones, lo que aumenta la calidad de la información y facilita la futura combinación e intercambio de la misma; Difusión del hábito de georreferenciar la información; Difusión de las metodologías de trabajo y la utilización de cartografía digital	DX Desenvolvimento Rural		1.671.310,01
					IPVC	
					IDARN	
					FORESTIS	
					DRAEDM	
					CVRVV	
				USC		
Medida 3.2 - Desenvolvimento Tecnológico, Investigação e extensão da Sociedade Informação						<b>2.738.801,26 €</b>
Medida 3.3 - Dinamização Sócio-económica local, agrária e serviços						
Medida 3.4 - Educação, Formação e Empregabilidade						
<b>Total Eixo 3</b>						
<b>EIXO 4 - Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional</b>						
CAMI III / SP1.E215/03	4.1	Camino del Miño III/ Caminho do Minho III	Incrementar y potenciar las prestaciones y equipamientos locales que ya están posibilitando una red transfronteriza de servicios comunes que con un enfoque innovador están facilitando y ofertando una respuesta a través de actividades novedosas a un colectivo de personas que padecen diferentes tipos de discapacidades	Fundación Menela		1.107.517,50
					A.P.P.A.C.D.M.	
					Município de Melgaço	

Medida 4.1 - Cooperação e Integração social, Laboral e Institucional						<b>1.107.517,50 €</b>
Medida 4.2 - Desenvolvimento Conjunto de Serviços e Equipamentos Locais						
CTC III / SP1.P168/03	4.3	Comunidade Territorial de Cooperação do Lima-Limia - III	Manutenção do Secretariado Permanente, realização do 3º Plenário da CTC, Promoção e difusão do projecto, intercâmbios com novos países da EU, criação de um Fórum para a Competitividade e Excelência	INORDE	Vale-e-Mar Comunidade Urbana	259.000,00
					CEVAL	
Medida 4.3 - Estruturas Institucionais para a Cooperação						<b>259.000,00 €</b>
<b>Total Eixo 4</b>						<b>1.366.517,50 €</b>

## Listagem dos projetos aprovados POCTEP 2007-2013- 1ª convocatória

EJE PRIORITARIO	ACRÓNIMO	TÍTULO	BENEFICIARIO (INSTITUCIÓN)	FEDER TOTAL APROBADO
1	0006_BIOEMPRENDE_1_E	Recursos para el desarrollo transfronterizo de empresas biotecnológicas	IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo	77.250,00
<b>1</b>	<b>0006_BIOEMPRENDE_1_E</b>			<b>1.206.487,50</b>
3	0018_REDTRANS_1_E	Red viaria transfronteriza Vale do Minho - Provincia Pontevedra	Câmara Municipal de Monção	139.307,50
3	0018_REDTRANS_1_E	Red viaria transfronteriza Vale do Minho - Provincia Pontevedra	Câmara Municipal de Melgaço	161.516,63
3	0018_REDTRANS_1_E	Red viaria transfronteriza Vale do Minho - Provincia Pontevedra	Município de Valença do Minho	193.482,00
3	0018_REDTRANS_1_E	Red viaria transfronteriza Vale do Minho - Provincia Pontevedra	Câmara Municipal de Paredes de Coura	139.810,00
3	0018_REDTRANS_1_E	Red viaria transfronteriza Vale do Minho - Provincia Pontevedra	Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira	138.202,00
<b>3</b>	<b>0018_REDTRANS_1_E</b>			<b>1.470.813,00</b>
3	0023_ESOL_1_E	Gestión Energética Sostenible en Entidades Locales Transfronterizas	IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo	83.250,00
<b>3</b>	<b>0023_ESOL_1_E</b>			<b>928.912,00</b>
1	0065_ECA_IT_1_E	Estructuras conjuntas de apoyo a la innovación transfronteriza	IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo	75.000,00
<b>1</b>	<b>0065_ECA_IT_1_E</b>			<b>1.204.768,50</b>
4	0118_COOPMINHO_1_P	Reforço da Cooperação Institucional no Vale do Minho Transfronteiriço	<b>Uniminho - Associação do Vale do Minho Transfronteiriço</b>	375.000,00
<b>4</b>	<b>0118_COOPMINHO_1_P</b>			<b>375.000,00</b>

As Dinâmicas de Cooperação Transfronteiriça no Vale do Minho

1	0149_REAL_1_P	Rede de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico Agro-Alimentar Norte de Portugal / Galiza	IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo	94.995,00
<b>1</b>	<b>0149_REAL_1_P</b>			<b>1.545.387,88</b>
4	0227_CTC_1_E	Comunidad Territorial de Cooperación	VALE-E-MAR - Comunidad Urbana (Valimar - comUrb)	75.000,00
<b>4</b>	<b>0227_CTC_1_E</b>			<b>375.000,00</b>
2	0234_NATURA_MIÑO_MINHO_1_E	Valorización de los recursos naturales de la cuenca hidrográfica del Miño-Minho	Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira	75.000,00
2	0234_NATURA_MIÑO_MINHO_1_E	Valorización de los recursos naturales de la cuenca hidrográfica del Miño-Minho	Escola Superior Gallaecia - Fundação Convento da Orada	97.000,00
<b>2</b>	<b>0234_NATURA_MIÑO_MINHO_1_E</b>			<b>1.297.269,20</b>
2	0238_NATURA_XURES_GERES_1_E	Gestión conjunta del Parque Natural Baixa Limia Serra do Xurés-Parque Nacional da Peneda-Gerês	ADERE Peneda Gêres	114.976,90
<b>2</b>	<b>0238_NATURA_XURES_GERES_1_E</b>			<b>1.539.976,90</b>
2	0329_ECOREDESANEASOL_1_P	Bacia Hidrográfica do Minho – Requalificação Ambiental, Recuperação de Água Depurada e Boas Práticas na Gestão dos Recursos Hídricos	Câmara Municipal de Monção	150.000,00
2	0329_ECOREDESANEASOL_1_P	Bacia Hidrográfica do Minho – Requalificação Ambiental, Recuperação de Água Depurada e Boas Práticas na Gestão dos Recursos Hídricos	Câmara Municipal de Melgaço	150.000,00
2	0329_ECOREDESANEASOL_1_P	Bacia Hidrográfica do Minho – Requalificação Ambiental, Recuperação de Água Depurada e Boas Práticas na Gestão dos Recursos Hídricos	Município de Valença do Minho	150.000,00

2	0329_ECOREDESANEASOL_1_P	Bacia Hidrográfica do Minho – Requalificação Ambiental, Recuperação de Água Depurada e Boas Práticas na Gestão dos Recursos Hídricos	Câmara Municipal de Paredes de Coura	150.000,00
2	0329_ECOREDESANEASOL_1_P	Bacia Hidrográfica do Minho – Requalificação Ambiental, Recuperação de Água Depurada e Boas Práticas na Gestão dos Recursos Hídricos	Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira	150.000,00
2	0329_ECOREDESANEASOL_1_P	Bacia Hidrográfica do Minho – Requalificação Ambiental, Recuperação de Água Depurada e Boas Práticas na Gestão dos Recursos Hídricos	<b>CIVM - Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho</b>	75.000,00
<b>2</b>	<b>0329_ECOREDESANEASOL_1_P</b>			<b>2.812.500,00</b>

## Listagem dos projetos aprovados POCTEP 2007-2013- 2ª convocatória

Eje	Acrónimo	Título	Socio	FEDER TOTAL APROBADO
1	0416_ECIC_II_6_E		ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE VIANA DO CASTELO	65.000,00
1	0446_VT_1_E	Diseño, consolidación y mejora de vehículos de transferencia tecnológica en la Erorregión	IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo	82.500,00
1	0474_COOPERA_MAS_1_E		ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE VIANA DO CASTELO	100.500,00
2	0413_MURALLA_DIGITAL_1_E		Câmara Municipal de Melgaço	52.500,00
2	0413_MURALLA_DIGITAL_1_E		Câmara Municipal de Monção	52.500,00
2	0413_MURALLA_DIGITAL_1_E		Município de Valença do Minho	52.500,00

As Dinâmicas de Cooperação Transfronteiriça no Vale do Minho

2	0469_XARCO_1_E		Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	200.000,00
2	0470_CARISMA_1_E		Câmara Municipal de Melgaço	100.000,00
2	0476_AQUATURNAT_1_E		Câmara Municipal de Viana do Castelo	86.250,00
2	0476_AQUATURNAT_1_E		Câmara Municipal de Paredes de Coura	86.250,00
2	0479_BIODIV_GNP_1_E		Fundação Fernão Magalhães para o Desenvolvimento	35.000,00
2	0528_ESTACIONES_VIVAS_1_E		Câmara Municipal de Viana do Castelo	56.250,00
2	0536_PROAMARE_1_E		Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima- CIM ALTO MINHO	60.000,00
2	0536_PROAMARE_1_E		Câmara Municipal de Caminha	70.000,00
2	0536_PROAMARE_1_E		Fundação GIL EANNES	141.500,00
2	0543_TEAM_MINO_1_E		Câmara Municipal de Viana do Castelo	20.000,00
2	0597_VALOR_GERES_XURES_1_P		Câmara Municipal de Melgaço	42.086,25
2	0597_VALOR_GERES_XURES_1_P		Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	10.000,00
2	0597_VALOR_GERES_XURES_1_P		Câmara Municipal de Ponte da Barca	42.086,25
2	0597_VALOR_GERES_XURES_1_P		Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima- CIM ALTO MINHO	45.000,00
2	0597_VALOR_GERES_XURES_1_P		ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima	39.000,00
2	0597_VALOR_GERES_XURES_1_P		Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho - INCUBO	42.058,75
3	0451_SILVAPLUS_1_P		Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho	30.000,00

As Dinâmicas de Cooperação Transfronteiriça no Vale do Minho

3	0501_GE2CS_1_E	Eficiencia, cogeneración y gestión energética en el sector servicios	IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo	75.000,00
3	0501_GE2CS_1_E		ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE VIANA DO CASTELO	42.000,00
4	0500_CT_GNP_AECT_1_P		Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima- CIM ALTO MINHO	56.250,00
4	0521_CTC_2_1_E		Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima- CIM ALTO MINHO	50.000,00
4	0552_ENVEJECIMIENTO_ACTIV O_1_E	Nuevas prácticas institucionales, de base transfronteriza, sobre envejecimiento activo	Centro Distrital Segurança Social de Viana do Castelo do ISS, IP	75.000,00
4	0552_ENVEJECIMIENTO_ACTIV O_1_E		Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez	139.500,00

## Anexos III - ENQUADRAMENTO SOCIO-ECONOMICO DO ESPAÇO FRONTEIRIÇO NORTE DE PORTUGAL – GALIZA E RESPETIVO ENFOQUE À NUT III MINHO-LIMA

### 1 - Dinâmica demográfica

Numa análise da evolução dos indicadores demográficos entre 1991 e 2011, relativamente aos dados nacionais e das NUT II, podemos constatar que o ritmo de crescimento da população entre 1991-2001 em Portugal e Espanha é muito idêntico. Em Portugal aumentou 5% e em Espanha 5,1%, todavia no Norte de Portugal e na Galiza esta evolução não apresentou o mesmo ritmo, sendo que, enquanto no Norte de Portugal a taxa de crescimento foi de 6.2% na Galiza registou-se uma descida de 1,3%.

Relativamente ao período intercensitário 2001-2011, o ritmo de crescimento da população entre os dois países é significativamente díspar, enquanto a Espanha regista uma taxa de crescimento de 12,5%, em Portugal apenas cresceu 2%.

Entre o Norte de Portugal a Galiza, também é possível assinalar diferenças no ritmo de crescimento, embora menos acentuadas que as registadas a nível nacional, sendo, neste caso, possível observar taxas de crescimento mais favoráveis para a Galiza do que para o Norte de Portugal.

Nas últimas duas décadas assistiu-se ainda a um progressivo envelhecimento da população, sendo mais significativo no lado galego onde a população com mais de 65 anos, no período em análise, foi sempre superior em comparação com os restantes espaços.

Quadro 1 - Indicadores demográficos Portugal/Espanha, 1991-2001-2011

indicadores	População residente			Taxa de crescimento populacional		População com 65 ou mais anos (%)		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	1991	2001	2011
Portugal	9.966	10.330	10.562	5.0	2.0	13.9	16.5	19
Norte	3.512	3.668	3.690	6.2	0.1	11.7	14.1	17
Galiza	2.732	2.696	2.798	-1.3	2.4	16.4	21	22
Espanha	38.872	40.847	45.989	5.1	12.5	13.8	17	17.1

Fonte: INE, IGE, INE (1991,2001,2011)

Relativamente ao território que corresponde ao Norte de Portugal/Galiza podemos constatar assimetrias importantes ao nível demográfico.

A Euro-região acolhe cerca de 6.500.000 habitantes (2011), onde cerca de 33% residem nas NUT III de fronteira, Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes, Ourense e Pontevedra. Neste território fronteiriço encontra-se um importante aglomerado populacional, com níveis demográficos e estruturas etárias idênticas às médias nacionais, designadamente o Minho-Lima com uma densidade populacional 110,4 habitantes/km<sup>2</sup>, Pontevedra com 214 hab./km<sup>2</sup>, sendo que o Alto Trás-os-Montes e Ourense apresenta uma densidade populacional abaixo dos 50 hab./km<sup>2</sup>, correspondendo no seu conjunto a uma densidade a um território relativamente despovoado, devido ao êxodo rural e ao envelhecimento da população. Neste quadro sobressai a NUT III Cávado que apresenta uma densidade populacional de cerca de 329 hab./km<sup>2</sup>, superior ao valor registado para a Euro-região que é de 128 hab./km<sup>2</sup>.

Apesar do moderado crescimento demográfico verificado tanto no Norte de Portugal como na Galiza, entre 2001 e 2011, apresentando taxas de crescimento populacional da ordem dos 0,1% e 2,4% respetivamente, a área fronteiriça correspondente às NUTIII Minho-Lima, Alto Trás-os-Montes e Ourense regista um decréscimo populacional, que poderá ser explicada pelos fluxos migratórios internos para os centros urbanos e ainda pelo envelhecimento da população e quebra da natalidade. Todavia, se consideramos a província de Pontevedra e a NUT III Cávado, que apresentam um significativo crescimento populacional da ordem dos 5,5% e 4,1%, respetivamente, podemos verificar que entre 2001 e 2011 o espaço territorial de fronteira apresenta no seu conjunto um crescimento populacional de cerca de 2,4%.

Considerando o território fronteiriço do lado português, verifica-se um decréscimo populacional, da ordem dos 0,3%, correspondendo a -2,2% para o Minho-Lima, -8,3% para Alto Trás-os-Montes, mas que não será tão acentuado dado o crescimento populacional de 4,1% verificado no Cávado, acabando por compensar no seu conjunto o respetivo decréscimo. Todavia, do lado espanhol

verifica-se um crescimento populacional de cerca de 4,4%, apesar de Ourense apresentar uma diminuição da população de -2,9%.

A diminuição da população registada no lado português ao longo da última década contrasta com o cenário mas favorável para o país na sua globalidade, bem como para a Região da Galiza ao longo do mesmo período.

Quadro 2 - Caracterização e perfil global da população

Indicadores	População (mil.hab)	Taxa de crescimento populacional (%)	Densidade populacional (hab./km <sup>2</sup> )	Índice de envelhecimento	Índices de dependência			Estrutura etária população residente (%)			
					Jovens	Idosos	Total	0-14	15-24	25-64	+65
Portugal	10.562	2,0	115	128,6	23	29	52	15	11	55	19
Norte	3.690	0,1	173,3	113,9	22	25	48	15	12	56	17
Minho-Lima	245	-2,2	110,4	174,8	21	37	58	13	10	53	23
Cávado	410	4,1	329,2	87,4	24	21	45	16	12	57	14
Ave	512	0,3	410,3	95,5	22	21	44	16	12	57	15
Grande Porto	1 287	2	1580	112,1	22	24	46	15	11	58	17
Tamega	550	-0,1	210,2	81,9	25	21	46	17	13	55	14
Entre Douro e Vouga	275	-0,7	319,4	110,1	22	24	46	15	12	57	17
Douro	206	-7,7	50,1	176,2	21	37	57	13	11	53	23
Alto Trás-os-Montes	204	-8,3	25	250	18	46	64	11	10	51	28
Galiza	2.798	2,4	95	140,5	19	33	52	11	9	57	22
Corunha	1.146	3,4	144	135,3	19	32	50	12	9	58	21
Lugo	354	-3,3	36	208,9	16	44	60	9	9	54	28
Ourense	335	-2,9	46	214,3	17	45	62	9	9	53	29
Pontevedra	962	5,5	214	107,5	21	27	48	13	10	58	19

Fonte: Dados relativos a Portugal: INE, Censos 2011 - Resultados provisórios; Dados relativos a Espanha: INE – Instituto Nacional de Estadística. Para Portugal, os dados da população reportam a 2011 (Censos), ao passo que os de Espanha reportam a 2010, pelo que as respetivas taxas de crescimento populacional respeitam aos períodos 2001-2011 e 2000-2010, respetivamente.

Como consequência, a fronteira com maior potencial demográfico situa-se do lado da Galiza, sobretudo favorecido pelo crescimento populacional observado na província de Pontevedra.

Considerando a dinâmica populacional como um fator determinante para o desenvolvimento de uma região, será importante, de igual modo, analisar as potencialidades e as condições de renovação da população.

Com efeito, destaca-se, o significativo envelhecimento da população da Galiza com um índice de envelhecimento de 141 e uma população com mais de 65

anos de 22%, enquanto o Norte de Portugal apresenta valores relativamente inferiores de 114 de índice de envelhecimento e 17 % da população com mais de 65 anos. Neste domínio, Ourense apresenta a maior percentagem de população com mais de 65 anos, 29%, face aos 19% de Pontevedra, 23% do Minho-lima, 14% do Cávado e aos 28% do Alto Trás-os-Montes.

A estrutura etária da população residente no território fronteiriço considerado, revelando uma forte preponderância dos escalões etários mais elevados, e valores modestos dos grupos etários mais jovens, podemos inferir cenários futuros de algumas dificuldades na renovação da sua população e na conseqüentemente reduzida dimensão da população ativa disponível para o trabalho.

## 2 - Educação e qualificação

Numa análise da evolução dos indicadores educativos entre 1991 e 2011, relativamente aos dados nacionais e das NUT II, podemos constatar que, de acordo com os dados disponíveis, em 2001, Portugal possuía 17% população em idade ativa que não possuía nenhum nível académico, contra os 12% registados em Espanha. Sublinhe-se ainda que o Norte de Portugal apresentava valores ligeiramente mais favoráveis que a Galiza, com 17% e 18% respetivamente.

Na última década a proporção da população com maior nível de ensino tem vindo a evoluir favoravelmente, nos dois lados da fronteira, mas com valores significativamente superiores para a Espanha, principalmente ao nível do ensino secundário e superior.

Quadro 3 - População residente com 15 e mais anos, (em Espanha com 16 e mais anos), por nível de ensino

Indicadores	sem nível de ensino			secundário			superior		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Portugal	-	17	10	-	12	16	-	7	13
Norte	-	17	10	8	11	13	5	6	12
Galiza	24.9	18	10*	-	-	-	8.2	15	22*
Espanha	15.4	12	9*	33.9	40	45*	8.1	18	23.3*

Fonte: PORDATA (dados de Portugal). IGE (dados de Espanha)

\*Dados de 2009

De acordo com o quadro abaixo apresentado, pode-se constatar que ao longo das duas últimas décadas as taxas de escolarização em Portugal e na Região Norte apresentaram uma evolução muito positiva, em todos os níveis de ensino, sendo o ensino secundário, o nível que apresentou o maior ritmo de crescimento.

Quadro 4 - Indicadores de educação, Portugal, Região Norte

indicadores	Taxa bruta de pré escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa escolarização no ensino superior
		Ensino básico	Ensino secundário	
<b>Portugal</b>				
1990-1991	50.7	113.2	67.7	16.9*
2000-2001	75.6	122.1	105.4	25.9
2009-2010	85	127.1	146.2	30.6
<b>Norte</b>				
2009-2010	87	128.1	141.6	27.1

Fonte:INE, Anuário Estatístico de Portugal, 2010

\*1995-1996

Ao nível da educação na área fronteiriça, as baixas qualificações ainda assumem uma dimensão significativa na população residente. No Minho-Lima 22% da população não possui nenhum nível de educação, e no Alto Trás-os-Montes é de 23%, valores superiores aos registados para a Região Norte. A população é em geral menos escolarizada do que a globalidade da população da Região Norte. Em relação à NUT III Cávado o cenário é ligeiramente mais favorável, principalmente em relação à percentagem de população sem qualquer nível de ensino, que é inferior às restantes NUT em análise, o que nos pode levar a inferir que os municípios mais próximos dos centros urbanos apresentam melhores taxas de escolarização.

Em relação ao ensino pós-secundário e universitário, apesar dos valores registados na região de fronteira estarem abaixo dos valores do Norte, a diferença não é muito significativa, correspondendo a apenas 1%, destacando-se com maior evidência dos valores registado para o Grande Porto, que são de 15%.

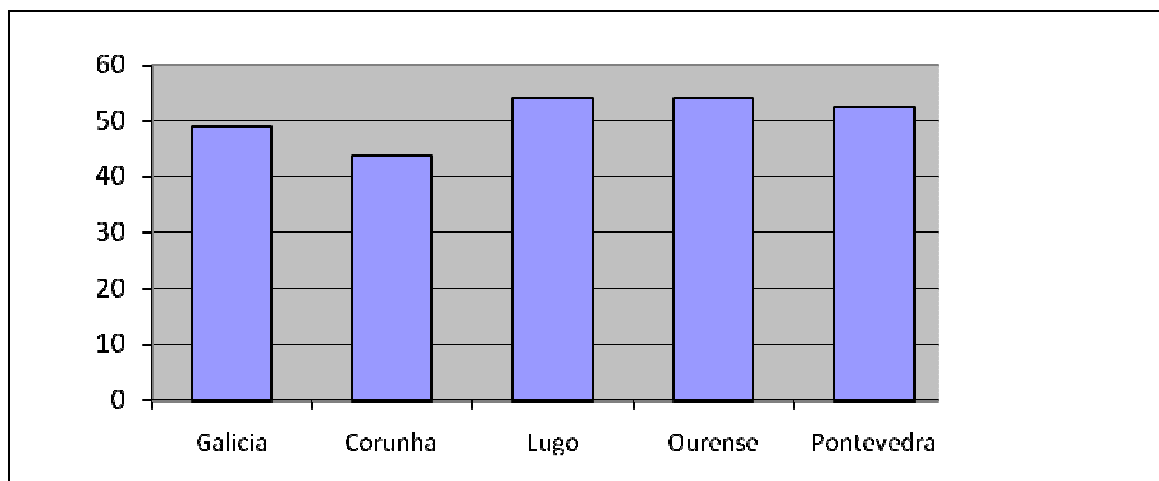
Quadro 5 - População residente segundo o nível de instrução mais elevado completo (%)

indicadores	Nenhum	1º ciclo Básico	2º ciclo Básico	3º ciclo Básico	Secundário	Pós-secundário e Superior
Portugal	19	25	13	16	13	13
Norte	19	28	15	15	12	11
Minho-Lima	22	28	14	15	11	10
Cávado	18	25	16	16	12	12
Ave	18	29	17	16	11	9
Grande Porto	16	25	14	16	13	15
Tamega	21	30	18	15	9	6
Entre Douro e Vouga	18	29	17	16	11	9
Douro	22	30	13	14	11	10
Alto Trás-os-Montes	23	31	12	13	11	10

Fonte : INE, Censos 2011 - Resultados provisórios

Em relação aos níveis de escolarização registados para a Galiza, verifica-se que a percentagem da população em idade ativa que apenas alcançaram um nível de ensino igual ou menor ao primeiro ciclo do ensino secundário era em 2011, 49,1%, sendo que em Pontevedra era de 52,5% e Ourense de 54,1%.

Gráfico 1 - Percentagem de população de 25 a 64 anos que apenas alcançaram um nível de ensino igual ou menor ao primeiro ciclo do ensino secundário, na Galiza e províncias, em 2011.



Fonte: IGE

De acordo com a percentagem de alunos que em 2009 concluíram um nível de ensino, indiciam que, tal como se constata nos valores que constam no quadro seguinte, ao nível da Educação secundária obrigatória, Pontevedra regista valores inferiores em relação à média da Galiza. Ao nível do bacharelato, Pontevedra e Ourense apresenta a menor taxa de alunos, mas em relação ao nível técnico, Pontevedra está equiparado à Corunha com valores superiores face à Galiza. Todavia, Ourense apresenta a menor taxa, quer no nível de ensino técnico, como também no nível do ensino superior, onde Pontevedra apresenta também valores inferiores aos registados para a Galiza.

Esta situação reproduz as tendências verificadas do lado português, reforçando desta forma a confirmação que a área fronteiriça apresenta indicadores educacionais desfavoráveis face aos valores registados para a região Norte de Portugal – Galiza.

Quadro 6 - Taxas brutas de alunos por nível de ensino, 2009

indicadores	ESO	Bacharelato/ COU	Técnico	Técnico Superior
Galiza	78,2	51,7	20,1	23,6
Corunha	78,8	54,8	20,7	27,8
Lugo	82,7	54,9	19,4	19,4
Ourense	79,1	50,7	17,0	15,3
Pontevedra	76,0	47,6	20,7	23,1

Fonte: IGE (Os dados de um ano correspondem aos cursos que terminam nesse ano. As taxas brutas de população que se gradua em cada ensino/titulação calculam-se com a relação entre o nº de alunos que termina os estudos, independentemente da sua idade)

### 3 - Atividade e emprego

Comparando a evolução dos indicadores de atividade, emprego e desemprego entre 1991 e 2011, entre Portugal e Espanha, constata-se que ao longo das duas últimas décadas registou-se um crescimento da população ativa nos dois lados da fronteira, devido em grande medida à entrada das mulheres no mercado de trabalho. Entre 1991 e 2001, a população com emprego aumentou, embora em Espanha a um ritmo superior do que em Portugal, mas entre 2001

e 2011, em Portugal regista-se uma quebra no nº de empregados e em Espanha cresceu mas a um ritmo mais lento comparativamente ao período anterior. Relativamente aos desempregados, observa-se que em Portugal entre 1991 e 2011 o número tem vindo a aumentar de forma constante, sendo que em Espanha verificou-se uma descida entre 1991-2001 e um aumento significativo entre 2001-2011. O Norte de Portugal registava, em 2011 um número de desempregados mais elevado do que na Galiza, não obstante, em termos proporcionais à população ativa existente, na Galiza o desemprego é mais elevado do que na Região Norte (segundo dados do 1º trimestre de 2012, Portugal apresentava uma taxa de desemprego de 14,9% e a Espanha 24,4%).

Quadro 7 - Indicadores do mercado de trabalho, Portugal/Espanha (milhares)

Indicadores	População com 15 e mais anos			Ativos			Empregados			Desempregados		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Portugal	6.807	8.652	8.989	5.101	5.325	5.543	4.857	5.111	4.837	207	213	706
Norte	-	3.020	3.132	1.445*	1.775	1.984**	1.337*	1.656	1.733**	107*	119	254
Galiza	2.192	2.331	2.377	1.077	1.158	1.311	901	1.031	1.083	176	127	228
Espanha*	30.665	34.067	38.497	15.398	18.051	23.103	12.481	16.146	18.104	2.916	1.905	4.999

Fonte: PORDATA. Anuário Estatístico de Portugal, 2010 (dados de Portugal)

FONTE: INE (dados de Espanha)

\*1981

\*\*2010

Numa análise da realidade portuguesa nos últimos 10 anos, verifica-se um aumento da população ativa e uma diminuição da população empregada, onde em 2000 a taxa de ocupação era de 58,5% e em 2010 de 55,2%. Quanto ao desemprego verifica-se um crescimento bastante acentuado entre 2000 e 2010, 3,9% e 10,8%, respetivamente, mas onde a Região Norte sobressai com uma taxa de desemprego superior ao registado a nível nacional.

Quadro 8 - Mercado de trabalho (Portugal 2000-2010)

Indicadores	População ativa		População Empregada		População Desempregada	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal						
2000	5.266	51,1	5.021	58,5	205	3,9
2009	5.582	52,5	5.054	56	528	9,5
2010	5.580	52,5	4.978	55,2	602	10,8
Norte 2010	1.984	53,1	1.733	54,7	251	12,7

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal, 2010

De acordo com os indicadores disponíveis para o território fronteiriço galego-português, verifica-se uma taxa de atividade inferior aos valores registados quer para Portugal como para Espanha, decorrente dos níveis significativos de envelhecimento da população e do desequilíbrio na forma como a população ativa se distribui no território da Euro-região.

Segundo os dados disponibilizados pelo Anuário Estatístico da Galiza-Norte de Portugal de 2010, a população ativa da Euro-região em 2009 correspondia a 4.446.899, ou seja a cerca de 67,9% do total da população (6. 541.528), sendo que na área de fronteira (Minho-Lima, Cávado, Alto Trás-os-Montes, Pontevedra e Ourense, a população ativa (1.459.787) corresponde a cerca de 67% do total da população para o mesmo território (2.173.608).

Em 2011, a Euro-região apresenta uma população ativa de 4.318.144, que corresponde a 66,5% do total da população residente (6.485.031) enquanto a zona fronteiriça apresenta uma população ativa de 1.002.550 (65%) do total da população, que é de 1.541.604 habitantes.

Comparando os dois períodos, verifica-se a tendência para a diminuição da população ativa que acompanha a diminuição do nº de habitantes, embora a descida tenha sido mais acentuada no caso da área fronteiriça, tendo sido o Minho-Lima que mais contribuiu para esta descida na ordem dos 2,3%.

Quadro 9 - População ativa no espaço fronteiriço

Indicadores	% População activa	
	2009	2011
Minho-Lima	65,8	63,5
Cávado	69,9	69,1
Alto Tras-os Montes	64,4	60,8
Ourense	61,9	60,6
Pontevedra	68,7	66,9

Fonte: Anuário NP-G 2010 e INE Portugal e IGE, 2011

Em 2009, a Região Norte concentrava cerca de 45,3% da população desempregada existente em Portugal, sendo que o Minho – Lima junto com o Alto-Trás-os-Montes, constituem os espaços que apresentavam à data a menor percentagem. No caso da Galiza apresentava cerca de 3,9% do total de desempregados verificados em Espanha (4.149,5 mil desempregados), sendo que Pontevedra apresenta a maior percentagem de desempregados.

Em relação ao emprego verifica-se que do total de 5.054,1 mil empregados cerca de 34,6% concentra-se na região norte e dos 18.888,0 mil empregos de Espanha 6,0% são da Galiza, sendo que Ourense apresenta a menor percentagem de empregados.

Quadro 10 - Indicadores de atividade e emprego

Indicadores	Taxa de atividade*	População Empregada 2009 (em milhares)	População Desempregada 2009 (em milhares)
Portugal	65,9	5.054,1	528,6
Norte	67,6	1.753,7	217,0
Minho-Lima	63,5	n.d	9,9
Cávado	69,1	n.d	19,9
Ave	69,6	n.d	40,2
Grande Porto	68,4	n.d	89,1
Tâmega	68,6	n.d	35,3
Entre Douro e Vouga	68,4	n.d	14,7
Douro	63,5	n.d	10,6
Alto Trás-os-Montes	60,8	n.d	8,8
Espanha	60,01	18.888,0	4.149,5
Galiza	65,1	1.151,4	165,9
Corunha	65,8	499,1	65,7
Lugo	61,9	137,9	14,1
Ourense	60,6	122,6	14,0
Pontevedra	66,9	391,9	72,1

Fonte dos dados portugueses: INE, 2011.

Fonte dos dados da Galiza: IGE e INE, 2011

\* Fonte:INE- Estatísticas do Emprego 2010

No que se refere à estrutura do emprego denota-se que predomina o emprego no sector dos serviços seguido da indústria, agricultura/silvicultura/pesca, e finalmente a construção, quer para Portugal como para a Região Norte. Em Espanha a tendência é similar, apesar do sector agrícola ter menos peso no emprego, com a exceção de Lugo que surge em segundo lugar só ultrapassado pelo sector de serviços.

Quadro 11 - População empregada por grupos de ramos de atividade em 2009, em milhares de indivíduos

Indicadores	Total	Industria	Construção	Serviços	Agricultura, silvicultura e pesca
Portugal	5.054,1	920,1	505,6	3.063,6	564,8
Norte	1.753,7	452,8	190,7	901,5	208,7
Espanha	18.888,0	2.775,0	1.888,3	13.438,7	786,1
Galiza	1.151,4	194,1	115,7	750,1	91,6
Corunha	499,1	73,9	53,2	341,0	31,0
Lugo	137,9	17,9	13,1	82,3	24,6
Ourense	122,6	23,0	10,8	78,6	10,2
Pontevedra	391,9	79,2	38,6	248,3	25,9

Fonte: Anuario NP-G 2010

#### 4 - Estrutura produtiva e dinâmica económica

No domínio da estrutura produtiva e dinâmica económica do território, podemos verificar que, relativamente à especialização produtiva na ótica da produção de riqueza, o sector primário representa cerca de 3% no Minho-Lima, ligeiramente superior ao valor registado para Portugal e para o Norte, que é de 2% e 1% respetivamente.

O Alto Trás-os-Montes destaca-se com 7% do peso deste sector na riqueza produzida, revelando uma especialização produtiva mais de três vezes superior ao País, enquanto o Cávado regista um valor de 2%.

No caso da Galiza, destaca-se a província de Lugo que apresenta uma especialização produtiva seis vezes superior ao valor apresentado pela Galiza. Em geral a Galiza revela uma especialização mais forte no sector primário do que do lado português.

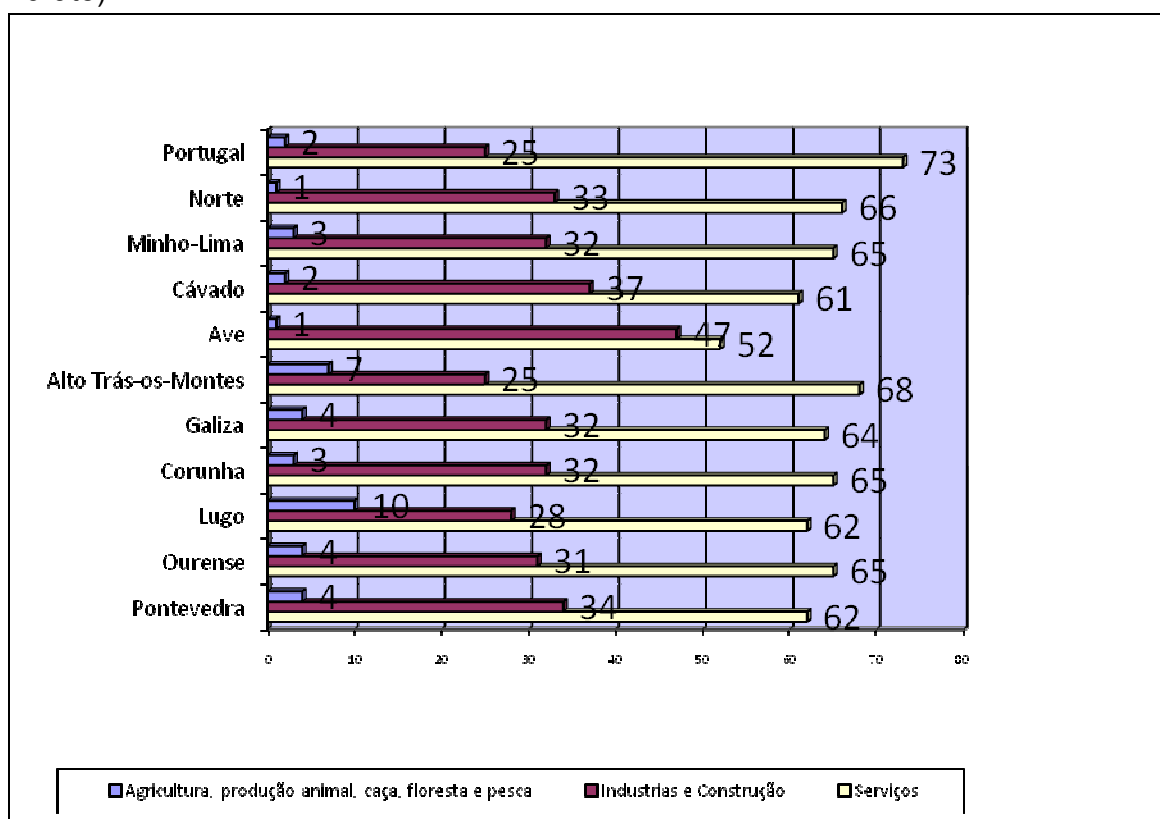
Em relação ao sector secundário, o Minho-Lima regista um valor de 32%, próximo do valor verificado para o Norte, 33%, mas onde o Ave e o Cávado, apresentam um peso significativo do sector industrial, 47% e 37%,

respetivamente. Neste sector a Galiza apresenta valores mais moderados, mas relativamente alinhados com os valores da Região Norte.

O sector dos serviços é responsável por cerca de 65% da riqueza produzida no Minho-Lima, inferior ao valor apresentado pelo País mas relativamente próximo ao da Região Norte, sendo todavia superado pelo Alto Trás-os-Montes com 68%.

O sector terciário na Galiza evidencia um menor peso em relação à Região Norte de Portugal, 64% e 66%, respetivamente, sendo Lugo e Pontevedra as províncias que apresentam a menor percentagem, ambas com 62%.

Gráfico 2 - Composição sectorial da riqueza criada, % (VAB-valor acrescentado bruto)



Fonte: INE Portugal, contas regionais reportadas ao ano de 2008  
INE, Espanha, 2010

Quadro 12 - Especialização produtiva por sectores de atividade (QL do VAB)  
(Portugal = 100 / Espanha =100)

Indicadores	Agricultura, produção animal, floresta e pesca	Indústrias e construção	Serviços
Norte	70	133	90
Minho-Lima	111	131	89
Cávado	93	148	84
Ave	48	192	71
Alto Trás-os-Montes	315	101	93
Galiza	167	113	92
Corunha	130	113	94
Lugo	380	97	91
Ourense	173	108	94
Pontevedra	139	120	90

Fonte: INE, Portugal, Contas Regionais, 2008  
INE Espanha, 2010

A especialização produtiva no Minho-Lima evidencia que, de uma forma geral, os sectores ligados à produção de bens ligados à agricultura, indústria e construção, são mais representativos, à semelhança do observado nas províncias da Galiza.

Sublinhe-se, todavia, na NUT III Cávado a preponderância do sector da indústria e construção e no caso do Alto Trás-os-Montes a significativa especialização produtiva no sector da agricultura, produção animal, floresta e pesca.

Uma das assimetrias mais evidentes está relacionada com a distribuição do PIB-Produto Interno Bruto. Numa análise comparativa da evolução do PIB *per capita* podemos verificar que Portugal apresentava em 1995 um PIB *per capita* de 8,1 e Espanha 11,2 e na Região Norte o PIB *per capita* era de 6,8 e a Galiza 8,8, o que em termos comparativos as diferenças são mais significativas entre os valores nacionais de Portugal e Espanha do que para a Galiza e o Norte de Portugal. Em 2001 as diferenças entre os valores do PIB *per capita* acentuam-se, mantendo-se no entanto, a diferença entre os valores nacionais superiores aos registados para as NUT II. Mas em 2010, a situação inverte-se, e a Região Norte apesar de apresentar um valor de 13,0 a Galiza regista um PIB *per capita* de 21,0 donde se poderá concluir que apesar de nestes últimos 15 anos o valor

do PIB per capita ter aumentando, quer para a Região Norte como para a Galiza, verifica-se que no caso da Galiza o ritmo de crescimento da economia tem sido significativamente superior ao da Região Norte.

Quadro 13 – Evolução do PIB per capita (milhares de euros)

	1995	1999	2001	2010
<b>Portugal</b>	8,1	10,6	11,9	16,2
<b>Região Norte</b>	6,8	8,7	9,6	13
<b>Espanha</b>	11,2	14,3	16,1	22,8
<b>Galiza</b>	8,8	11,5	13,4	21

Fonte: Anuário Estatístico Galicia- Norte de Portugal, 2000/2001, 2002, 2003, 2010, 2011

Em relação às regiões fronteiriças, é possível verificar que do lado português os níveis de produtividade são significativamente mais baixos que do lado espanhol.

Em termos produtivos, este espaço continua a apresentar níveis de desenvolvimento económico limitado, sendo o Minho-Lima e o Alto-Trás-os-Montes, as NUT III que apresentam menores índices do PIB, apresentando em 2009, 2.568 milhões de euros e 2.187 milhões de euros, respetivamente, sendo também as que apresentaram as menores taxas de crescimento do PIB entre 2006 e 2009, comparativamente com os referenciais nacionais.

Quadro 14 - Produto interno bruto a preços de mercado

Indicadores	PIB a preços de mercado (10 <sup>6</sup> euros)				PIB per capita a preços de mercado (10 <sup>3</sup> euros)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Portugal	155.446	163.051	166.437	163.595	14,7	15,4	15,7	15,4
Norte	43.511	45.887	47.135	47.762	11,6	12,3	12,6	12,7
Minho-Lima	2.339	2.431	2.498	2.568	9,3	9,7	10,0	10,2
Cávado	4.616	4.843	5.112	4.924	11,3	11,8	12,4	11,9
Ave	5.654	5.814	5.998	6.145	10,8	11,1	11,4	11,7
Alto Trás-os-Montes	2.197	2.289	2.249	2.187	10,1	10,5	10,5	10,2

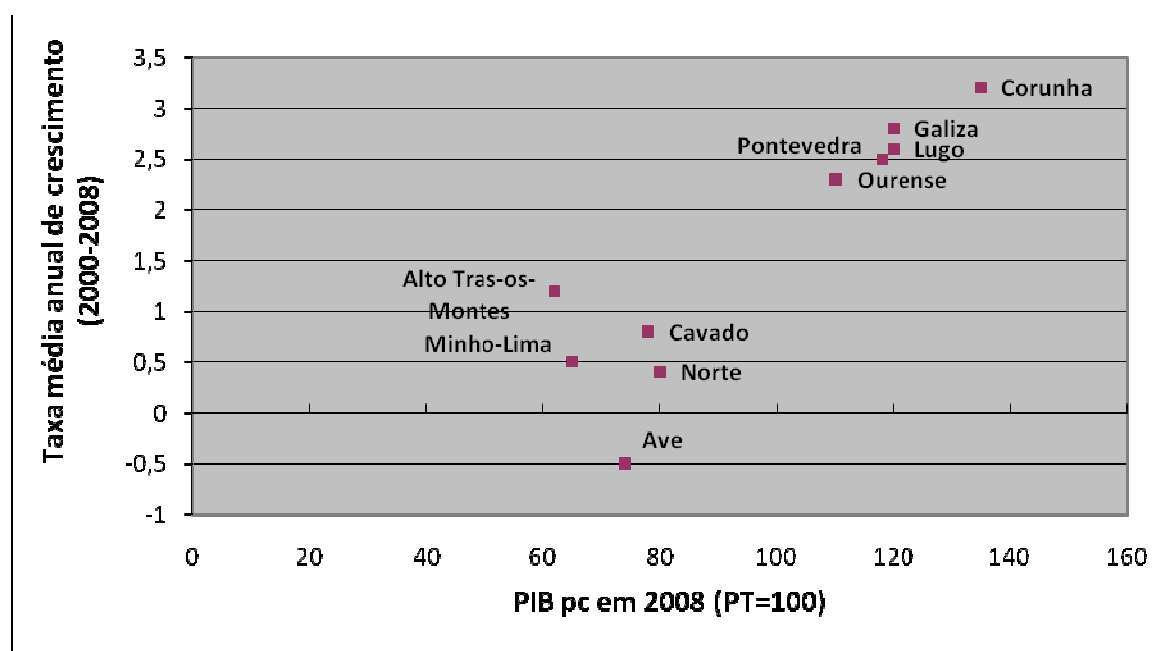
Espanha	984.284	1.053.537	1.088.124	1.053.914	22,3	23,5	23,9	22,9
Galiza	52.279	56.212	58.433	56.998	19,2	20,6	21,3	20,8

Fonte: INE, Anuário Estatístico Norte Portugal-Galicia, 2010

A tendência de crescimento do Minho-Lima acompanha a trajetória nacional, em que ligeiras subidas dos níveis de produtividade, praticamente servem para compensar as descidas na intensidade de utilização dos recursos humanos, decorrente em certa medida pelo crescente envelhecimento populacional.

Por sua vez o nível de qualidade de vida da Galiza decorrente das taxas de PIB *per capita* registadas em todas as províncias, superam significativamente o nível português, “com dinâmicas de crescimento cerca de duas vezes superiores para o período em análise, embora o seu posicionamento relativo esteja abaixo do referencial espanhol, com Corunha a registar maior aproximação ao PIB per capita espanhol” (CIM Alto Minho.2012.Plano Estratégico Alto Minho 2020. Disponível em [www.altominho2020.com](http://www.altominho2020.com) (2012-05-26:21H10M).

Pode ler-se ainda no Plano Estratégico Alto Minho 2020, elaborado pela Augusto Mateus & Associados para a CIM Alto Minho, em 2012, que: “O modelo de crescimento que sustenta o ritmo mais acelerado de crescimento do PIB *per capita* destas regiões espanholas é explicado por uma conjugação cumulativa de aumentos dos níveis de produtividade e da intensidade de utilização dos recursos humanos, com a intensidade de contributo dos níveis de utilização de recursos humanos a superar o da produtividade” (CIM Alto Minho, 2012:27).

Gráfico 3 - PIB *per capita* e evolução do PIB *per capita*

Fonte: Plano Estratégico Alto Minho 2020

Neste sentido, poder-se-á concluir que o modelo económico da Galiza assenta em pressupostos diferentes do modelo económico característico da região Norte de Portugal, em que a estrutura empresarial da Galiza apresenta maior índice de produtividade e capacidade de criação de riqueza.

Esta análise da região da Galiza e do Norte de Portugal e das sub-regiões que a integra, teve como objetivo fundamental sublinhar alguns aspetos e especificidades mais marcantes dos perfis socioeconómicos, evidenciando as principais características em alguns domínios estratégicos, e sempre que possível estabelecendo os confrontos com a Euro-região Norte de Portugal-Galiza, bem como com as NUT III mais próximas.

De uma forma geral, na caracterização das dinâmicas socioeconómicas deste espaço fronteiriço, podemos observar algumas fragilidades e constrangimentos, bem como realçar os principais pontos fracos, ameaças, bem como os pontos fortes e oportunidades desta região.

Assim, tendo presente o descrito no Plano Estratégico de Cooperação Galiza – Norte de Portugal, poder-se-á, constatar o seguinte:

-No domínio dos pontos fracos, desequilíbrios territoriais entre a zona interior e litoral; evolução demográfica negativa e envelhecimento progressivo; um progressivo êxodo da população fronteiriça para as cidades; excessiva

prevalência do sector agrário mas com pouca competitividade; crescimento do emprego a um ritmo muito inferior às médias nacionais; pouco investimento em I+D+i e fraca articulação existente entre o sistema científico e tecnológico e o mundo empresarial; um tecido empresarial com fraco posicionamento estratégico e com dificuldades de acesso a mercados internacionais; desigual capacidade de organização e promoção turística; debilidades no ajustamento entre os sistemas de transportes públicos e as necessidades dos territórios de baixa densidade.

- Relativamente aos pontos fortes, verifica-se um elevado potencial de desenvolvimento em determinados sectores industriais, designadamente do automóvel; um significativo passivo ambiental, nomeadamente dos recursos hídricos, a riqueza do património histórico-cultural, a existência de portos e aeroportos com dimensão internacional; uma localização marítima estratégica; um grande potencial no turismo rural e de natureza; a forte capilaridade transfronteiriça e a conseqüente intensidade de fluxos entre as duas regiões, nomeadamente entre Valença-Tui.

- Neste espaço fronteiriço persistem também algumas ameaças, desde a deslocação de algumas empresas para os países emergentes e a maior concorrência na atração de investimento estrangeiro, decorrente dos efeitos da ampliação da UE e da globalização económica; a entrada de recursos humanos qualificados e com salários baixos dos novos países membros.

- O Norte de Portugal-Galiza apresenta um conjunto de fatores, que poderão representar pontos de oportunidades, se devidamente aproveitadas, designadamente, a consolidação do processo de integração das duas economias; o potencial da mobilidade transfronteiriça dos trabalhadores e empresas; a gestão conjunta e partilha de utilização dos equipamentos coletivos; a possibilidade de implementar processos de institucionalização da cooperação mais avançada; o impacto do Instituto Ibérico de Nanotecnologia, ao nível da atração de recursos humanos qualificados e de investimento estrangeiro.